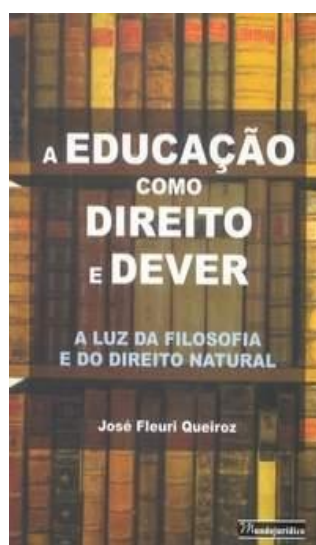


JOSÉ FLEURÍ QUEIROZ

A EDUCAÇÃO COMO DIREITO E DEVER

À LUZ DA FILOSOFIA E DO DIREITO NATURAL

(Ensinos Básicos de Filosofia Geral, Filosofia do
Direito, Filosofia da Educação, Filosofia da Religião,
Filosofia e Ética)



MESTRADO: Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em FILOSOFIA DO DIREITO, sob a orientação do Professor Doutor CLÁUDIO DE CICCO.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA – SÃO PAULO - 1998

Ficha Catalográfica

DM

340

Q

1. AUTOR: Queiroz, José Fleurí

2. TÍTULO: Educação Como Direito e Dever

3. SUB-TÍTULO: Uma Visão Filosófico-Moral à Luz do Direito Natural. São Paulo: s.n., 1998

4. Nº de folhas: 140 f.; 30 cm.

5. ILUSTRAÇÕES:

6: GRAU Dissertação (Mestrado)

Tese (Doutoramento)

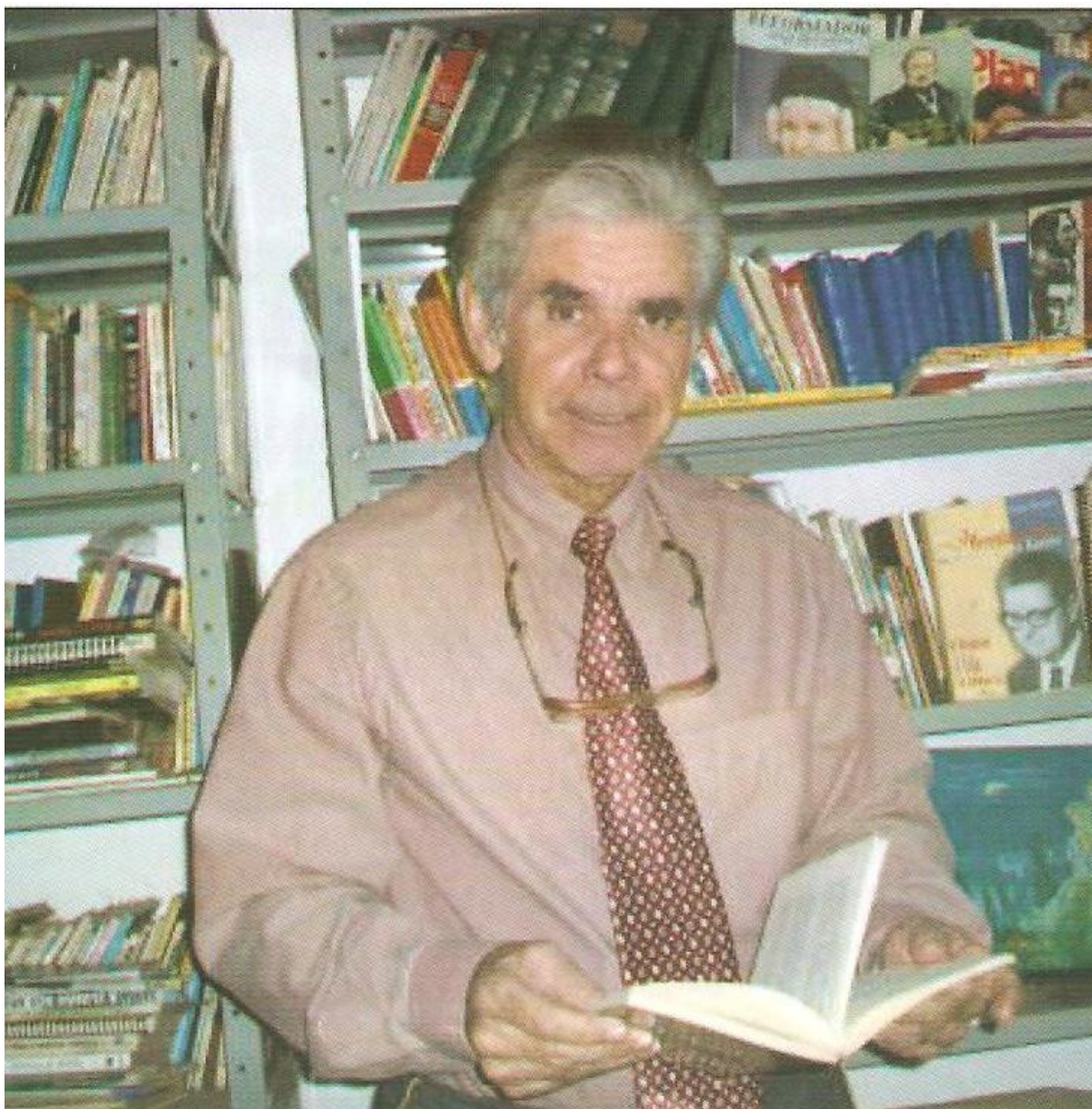
7: ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: Direito

8. ORIENTADOR: Professor Doutor CLÁUDIO DE CICCO

9. DESCRITORES: 1.Direito – Filosofia. 2. Educação – Filosofia. 3. Direito à Educação.

10: PALAVRAS-CHAVE: Justiça – Bem e mal – Moral - Evolução

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Monte Alegre PUC-SP



JOSÉ FLEURÍ QUEIROZ

Nascido na cidade de Buri-SP, aos 16/10/1941, é Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil, aposentado em 1991; bacharel em Ciências Contábeis e Atuariais pela Faculdade de Ciências Econômicas de São Paulo – Fundação Álvares Penteado (1966); bacharel em Direito pela Faculdade FKB, de Itapetininga (1973). Pós-graduado em Direito Penal – lato sensu -, pela FMU-SP – Faculdades Metropolitanas Unidas – (1996). Mestre em Filosofia do Direito e do Estado – scrito sensu -, pela PUC-SP – Pontifícia Universidade Católica – (1998). Advogado criminalista e professor universitário de 1998 até 2.001, nas cadeiras de Direito Penal, Instituições de Direito Público e Privado, Filosofia Geral, Filosofia do Direito e do Estado, Filosofia e Ética Profissional, nas Faculdades de Direito de Itapetininga-SP (FKB) e de Administração de Itapeva-SP (FAIT). É autor dos livros sobre Filosofia do Direito, pela Editora Mundo Jurídico: “A EDUCAÇÃO COMO DIREITO E DEVER À Luz da Filosofia e do Direito Natural” (2003), “CÓDIGO DE DIREITO NATURAL ESPÍRITA” - Projeto Comentado (1ª. Edição/ 2006, 2ª. Edição/2010), “SUICÍDIO É OU NÃO É CRIME?” (em parceria com seu filho Dr. Allan Francisco Queiroz, 2007), MEDICINA ESPÍRITA - CIÊNCIA MÉDICA (2009), PENA DE DURAÇÃO INDETERMINADA (Filosofia do Direito e Filosofia Espírita – 2009), FILOSOFIA GERAL VERSUS FILOSOFIA ESPÍRITA (2013).

PREFÁCIO

Ao pedir que eu prefaciasse seu livro, o Dr. José Fleurí Queiroz certamente deve ter se recordado de minhas palavras finais como componente da Banca que lhe concedeu o título de Mestre em Filosofia do Direito pela PUC de São Paulo. Naquele momento solene eu frisei a importância de seu trabalho, que vinha marcar uma retomada da autêntica argumentação espiritualista para fundamentar a dignidade da pessoa humana, centro principal das preocupações de todos os juristas neste conturbado final de século.

E isto devido ao fato de que muitas teses com o mesmo nobre objetivo, se limitam a tomar como fundamento de seu raciocínio apenas o dado legal de Direito Positivo: a pessoa humana merece respeito porque isto está na Constituição vigente no país. Outras utilizam argumento sociológico: o bem conjunto da sociedade só poderá resultar do respeito da dignidade de cada pessoa. Outros ainda, argumentos políticos: só teremos uma verdadeira democracia quando a pessoa humana for respeitada. Todos estes argumentos são bons e válidos mas estão longe de serem o fundamento mais forte e convincente da dignidade da pessoa humana. Talvez por um mal entendido a respeito das opiniões divergentes de uns poucos intelectuais confessadamente materialistas, ou talvez por julgar que tal ideia cabe mais numa dissertação de teologia do que num trabalho de cunho jurídico, a verdade é que são pouquíssimos os autores que se lembram de dizer claramente que a imortalidade da alma é a base da dignidade da pessoa humana. O valor do presente livro que se vai ler reside exatamente na vigorosa exposição, sem dubiedades, dos argumentos tirados dos grandes filósofos de várias épocas e correntes, que provam cabalmente que a alma existe, que é de natureza espiritual e que é imortal. Daí conclui o autor todos os direitos decorrentes para todo ser humano, dentre os quais destaca a educação como instrumento insubstituível para a própria evolução espiritual. Teria ela um papel primordial na prevenção da criminalidade, bem como na recuperação dos criminosos, finalidade principal da pena, segundo os modelos mais modernos de estabelecimentos correccionais e penitenciários nos países mais avançados no setor.

A compreensão da educação não apenas como meio de obter informações novas e úteis, mas principalmente como formação moral do caráter da pessoa é inseparável de uma visão filosófica de matiz evolucionista, demonstrando que tal conceito não é monopólio dos herdeiros de Darwin ou de Hegel, mas também de filósofos espiritualistas, como Henri Bergson, Teilhard de Chardin que, usando exclusivamente argumentos racionais, aceitos por todos, defendem, como os antigos estoicos gregos e romanos a evolução universal do grão de areia ao mais sublime arcanjo, para citar uma frase lapidar de **“Le Livre des Esprits”** (cfr. n. 540): “É assim que tudo colabora, tudo se encadeia na natureza, desde o átomo primitivo até o arcanjo, pois ele mesmo começou pelo átomo. Admirável lei de harmonia, sobre a qual o espírito humano limitado não pode ainda alcançar o conjunto.” No decorrer destas páginas o leitor poderá conviver com alguém como o Dr. Queiroz que por longos anos tem labutado neste importante campo da pedagogia e aquilatar como as teorias filosóficas se comprovaram no cadinho da experiência e cujo importante testemunho vem enriquecer nossa bibliografia sobre a matéria.

São Paulo, 15 de Outubro de 1998 - Dia do Professor.

Cláudio De Cicco. - (Livre-Docente em “Filosofia do Direito” pela USP e Doutor pela PUC-SP).

APRESENTAÇÃO

Nossa dissertação, um misto de “Monografia de Compilação” e “Monografia Científica” (Manual da Monografia Jurídica, Luiz Antonio Rizzatto Nunes, 1ª edição, Saraiva, 1997), com predomínio do primeiro tipo, em razão da natureza do tema : “EDUCAÇÃO COMO DIREITO E DEVER - À *Luz da Filosofia e do Direito Natural*” tem como objetivo principal demonstrar que o conceito de Educação precisa ser revisto para que ela possa alcançar sua real finalidade.

Não podemos continuar confundindo Instrução com Educação; pois, a primeira dirige-se ao intelecto e a segunda, além disso, envolve a moralidade, o caráter, o sentimento do ser humano, a formação de hábitos salutareis individuais e sociais, para que a Humanidade possa desfrutar de paz e harmonia tão ambicionadas.

O tema exigiu a pesquisa em obras de filósofos, jusfilósofos, educadores teóricos e práticos, estrangeiros e nacionais, que mais se destacaram em suas épocas nos correlatos assuntos: justiça, moral, o bem e o mal, a imortalidade do espírito, a evolução, etc., para subsidiarem o novo conceito de Educação à luz do Direito Natural, a que nos propusemos. Seleccionamos os textos mais expressivos de suas doutrinas e sobre eles procuramos as justificativas que nos levam à conclusão de que a real Educação, para ser compreendida e, eficazmente difundida, exige estudos simultâneos que integram as áreas do Conhecimento: Filosofia, Filosofia do Direito, Ciência e Religião.

O primeiro ensaio sobre o tema, com um número bem maior de páginas e obras pesquisadas, após as sábias recomendações de nosso orientador, sofreu grande redução e filtragem, para que mantivesse a característica de monografia e não perdesse, também, a objetividade necessária.

Fizemos, ainda, uma ligeira abordagem da Educação voltada para os presidiários, em razão dos gravíssimos problemas carcerários do momento e, outrossim, procuramos associá-la à doutrina do Abolicionismo (do excelente livro: *Conversações Abolicionistas*, de Edson Passetti e Roberto B. Dias da Silva, ed. IBCrim e PEPG Ciências Sociais PUC/SP, 1997).

A Educação, modéstia à parte, nos termos propostos, salvo melhor juízo, é a única solução para os problemas de toda natureza que encarceram a sofrida Humanidade!

AGRADECIMENTOS

Ao meu finado pai Joaquim Antunes Pereira de Queiroz, e minha veneranda mãe Santina Brandino de Queiroz, por terem acreditado em mim.

À minha querida esposa Domitila e meu filho Allan, pelos domingos, feriados, férias, etc., que se privaram de minha companhia para permitirem que eu concluísse este Curso.

Ao meu filho Fleury, o “Alemão”, pelo incentivo.

Ao ilustre Professor Doutor Cláudio de Cicco, meu orientador, pelas brilhantes aulas, pela sábia orientação e pela atenção e carinho que sempre dispensa a seus alunos.

A todos os demais que direta, ou indiretamente têm contribuído para o meu progresso.

ÍNDICE GERAL

<i>Introdução</i>	09
1. JUSTIÇA. A MORAL. O BEM E O MAL. A FELICIDADE.....	10
1.1. Considerações Gerais.....	10
1.2. Teorias Filosóficas Diversas.....	10
1.2.1. Heráclito.....	10
1.2.2. Demócrito.....	10
1.2.3. Os Sofistas.....	11
1.2.4. Teorias de Sócrates, Platão e Aristóteles Sobre a Moral.....	11
1.2.5. Nossa apreciação.....	12
1.2.6. S.Tomás de Aquino.....	13
1.2.7. Emmanuel Kant e sua Filosofia Moral.....	14
1.2.8. André Franco Montoro (Justiça e Igualdade Fundamental dos (homens).....	15
1.2.9. Cláudio De Cicco.....	15
1.2.10. Goffredo Telles Junior.....	16
1.2.11. Miguel Reale.....	16
1.2.12. Nossa Dissertação: Misto de “Monografia de Compilação” e “Monografia Científica”.....	17
2. O DIREITO NATURAL.....	19
2.1. Principais Doutrinadores e Defensores	19
2.1.1. Breve resumo Histórico sobre o Direito Natural como expres- são do direito justo.....	19
2.1.2. Goffredo Telles Junior. O Direito Natural. Os Bens Soberanos. A Perfeição Espiritual e a Felicidade do Homem.....	22
2.1.3. Giorgio Del Vecchio. A Idéia do Direito Natural.....	23
2.1.4. Cláudio De Cicco.....	23
3. A EVOLUÇÃO.....	25
(Heráclito, Parmênides, Empédocles, Plotino, Anaxágoras, Platão, Aristóteles, Fi- lon, Santo Agostinho, S.Tomás de Aquino, Descartes, Espinosa, , Locke, Berke- ley, Hume, Leibnitz, Kant, Fichte, Hegel, Bergson, Lotze, Schopenhauer, Farias Brito, J. Herculano Pires).	
3.1. Espírito e Matéria.....	25
3.2. A Alma e a Imortalidade.....	35
3.3. O Lugar do Homem no Universo.....	40
3.4. Dinâmica do Espírito.....	48
4. A EDUCAÇÃO COMO DIREITO E DEVER.....	53
4.1. Sócrates, Platão e Aristóteles.....	53
4.2. Comênius.....	53
4.3. Jean Jacques Rousseau.....	54
4.4. Johan Heinrich Pestalozzi.....	54
4.5. Johan Gottlieb Fichte.....	55
4.6. Johann Friedrich Herbart.....	55
4.7. Friedrich Wilhelm August Froebel.....	55

4.8. Vinícius (Pedro de Camargo).....	56
4.8.1. Instrução sem Educação.....	56
4.8.2. Um Só Problema e Uma Só Solução. Os indivíduos e as instituições sociais sem a Educação.....	56
4.8.3. O Mistério do Destino. O Amor. A Felicidade.....	57
4.8.4. Educar: Eis o Rumo a Seguir; Programa do Momento. Qual o Melhor Modo de Educar?.....	58
4.8.5. Renovação Individual e Social Pela Educação.....	60
4.8.6. O Desemprego e a Educação. Ordem e Providência.....	62
4.8.7. Analfabetismo. Corrupção. Violência. Criminalidade.....	62
4.8.8. Classes Obreiras. Direitos e Deveres. Educação e Direito Natural.....	63
.	
5. O CRIMINOSO, O CRIME E A EDUCAÇÃO. O ABOLICIONISMO....	63
5.1. Educadores Teóricos e Práticos.....	64
5.1.1. Vinícius (Pedro de Camargo).....	64
5.1.2. Padre Flanagan.....	67
5.1.3. Franklin Piza. Terapêutica recomendada aos condenados.....	68
5.2. O Abolicionismo.....	70
5.3. O Abolicionismo Com a Educação.....	72
6. CONCLUSÃO.....	73

Apêndice

I. Justiça, Igualdade, Liberdade, Fraternidade. Orgulho, Egoísmo e Educação.....	74
II. O Mestre e o Discípulo.....	78
<i>Notas Biográficas</i>	81
<i>Bibliografia</i>	87

INTRODUÇÃO

Nesta Monografia de Pós-Graduação - Mestrado em Filosofia do Direito, além da supervisão de nosso orientador, Professor Doutor Cláudio de Cicco, procuramos seguir as sugestões do Professor Doutor Luiz Antonio Rizzato Nunes, constantes de seu livro *Manual da Monografia Jurídica*, 1ª ed., Saraiva, 1997, adotando uma simbiose dos tipos: Monografia de Compilação (p. 15-18) e Monografia “Científica” (p. 24-27), com predomínio da primeira, em razão da natureza do assunto, que exigiu, para melhor caracterização, indispensáveis citações, até relativamente extensas. O tema e o Professor orientador foram de nossa livre escolha, como determina o art. 9º da Portaria 1886, de 30-12-1994, do MEC.

Qual a razão da escolha do tema: “A Educação Como Direito e Dever - À Luz da Filosofia e do Direito Natural”?

Na condição de advogado criminalista e, principalmente, expositor de temas educacionais em instituições diversas, incluindo presídios, pudemos observar que, nestes locais, principalmente, a ignorância, o analfabetismo, a incompetência profissional e o nível moral reduzido são fatores alarmantes que influem na delinquência.

Por outro lado, também, sabemos que o número de presidiários está muito aquém do quantitativo real de infratores que estão fora das grades; ou porque não foram flagrados, ou porque não são pobres, pretos ou prostitutas.

Além desses fatores, todos nós, indistintamente, incorremos, regularmente, em outro tipo de infração: são as infrações contra as leis morais.

Em razão disso tudo, da ideia original de uma dissertação sobre a Educação dirigida aos presidiários, procuramos dar-lhe um caráter geral, sob o título “Educação Como Direito e Dever”, além de ter reservado um espaço especial aos primeiros.

Para concretizá-la, além da pesquisa sobre educadores específicos dessa área, ampliamos-la para detectar o pensamento de Filósofos, Jusfilósofos, Educadores Teóricos e Práticos que mais destaque obtiveram em suas épocas, no que respeita à Educação genericamente considerada.

Como o tema Educação envolve questões de Justiça, Filosofia, Moral, Direito Natural, Direito Positivo, Evolução, O Bem e o Mal, A Alma e a Imortalidade, a noção mínima das razões: da existência do homem no universo, das desigualdades sociais, felicidade ou infelicidade, etc., distribuimos em capítulos necessários os estudos desses itens, no intuito de embasar e justificar o conceito que atribuímos à Educação, dando-lhe uma visão filosófico moral como fundamento do trabalho, à luz do Direito Natural.

Em apêndice, para ilustrar e encerrar a dissertação, além do diálogo “O Mestre e o Discípulo”, incluímos o artigo “Igualdade, Liberdade e Fraternidade”, pelo fato de o tema estar, também, diretamente ligado à nossa Constituição Federal.

I. JUSTIÇA. A MORAL. O BEM E O MAL. A FELICIDADE.

1.1. Considerações gerais

Como já mencionado, iniciaremos o trabalho com um breve estudo sobre as questões acima, procurando demonstrar ser indispensável esse procedimento para chegar ao nosso objetivo.

Para falar-se de Justiça, não vemos como dissociá-la dos demais aspectos referidos no título, pois todos eles se entrelaçam nas diversas teorias e doutrinas esposadas. Para Ulpiano, justiça é a “vontade constante e perpétua de dar a cada um seu direito”. Tomás de Aquino diz-nos que a essência da justiça consiste em “dar a cada um o que lhe é devido, segundo uma igualdade”. A Moral, a Religião também preocupam-se com as ações justas. Para Del Vecchio, é “a pedra angular de todo o edifício jurídico”. Salmond afirma que “o Direito é a Justiça que fala pela voz do Estado”. Conforme Miguel Reale, ela é mais do que um valor, é a condição primeira para que todos os valores possam se atualizar historicamente, “ela vale para que todos os valores valham”.

1.2. Teorias Filosóficas Diversas

1.2.1. Heráclito

Heráclito doutrinava

‘que o bem e o mal são duas notas numa harmonia observando que muitas coisas se transformavam em coisas opostas. O gelo, que é duro, transforma-se em água, que é mole. Isso o levou a acreditar que a combinação de opostos resultou num todo, no qual existe harmonia. Assim como na música a harmonia resulta da combinação de notas graves e agudas, no universo ela resulta da combinação de opostos, do bem e do mal. Nós vemos apenas os opostos, o bem e o mal, mas Deus vê a harmonia, de modo que todas as coisas são justas por fazerem parte da grande harmonia universal. Assim, a vida boa para o homem é a que é vivida em harmonia com a razão universal, lei que se difunde em todas as coisas. O homem procura compreender essa harmonia e adaptar-se a ela, a fim de que suas ações estejam de acordo com o princípio que governa todo o universo.’¹

1.2.2. Demócrito

A principal figura dos atomistas gregos, ensinava que

‘a felicidade constitui o alvo da vida. O homem deve sempre procurar a felicidade. Considerava a felicidade uma condição interior, ou estado de tranqüilidade, que depende da harmonia da alma. Ensinava que, para ser feliz, não se deve depender das coisas do mundo, pois estas vêm e vão, e sua falta ocasiona infelicidade. Mais exatamente, a felicidade é um estado do homem superior, um equilíbrio da vida, uma atitude que associa a reflexão à razão. A bondade não é apenas uma questão de ação; depende do desejo interior do homem. O homem bom não é o que pratica o bem, mas o que deseja praticá-lo sempre. “Pode-se distinguir o homem falso do que se afigura verdadeiro, não só pelos seus atos

¹ S.E.Frost Jr., *Ensinaamentos Básicos dos Grandes Filósofos*, Trad. de Leônidas Gontijo de Carvalho, “p.87/88”.

*como também pelos desejos” - disse ele. A bondade traz a felicidade, o alvo da vida’.*²

1.2.3. Os sofistas

Com os *sofistas*, as teorias sobre o problema do bem e do mal entraram num período de confusão. Se, conforme Protágoras afirmava, “o homem é a medida de todas as coisas”, então é também a medida do bem e do mal. Cada um tem o direito de determinar, por si, o que é o bem e o que é o mal. O fim dessa prática é, naturalmente, o caos. Os sofistas, como vemos, continuam atuantes em nossos dias.

*‘O resultado dessa teoria foi a anarquia moral, o individualismo puro e, finalmente, o egoísmo. Mas um exame detalhado sobre ela revela uma tendência rica de possibilidades. Os sofistas estavam apelando para a independência do espírito humano. Rebelavam-se contra a autoridade arbitrária em questão de moral, alegando que o espírito humano deve pensar por si e, com isso, descobrir um código do bem e do mal. Foram os paladinos do indivíduo e sua independência. Possuíam, entretanto, algo muito precioso ao homem moderno, a liberdade de pensar e de chegar a conclusões acerca do bem e do mal. Desafiaram a que se justificasse a teoria moral ante as barreiras da razão humana.’*³

1.2.4. Teorias de Sócrates, Platão e Aristóteles Sobre a Moral

Sócrates também se interessou pelos problemas relativos à vida moral. Muitos de seus ensinamentos versaram sobre a significação do bem e do mal. Indagava qual o mais elevado bem, pelo qual se pode medir tudo o mais no mundo? Respondia que é o *conhecimento* e nenhum homem é voluntariamente mau. Passou a vida procurando auxiliar os homens a descobrir o que representa o bem. Assim, para ele, a vida que esteja sempre inquirindo, e procurando descobrir o que é bom, é a melhor; é a única digna de ser vivida.

Para *Platão*, o mundo dos sentidos é irreal, transitório e mutável. Eis o mal. O verdadeiro mundo das idéias puras e imutáveis é o do bem que só pode ser conhecido através da razão. Esta, portanto, é o mais alto bem do homem. A razão de viver é libertar a alma do corpo para que ela possa contemplar o verdadeiro mundo das idéias.

Entretanto, o homem pode ser justo, mesmo sujeitando-se ao corpo e permanecendo no mundo das sombras mutáveis. Enquanto os apetites preocupam-se com as funções e os desejos do corpo, a vontade, ou a parte espiritual do homem, deve preocupar-se com as ações, a coragem e a bravura. O homem vive uma vida justa quando a razão governa a vontade e os apetites.

A razão é, portanto, o mais alto bem para o homem. Platão ensinava que ser feliz é sobressair-se pela sabedoria, coragem e autodomínio. A felicidade e a bondade andam de mãos dadas. Não se deve, porém, procurar o prazer como alvo

² Ibidem, “p.88”.

³ Ibidem, “p.88/89”.

da vida. O prazer surge quando se atinge uma vida justa, na qual *o mais alto bem*, a razão, governa e domina o *inferior*, a vontade e os apetites.

Aristóteles afirmou que a razão é que torna o homem distinto dos outros seres e a sua concretização traz a felicidade.

*‘A vida justa, para Aristóteles, é, pois, aquela em que o homem concretiza completamente a parte suprema de sua natureza, a razão. Tal homem será nobre, justo, honesto, atencioso e dará provas de todas as outras virtudes. Agirá assim porque o deseja do íntimo do ser. Não é forçado a agir desse modo por imposição de qualquer autoridade fora dele; sua própria natureza o impele para as boas ações. Escreveu Aristóteles: “A virtude é a disposição, ou hábito, que envolve uma alternativa, ou objetivo deliberado, e consiste em um meio-termo relativo a nós mesmos, determinado pela razão ou pela maneira que um homem prudente a determinaria.”*⁴

1.2.5. Nossa apreciação

Reunindo os aspectos comuns dos pensamentos desses filósofos, vemos em: a) *Heráclito*, que a vida boa para o homem é a que é vivida em harmonia com a razão universal e que este procura compreendê-la a fim de que suas ações estejam de acordo com o princípio que governa todo o universo; b) *Demócrito*, que a felicidade constitui o alvo da vida e o homem deve sempre procurá-la e, que, esta é um estado do homem superior, um equilíbrio da vida, uma atitude que associa a reflexão à razão. O homem bom é aquele que deseja sempre praticar o bem e a bondade traz a felicidade, que é o alvo da vida; d) *Sócrates*, que o mais elevado bem, pelo qual se pode medir tudo o mais no mundo, é o conhecimento; se o indivíduo sabe o que está direito, agirá de acordo e ninguém é voluntariamente mau; e) *Platão*, que o mundo dos sentidos é irreal, transitório e mutável, sendo, por isso, o mal, e o mundo das idéias puras e imutáveis é o bem, que o homem só pode conhecer através da razão. Esta é o mais alto bem do homem. Entretanto, o homem pode viver uma vida justa mesmo sujeitando-se ao corpo e permanecendo no mundo das sombras mutáveis das coisas reais, enquanto a sua parte racional governar todos os seus atos. A felicidade e a bondade andam de mãos dadas; f) *Aristóteles*, dizendo que o que distingue o homem é a razão, o seu mais elevado bem está na concretização completa dela, e é o que lhe traz felicidade. Platão também afirmou que a razão é apenas uma parte do homem, pois este tem sensações, desejos e apetites e, que uma vida é justa quando todos esses fatores se concretizam em perfeita harmonia, na qual a razão domina e as sensações e desejos obedecem. E o objetivo da vida humana é uma atitude racional para com as sensações e os desejos.

A contrario-sensu, os sofistas procuraram justificar o princípio de que cada homem deve viver como lhe apetece, conseguir o que quer, por quaisquer meios possíveis, e elaborar seu próprio código, gerando, como visto, a anarquia moral, o individualismo puro e o recrudescimento do egoísmo.

Assim, notamos que o conhecimento, o bom-senso, a reflexão, a razão, levam o homem à discernir o bem do mal e optar, livremente, por um ou outro caminho que o levará, respectivamente, à felicidade ou infelicidade. E qual o meio

⁴ Ibidem, “p.89-92”.

para se chegar a essas conclusões? Respondemos categoricamente: através da Educação, cuja ausência leva o homem a optar por falsos valores, infringindo as leis sociais e naturais.

1.2.6. S.Tomás de Aquino

Como já ressaltado, destacaremos, a seguir, do pensamento deste filósofo, os aspectos que mais de perto interessam ao nosso objetivo no tocante à sua visão de mundo, do homem, imortalidade, justiça, etc., com o propósito de subsidiar o conceito de Educação com a maior profundidade possível.

S.Tomás de Aquino seguiu Aristóteles ao explicar o mundo que sentimos através dos sentidos, apresentando a matéria como aquilo sobre o que os universais atuam. A natureza é a união de universais e matéria. O universo resulta da união de matéria e universais, e as muitas coisas, nele existentes, diferem na quantidade de matéria que contêm.

Quanto à existência do espírito, ou alma, a imortalidade e sua permanente evolução, doutrinou

‘que a alma humana foi criada por Deus. Segundo ele, é o princípio imaterial, espiritual e vital do corpo. Essa alma espiritual é agregada ao corpo por ocasião do nascimento. Se bem que haja outras, a do homem difere por ser inteligente e dotada de vontade. Essa alma inteligente não depende do corpo para sua existência ou função; pode continuar a agir depois dele ter perecido. Mais ainda: continua a existir como existiu durante a vida do corpo. Forma, pois, por si mesma, um novo corpo, um corpo espiritual, por meio do qual atua por toda a eternidade.’⁵

No tocante à Justiça, entende S. Tomás, ser uma virtude que ordena para o bem comum os atos exteriores de todos os homens, não se confundindo com o princípio da igualdade, pois leva em conta as desigualdades, combatendo, assim, o egoísmo e a maldade humana, despertando, portanto, o sentimento humano para a solidariedade, o amor ao próximo, a caridade.

A repartição da riqueza, como vemos, não se confunde com a justiça distributiva, é princípio de amor, de caridade, diferenciando da justiça geral de Aristóteles é mais do que simples repartição, é afastada a idéia de justiça utilitarista, com algo a ser atingido.

Durante as aulas de nosso último semestre de 1997, Teoria da Justiça, com o Professor Tércio Sampaio Ferraz, o mesmo indagou se esse estado a atingir - Justiça-Cáritas -, seria uma utopia, se não seria válida apenas para uma organização fechada, religiosa, talvez. Pretendemos demonstrar, no transcorrer de nossa dissertação, que o o homem sendo um espírito imortal associando-se, transitoriamente, a um copo físico, caminha rumo à perfeição possível, lapidando-se nas experiências e vicissitudes terrestres - que funcionam como processo educativo e re-educativo -, desenvolve sua inteligência e sublima o sentimento que lhe permitirão exercitar, socialmente, em futuro, esse amor pregado por S. Tomás, como verdadeiro fundamento de justiça. Para tanto, estamos apoiando-nos, como recomendamos o ilustre orientador, Professor Cláudio De Cicco, em doutrinadores que fixaram seu pensamento alicerçados em princípios racionais.

⁵ Ibidem, “p.167/168”.

A expressão Justiça Social, que surge no século XIX com os teólogos, como vemos, tem origem tomista e aristotélica e alarga o sentido de justiça . O todo representado por uma vontade comum: o Estado tem que respeitar o direito de cada um. O que se quer agora é uma distribuição diferente a partir de uma reflexão sobre S. Tomás; é a distribuição apoiada no amor-cristão, amor desinteressado, forma de associação dos dois modelos: horizontal e vertical de aplicação de justiça, que sucede às antigas Justiça-Virtude, Justiça-Vontade, Justiça-Ordem, etc.

1.2.7. Emmanuel Kant e sua Filosofia Moral

A preocupação fundamental de Kant foi descobrir o significado do que é justo e injusto, do bem e do mal. Perguntou: “como definir o dever e o que implica a definição?” Respondeu que a única coisa absolutamente boa, no mundo, é a vontade humana governada pelo respeito para com as leis morais ou a consciência do dever, sendo ato moral aquele que é praticado, mais respeitando as leis morais do que com vistas a ganhos egoístas ou com vistas à simpatia dos outros. Acrescentou que as leis morais são inerentes à própria razão. Estão *a priori*, antes da experiência, na própria natureza do pensamento humano. Enunciando uma sentença que diz: “Age somente de acordo com uma máxima que possas, ao mesmo tempo, querer que se converta em uma lei geral; age de modo a poderes desejar que todo o mundo siga o princípio de teu ato.” Em cada caso - julgava Kant - essa regra , esse *imperativo categórico*, é um critério seguro sobre o que constitui o bem e o mal. O ato que desejamos seja praticado por alguém, ou por todo mundo, é um ato bom.

Kant enunciou outra lei, implicando o imperativo categórico: “Age sempre de modo a tratar a Humanidade como um fim, tanto em tua própria pessoa como na dos outros, e nunca te sirvas dela como um simples meio.” Nisso está afirmando o valor fundamental do indivíduo. Nossos atos não devem ser tais que usemos o indivíduo como um meio para atingir nossos fins, ao contrário, devem ser destinados a servir a outros, como sendo esses os seus próprios fins.

Segundo Kant, existe, pois, implantada na própria razão humana, uma lei básica e fundamental que dirige todas as atividades morais. Ela exige que cada um aja sempre como se fosse o supremo monarca do mundo, e que o princípio de seus atos se torne o dos atos de todos. Se cada indivíduo medir seus atos por esse imperativo categórico, poderá afirmar, inquestionavelmente, se o mesmo é justo ou não.

Doutrinando sobre o universo em geral, afirma que a Razão pode também construir um mundo de Idéias que não tem começo no tempo, onde os corpos podem ser divididos indefinidamente e no qual há liberdade e um Ser absolutamente necessário, Deus, que é a causa de tudo. Conquanto não possamos conhecer tal mundo através da experiência, podemos discutir sua existência e agir como se fosse real. Kant acreditava, de fato, que o homem deve agir como se existisse essa espécie de mundo, se quiser preservar sua integridade moral. Pois, na base de tal mundo, Kant inferia a existência de Deus, da liberdade e da imortalidade. Além disso, demonstrou que toda bondade e toda moralidade dependem de ação, como se existisse essa espécie de mundo. A idéia deste mundo, afirmou, é reguladora - orienta o homem para certos objetivos. Acreditando na existência dele, o homem esforça-se em ser bom.

Assim, para Kant, existem dois mundos: o da experiência, o *fenomenal*, e o da razão, o *numenal*. Um é científico, o outro, prático.

Afirmou, ainda, que a idéia sobre a alma tem valor ético. É resultado da lei moral e serve como base para a vida moral. Mas o homem não pode tornar-se absolutamente bom em todo momento, durante sua existência mortal. Conseqüentemente, esse princípio torna necessária a imortalidade da alma, a fim de as exigências da lei moral poderem ser atendidas. Durante esse tempo infinito, tornado necessário e possível, a alma humana encaminha-se para a perfeição, para a completa realização das exigências da lei moral.

Como podemos depreender, Kant aborda os pontos principais que preocupam à nossa dissertação: espírito e matéria, justiça, liberdade, imortalidade, o bem e o mal, a moral e a evolução. Aspectos vivenciais só compreensíveis à luz da razão e desenvolvida pela educação integral, como estamos pretendendo demonstrar.

1.2.8. André Franco Montoro. (Justiça e Igualdade Fundamental dos Homens)

Justiça e Igualdade Fundamental entre os homens é assunto por demais discutido através das épocas e, que, finalmente em nossos dias, é quase que unânime a concordância. Para dimensionar o verdadeiro alcance da *educação*, não podemos dispensar o que insígnos pensadores firmaram sobre os temas correlatos: justiça, moral, igualdade, liberdade, fraternidade, etc. Na obra do festejado ANDRÉ FRANCO MONTORO, Introdução à Ciência do Direito, 8a. ed., 1978, 1º vol, RT, págs.173 a 175, constatamos algumas de suas observações:

“Essas considerações nos levam ao fundamento da justiça, que é a igualdade essencial de todos os homens. Por que exige a justiça essa igualdade nas relações sociais? Porque todos os homens têm a mesma natureza e dignidade fundamentais. Nenhum pode ser considerado simples instrumento e ser usado como tal. A finalidade da justiça, como diz VERMEERSCH, é assegurar a igualdade pessoal dos homens. “Fundamental é o princípio de que cada ser humano é pessoa, isto é, uma natureza dotada de inteligência e vontade livre”, diz JOÃO XXII-I, na Encíclica “Pacem in terris”. A verdadeira noção de justiça só penetrou no mundo com o Cristianismo, que proclamou, de maneira e com amplitude e convicção até então desconhecidas, a igualdade fundamental e a universal fraternidade de todos os homens, de qualquer raça e condição. Esse princípio foi proclamado expressamente na Declaração Universal dos Direitos do Homem, em 1946, nos termos seguintes: “o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e de seus direitos iguais e inalienáveis é o fundamento da liberdade, da justiça e da paz do mundo”.”

1.2.9. Cláudio De Cicco

Em seu livro “Uma Crítica Idealista ao Legalismo - A Filosofia do Direito de Gioele Solari”, Ed. Ícone,1995, página 197, estabelecendo um paralelo entre os pensamentos de CAMPANELLA e GIOELE SOLARI, traz-nos sua conclusão dizendo:

“A Justiça, então, seria o bem comum dos escolásticos? Ou o jusnaturalismo subjetivista do século XVIII? A posição de Campanella - e podemos ver como e em que se inspirou Solari - é antes platônica, a Justiça como Ideal em si, ontologicamente existente, parâmetro supremo das modestas e limitadas tentativas humanas de realização na ordem legal. Campanella absorveu numa visão platônica a tradição aristotélico-tomista, pondo-se contra Suárez como contra Occham, ao ver na Justiça uma emanção mais do que da Vontade, da Sabedoria eterna (“ratio aeterna”) de Deus. Cremos poder ver no Idealismo de Solari uma sobrevivência dos anseios de Justiça e Igualdade de Campanella, com toda a contribuição dada pelo Socialismo moderno e pela filosofia de Hegel, de modo a configurar uma idéia de lei justa e ideal, na absoluta igualdade e proporcionalidade, e com ela comparando os vários sistemas legislativos modernos, e por este motivo condenando o seu individualismo e louvando as razões do historicismo. Em suma, Solari laiciza e viabiliza, modernizando-o, o pensamento do grande Campanella, que como Giordano Bruno, seus contemporâneos consideravam “verdadeiro precursor do Mundo Moderno”.”

Se interpretamos corretamente o comentário do Professor Cláudio De Cicco, sobre os pensamentos de Solari e Campanella, ou seja - uma idéia de lei justa e ideal, na absoluta igualdade e proporcionalidade -, percebemos uma identidade de ideal, no sentido de uma aproximação das leis sociais às leis naturais, única forma de se chegar à real Justiça, onde a educação terá proeminente influência, como estamos demonstrando.

1.2.10. Goffredo Telles Junior

Em “Filosofia do Direito”, 2º tomo, 1966, Ed. Max Limonad, págs. 514/515, abordando a resposta à indagação “Que é justiça?”, responde:

“Não é fácil defini-la. De todas as realidades ligadas às normas sociais, talvez seja esta a de mais difícil definição. Dizemos “Fazer justiça”, e sabemos intuitivamente o que estamos dizendo. “Fazer justiça” significa “Fazer com que alguém tenha o que é seu”. Significa “atribuir o seu a quem o seu pertence, em conformidade com a norma social”. Empregamos aqui a expressão “dar a outrem” em amplo sentido. Ela significa “fazer ou abster-se de fazer, em benefício de outrem”. Significa, inclusive, “não prejudicar a outrem”.

Deixar de educar é “prejudicar a outrem”, é deixar de fazer justiça, é contrário ao Direito Natural.

1.2.11. Miguel Reale

Em sua exuberante obra “Filosofia do Direito”, 17a. edição, 1996, Ed. Saraiva, às páginas 502 e 503, esclarece-nos :

“A Justiça é vista por uns pitagoricamente como expressão de harmonia aritmética, como proporção. Por outros, como força que liga entre si os astros e os corpos, como aquela força que determina a passagem do caos para o cosmos. A natureza é harmônica e cósmica, porque presidida pela divindade suprema segundo os “conselhos” de Têmis, que de Júpiter gerou a filha Diké, a deusa dos julgamentos, a deusa vingadora das violações da lei. Por ser a Justiça um alvo a ser atingido, surgiu a noção do Direito como algo que traça uma direção, como

comportamento enquanto dirigido para o ideal personalizado em poderosa divindade. Nessa intuição, o elemento mítico se entrelaça, de maneira prodigiosa, com a experiência humana empírica. É desnecessário lembrar aqui a importância dos mitos na formação do saber humano. Platão e Aristóteles já puseram em altíssimo relevo a importância dos mitos para a Ciência, mostrando o papel que representam as hipostasizações do homem no processo do conhecimento, porquanto representam maneiras de penetrar no âmago da realidade, naquilo que a realidade tem de mais oculto. Podemos, pois dizer que a primeira intuição do Direito foi em termos de Justiça, ou, se quisermos empregar palavras de nossos dias, em termos axiológicos. Este sentimento do Direito como Justiça, como valor, como ideal, implicava a idéia de obrigatoriedade, de comando, tanto assim que o ideal se divinizou; e a Justiça foi predicado atribuído à própria divindade.”

Direito como Justiça! Justiça como Direito! Justiça foi predicado atribuído à própria divindade! O Direito Natural postula que o princípio de Justiça encontra-se na consciência do homem, como a marca do Criador na criatura, já o afirmara, também, Descartes. Desejar a outrém o que se deseja a si próprio não seria difícil, caso o orgulho e egoísmo não estivessem tão arraigados, ainda, nos corações humanos. Entretanto, no processo evolutivo permanente, o espírito imortal, pela experiência e educação, vai conciliando sua lei transitória à lei eterna e imutável, oriunda da Divindade e, como dito, existente em estado latente no ser espiritual.

1.2.12. Nossa dissertação: misto de “monografia de compilação” e “monografia científica”

Como já fartamente esclarecido, o nosso trabalho é um misto de monografia de compilação e monografia “científica”, em razão da natureza do tema que exige algumas transcrições relativamente extensas, mas de magnífico conteúdo para o nosso propósito: “Educação” permanente do Espírito, como única alternativa para se atingir as tão almejadas Fraternidade, Igualdade, Liberdade e, conseqüentemente, a Felicidade.

No que se refere, por exemplo, ao preso condenado sem condições de sair com vida da prisão, ou ao doente terminal, sem chances de sobrevivência, que tipo de educação lhes seria válido senão uma que lhe demonstrasse, lógica e racionalmente, a sobrevivência do espírito após a morte, que as experiências evolutivas igualmente não se interrompem, que todas as virtudes estão potencialmente em seu próprio âmago e que pelo próprio esforço podem ser estimuladas a eclodir, propiciando-lhe vida cada vez melhor!?

É isso que estamos empenhados em demonstrar, à luz da Razão, estribando-nos em filósofos, jusfilósofos, pensadores e educadores espiritualistas que vislumbraram esse roteiro lógico aos destinos humanos mas, que, infelizmente, os interesses materialistas e sectaristas têm mantido esses ensinamentos distantes das massas.

A Justiça em sí, é uma lei da Natureza que se revela em todas as sucessões de acontecimentos: se o homem é feliz ou infeliz, há justiça; se há diferenças sociais, há justiça; se há desgraças individuais ou coletivas, etc., há justiça. O que aparenta ser injustiça, é apenas fruto de uma visão e análise imediatistas e parciais do resultado dos fatos, como se fossem definitivos e inexoráveis. É preciso uma intuição mais apurada, inserindo no julgamento, além do presente, o passado próximo

e remoto, onde causas e efeitos vão se encadeando com perfeição e harmonia visando sempre o “bem” de tudo e de todos, permanentemente e, onde vemos o “mal” trata-se apenas, como dito, de uma visão distorcida e incompleta da realidade.

O homem de hoje é mais inteligente que o de ontem, o de amanhã será, sem dúvida, mais que o de hoje. Mesmo em questões morais e de sentimentos, em que pesou menor desenvolvimento, o homem também evoluiu. Isso porque, ele, o Espírito imortal, vem somando experiências através das eras, alternando-se em posições de riqueza, pobreza, amarguras, alegrias, triunfos, derrotas, em razão do bom uso ou não de seu livre-arbítrio cumprindo ou infringindo as leis naturais e colhendo, conseqüentemente, recompensas ou punições transitórias.

A boa Educação, ilumina-lhe de forma lógica o raciocínio e desperta-o para essa visão real da vida estimulando-o à prática de ações coerentes com as referidas leis morais.

2. O DIREITO NATURAL

O desconhecimento do real alcance da Educação conduziu-nos ao predomínio das idéias materialistas, como já afirmado, e a busca da verdade, pela Ciência, Filosofia e Religião, seguindo caminhos independentes, quase sempre dogmáticamente, sem a união de experiência, razão e fé, levou a humanidade à uma preocupação imediatista de atendimento às necessidades existenciais, onde a inteligência avançou desproporcionalmente aos valores morais e sentimentais, provocando, conseqüentemente, o recrudescimento do egoísmo e orgulho, através dos quais, principalmente, surgem os delinqüentes de toda espécie que, quando são flagrados, acabam se tornando presidiários.

Pode-se deduzir, do exposto, que existe um número muito maior de infratores às leis em geral que não estão aprisionados em penitenciárias, cadeias, presídios, etc., mas, que, da mesma forma, necessitam submeter-se a um processo educativo ou reeducativo abrangente para que entendam a necessidade de respeito às leis positivas e naturais.

Vemos, no Direito Natural, princípios de justiça que exigem melhor compreensão e, por conseqüência, uma educação mais profunda e abrangente a respeito, para que nossas ações sejam equilibradas e conscienciosas, refletindo-se no bem-estar de todos.

Por esses motivos, antes de tratarmos especificamente do tema Educação, estamos recorrendo, agora, de forma resumida, aos defensores do Direito Natural, que mais se aproximam do conteúdo manifestado por nós, bem como a determinados filósofos espiritualistas e adeptos dos princípios evolucionistas.

2.1. Principais Doutrinadores e Defensores do Direito Natural

2.1.1. Breve resumo histórico sobre o Direito Natural, como expressão do direito justo.

Recorrendo, inicialmente, a ANTONIO BENTO BETIOLI, Livro Introd. ao Direito, 3ªed., Letras e Letras, Saraiva, pág.397 e seguintes, a fim de estruturar as ilações sobre o tema proposto, analisemos os providenciais resumos sobre o Direito Natural.

Referindo-se ao positivismo e jusnaturalismo, esclarece Betioli

“Que quanto à fundamentação do Direito, há de fato duas posições básicas: monista ou dualista, representadas pelo Positivismo Jurídico e pelo Jusnaturalismo. Segundo o Positivismo Jurídico, o Direito não necessita de qualquer justificação exterior ou transcendente, porque se justifica por si mesmo; reduz o Direito apenas à ordem jurídica positiva. Jusnaturalismo é a expressão com a qual se designam as inúmeras correntes de pensamento que admitem, além do Direito positivo, da ordem jurídica estabelecida pelo Estado, a existência de uma outra ordem, superior àquela, expressão do justo e que deve orientar o trabalho do legislador humano.

No tocante ao direito natural na antiguidade, continua o autor:

“Podemos afirmar que o reconhecimento da existência de um direito natural acompanha a formação histórica do Direito. Desde a Antiguidade, esse pensamento, com formulações diferentes, dominou as especulações filosóficas, éticas e jurídicas sobre o tema: Na Grécia e Roma - a) Uma das primeiras manifestações desse pensamento se encontra em “Antígona”, famosa tragédia de SÓFOCLES (494-406 a.C.), quando a heroína se insurge contra um decreto do rei Creonte que proibia o sepultamento de seu irmão Polinice, alegando que, acima da ordem do tirano, devia cumprir certas “leis não escritas, que não são nem de hoje, nem de ontem, e ninguém sabe quando nasceram”. b) ARISTÓTELES (184-322 a.C.), no livro V da “Ética a Nicômaco” distingue o “justo por natureza” do “justo legal”, estabelecido por leis emanadas da autoridade pública ou por convenções das partes. c) Em Roma, os jurisconsultos ensinavam que, além do direito próprio de cada Estado, existe um direito decorrente da natureza humana e, portanto, universal, chamando-o de “direito das gentes” (Institutas, Liv. I, tít. II, par. 1º). Porém, é CÍCERO (106-43 a.C.) que, com elegância ímpar, discorreu sobre a lei natural: “Há uma lei verdadeira, a razão reta, conforme à natureza, gravada em todos, constante, eterna...não é uma lei em Roma e outra em Atenas, uma agora e outra depois, mas una entre todos os povos e em todos os tempos... e o homem não a pode violar sem negar-se a si mesmo e despojar-se da sua natureza humana” (De República, liv. III). Na época da Patrística as figuras de S.AMBRÓSIO (340-397), S.AGOSTINHO (354-430), ISIDORO DE SEVILHA (560-636), inspirados na tradição greco-latina, ensinam que existe uma lei natural, fundada em Deus, autor da natureza, universal e imutável, cuja observância constitui a virtude da justiça.

Defendemos, também, como não poderia deixar de ser, a idéia de que as leis positivas devem se aproximar dos preceitos da lei natural, à medida que o progresso moral se acentue, para que a expressão do justo deva orientar o trabalho do legislador humano.

Ao referir-se ao Direito Natural como expressão da Razão Divina, continua o autor:

“Na Idade Média surge a figura notável de SANTO TOMÁS DE AQUINO (1225-1274), com a sua concepção de um mundo governado por leis que guardavam entre si uma hierarquia. A ordem universal, segundo o Doutor Angélico, é estabelecida pela “lei eterna”, que vem a ser “a razão da sabedoria divina como diretora de todos os movimentos e ações no universo” (I-II, q. 93, a.1). Dela o homem participa através da “lei natural”, que é “a participação da criatura racional na lei eterna”(I-II, q. 91 a.2). A “lei humana” ou lei positiva é estabelecida pelo homem, inspirado pela lei eterna via da lei natural; a lei jurídica positiva é um complemento da lei natural, da qual decorre por “conclusões” ou por determinações próximas” (I-II, q. 95 a.2). Trata-se, como vemos, duma concepção do Direito Natural como expressão da Razão Divina, ao qual deve subordinar-se a lei positiva humana.”

Quanto à Doutrina Racionalista do Direito Natural, em sua exposição, dá seqüência BETIOL dizendo que

“Entre os séculos 17 e 18 surge a chamada Escola do Direito Natural, ou Doutrina Racionalista, que não se limita a procurar no Direito Natural princípios diretores para a elaboração jurídica, mas pretende estabelecer um sistema completo de preceitos que descem até os menores detalhes. O Direito Natural passa a

constituir um Código completo de regras, que servem de modelo ao direito positivo. Tais normas são obtidas pela razão humana, dela derivando; são expressões da razão humana, que perscruta a natureza e não pode se enganar, por isso todas essas normas têm a mesma validade absoluta e universal. Em suma, o Direito Natural é pura exigência da razão, a tal ponto que ele existiria “mesmo que Deus não existisse” (GRÓCIO). Trata-se, pois, de um direito antes “racional” que “natural”: a razão, por si mesma, era suficiente para descobrir e decretar fórmulas políticas ou jurídicas. A Escola Racionalista concebeu, portanto, o Direito Natural como sendo imutável e universal, não apenas nos princípios, mas também em sua aplicação prática, à diferença de Santo Tomás de Aquino. São seus principais representantes: HUGO GRÓCIO (1538-1645), PUFFENDORF (1632-1694), LOCKE (1632-1704), ROUSSEAU (1712-1778) e KANT (1724-1804). Note-se que a denominação “Direito Natural” surgiu propriamente dos estudos de GRÓCIO, que o definiu como sendo “aquilo que a reta razão demonstra ser conforme a natureza sociável do homem”.

Concordamos parcialmente com os princípios da Escola Racionalista, isto é, a aplicação prática de seus princípios não era e não é ainda possível, em virtude das imperfeições morais predominantes no ser humano, tais como: o egoísmo, o orgulho e as ambições desenfreadas.

Entretanto, entendemos, igualmente, que o Direito Natural é pura exigência da Razão que deve ser, antes, sublimada pela luz da Verdade, que só a boa educação pode propiciar.

E quanto à Escola Histórica do Direito? Continuando, o mesmo autor informa-nos:

“É de se ressaltar que, como reação aos excessos do poder criador da razão, surge no século 19, o “historicismo”, cujo ramo jurídico se consubstanciou na ESCOLA HISTÓRICA DO DIREITO, fundada por juristas alemães (SAVIGNY, PUCHTA, GIERKE). Para os doutrinadores da escola, o Direito já não é mais criação da razão humana, de onde se possam deduzir regras imutáveis, mas simplesmente decorrência do fato histórico. Em vez do primado da razão humana na concepção do Direito, a Escola Histórica do Direito colocava como fundamento desse mesmo Direito a realidade social de cada povo.

No tocante ao positivismo jurídico, diz-nos:

“Fruto também, no século 19, da forte reação contra as extravagantes pretensões do Direito Natural Racionalista foi o POSITIVISMO JURÍDICO que, como vimos, repele o Direito Natural como um nãoDireito, excluindo-o como objeto da ciência jurídica.

Em nosso modesto entender, a Escola Racionalista, a Escola Histórica e o Positivismo Jurídico representam visões parciais e exclusivistas das duas áreas do conhecimento: Filosofia e Ciência, em que cada ramo pretende a posse plena da Verdade.

Entretanto, só uma visão conjunta, imparcial, destituída de personalismos, sectarismos e de prepotências doutrinárias pode aproximar o homem da Verdade Relativa, possível ao nosso grau atual de intelectualidade e moralidade.

E, por hipótese, se isso que dissemos fosse, no momento, uma realidade, teríamos, conseqüentemente, um Direito Positivo mais justo e humano, abraçando

princípios das demais Escolas e aproximando-se do Direito Natural que será, sem dúvida, predominante no futuro.

Confirmando, em parte, o que estamos dizendo, vejamos o que doutrina MIGUEL REALE, através de BETIOLI:

(...) apesar das incessantes mutações históricas operadas na vida do Direito, há, todavia, um núcleo resistente, uma constante axiológica do Direito, a salvo de transformações políticas, técnicas ou econômicas. Não se trata, pois, de algo intemporal ou a-histórico. Diz MIGUEL REALE: “o que existe são condicionantes naturais e tendências constantes que balizam e orientam o trabalho criador e construtivo do legislador, primeiro, e do exegeta, depois”. Não devemos, portanto, conceber um direito natural abstrato, desligado da história, não relacionado com a experiência histórico-social. O seu conhecimento, como dito, se faz pela conjugação da experiência com a razão. Importa, pois, ter presente que: a) a natureza humana, quando aplicada esta noção ao direito para daí se chegar à idéia de direito natural, é algo concreto, vivido, realizado na história; b) o direito natural não é um paradigma ideal a servir de modelo ao direito positivo, mas um conjunto de princípios ordenadores, um fundamento, uma diretriz. Conclui o autor: “Sob qualquer ótica, o fato incontestado é que a árvore jurídica, com seus vários ramos, é vivificada pela seiva do DIREITO NATURAL. Se esta não circula, a árvore se reduzirá a um acúmulo de galhos secos.

Pedimos vênia para discordar do insígne jusfilósofo no tocante à sua idéia de que o direito natural não seja paradigma ideal a servir de modelo ao direito positivo. Isso seria verdadeiro se não houvesse a educação, entendida em toda sua abrangência, como estamos delineando-a, a preparar as pessoas para uma nova visão evolutiva de vida.

2.1.2. Goffredo Telles Junior: O Direito Natural . Os Bens Soberanos. A perfeição espiritual e a felicidade do homem.

Em seu livro “Filosofia do Direito”, 2º tomo, 1966, Max Limonad, pág. 486 a 490, oferece-nos fartíssimo material para a elaboração de nosso pensamento sobre a educação, as razões da existência humana, etc., porque doutrina sobre o Direito Natural, a felicidade do homem, verdadeiros bens, perfeição do homem natural, perfeição espiritual, bens espirituais (Bens Soberanos), normas naturais éticas, normas anti-naturais malélicas, etc. Começa, pois, explanando sobre o Governo legítimo e o Direito Natural, dizendo que o principal nos organismos sociais é a pessoa humana, isto é, a felicidade do homem é o bem universal. Entretanto, diz ele, os vícios e as paixões amordaçam o que sabemos e procuramos a felicidade em bens ilusórios que nos trazem amargura, sofrimento, decepção, remorso.

Os bens supremos que verdadeiramente convém ao homem são os que o aperfeiçoam, é a perfeição natural do homem espiritual, pois ele pertence à categoria dos seres espirituais.

Não só concordamos, como acrescentamos que o homem é, em essência, espírito imortal rumando para a perfeição relativa possível. Essa perfeição se substancia no desenvolvimento intelectual e moral através da existência corporal, cujas vicissitudes para isso contribuem, permitindo-lhe, pelo uso do livre-arbítrio e vontade, despojar-se das mazelas morais, como o orgulho e o egoísmo, conduzindo-o para a prática das virtudes estabelecidas pelo Direito Natural, tais como:

Justiça e Caridade que, afinal, lhe permitirão desfrutar a tão almejada felicidade. Só é feliz quem propicia a felicidade alheia.

2.1.3. Giorgio Del Vecchio. A idéia do Direito Natural.

Para o Professor Del Vecchio, “o direito natural é o critério que permite valorar o direito positivo e medir a sua intrínseca Justiça e a tendência do movimento histórico manifesta-se, em geral, no sentido duma consagração progressiva do direito natural pelo direito positivo e, se olharmos não só para os sistemas jurídicos primitivos, mas também para os mais adiantados, infalivelmente encontraremos numerosas consagrações do direito natural e dos seus ditames.”⁶

2.1.4. Professor Cláudio De Cicco

O Professor CLÁUDIO DE CICCIO, em seu livro “Uma Crítica Idealista ao Legalismo”, Ícone Editora, 1995, págs. 105 e 106, Cap. IV, Par. 1º, abordando pensamento de Gioele Solari, no que concerne ao Direito Natural, esclarece-nos que nem mesmo as críticas do Historicismo e do Idealismo puderam eliminá-lo na Itália, pois elas eram dirigidas mais à Escola Racionalista que ao Direito Natural Clássico, como podemos observar no texto abaixo:

“Adversário do Direito Natural”: este o aposto que dá ao grande Savigny um Michel Villey, em seus Seize Essais sur la Philosophie du Droit. Ficou realmente marcada a Escola Histórica e sobretudo a figura de seu fundador pelo seu antijusnaturalismo confessado repetidas vezes. Sempre se chamou a atenção para o historicismo de Savigny como o aposto do universalismo do Iluminismo, e não sem razão pois o “Volksgeist” é o oposto do “Aufklärung”, na medida em que, como já nos mostrou Solari com argúcia, rompeu com o indivíduo-centro das atenções da Escola Clássica do Direito Natural Racional, trazendo à discussão o povo, a nação, a corporação, enfim, o social. É o que se depreende de Storicismo e Diritto Privato. Todos os demais idealistas são, por definição, antijusnaturalistas, historicistas, nominalistas, particularistas, com forte dose de um racionalismo hegeliano, da coincidência real-racional. Mas, na Itália, em que o senso do universal data do Humanismo e do Pré-Renascimento, de Dante e Confucio Salutati, o Idealismo não poderia implicar na renúncia ao universal “tout court”... Vico, com ser um filósofo da História, não perde de vista, por exemplo, a exemplaridade da História Romana, em que vê, não talvez sem razão, uma espécie de modelo de estudo do fenômeno da historicidade humana, nos “corsi e ricorsi”, fluxos e refluxos da civilização humana. Daí a idéia de Direito Natural não se perder totalmente na Itália, se poderia dizer, nem mesmo com o Idealismo”.

Continuando, demonstra porque Solari rejeita o Direito Natural do século XVIII como “Racional”, e a passagem da idéia do Direito Natural aos Direitos Humanos de hoje:

“Depois de termos visto como SOLARI tende a se identificar com a Escola Histórica no que diz respeito ao estudo do Direito Romano como parâmetro, não de “normas eternas ideais”, mas de “produção do Direito como resultado dos anseios coletivos do povo romano”, nos cabe ver por que ele rejeita o Direito Na-

⁶ Giorgio Del Vecchio, Lições de Filosofia do Direito, 2ª ed., Coimbra, 1951, p. 424-5.

tural do século XVIII, como “Racional”. Em nenhum momento pretende Solari o elogio nietzscheano da irracionalidade, mas sim uma crítica do Individualismo, que se esconde atrás da idéia de “ius naturale” restaurada, mas também deformada no século XVIII, retomada dos estóicos. A idéia de Direito Natural passa ao plural “Direitos Naturais” (os famosos “Natural Rights” de John Locke, depois o “Nurrecht” de Kant), para depois serem consagrados na Revolução como os “Direitos do Homem e do Cidadão” e hoje reaparecem com o nome de “Direitos Humanos”.

Finalmente, através de sua exposição, percebemos a estreita vinculação entre Direito Positivo e Direito Natural:

“Tal idéia, ontem como hoje, visa delimitar a onipotência do Estado, salvaguardar os direitos individuais perante as imposições do Estado. Ressuscitada com a ascensão da Burguesia contra o poder absoluto dos monarcas, já servira aos republicanos para se revoltar contra os Césares na Roma imperial, aos jesuítas para se erguerem contra os Reis protestantes na era barroca. O pano de fundo é individualista, o que não acontecia, segundo Solari com o conceito de “ius naturale” em Roma. Diz-nos ele, repetindo e citando Carle: “O ius naturale não foi entendido pelos juriconsultos em um sentido abstrato e metafísico, à semelhança dos filósofos gregos e em contraposição ao Direito Positivo, mas como um Direito Positivo Perfeito”. Não há pois, oposição entre os dois conceitos, mas integração e compenetração recíprocas, conforme a observação de ULPIANO, segundo a qual “o ius civile não se aparta do ius naturale nem o segue servilmente, mas enriquece ao mesmo tempo que se vale de seu conteúdo.”

Aproveitamo-nos da conclusão acima de CARLE, repetida por SOLARI e relembra pelo ilustre CLÁUDIO DE CICCIO, para enfatizar que pretendemos demonstrar quase a mesma realidade, ou seja, que o Direito Positivo Perfeito deve ser entendido como o Direito Natural em sua real abrangência, envolvendo direitos e deveres materiais e espirituais.

3. A EVOLUÇÃO

Dissemos que o Espírito educa-se ininterruptamente até aos limites da perfeição possível. Assim, é óbvio que uma única existência corporal não lhe seria suficiente à essa meta. A evolução, portanto, é outra lei natural a que todos estão sujeitos e a educação pode acelerar o progresso espiritual e propiciar-lhe uma existência mais agradável. Dentre os filósofos espiritualistas e evolucionistas, destacaremos, da referida obra de S.E. Frost Jr., os que seguem.

3.1. Espírito e Matéria

É o mundo, na realidade, apenas um grande espírito ou é matéria em toda a extensão? É o espírito matéria ou a matéria espírito? Se é espírito e matéria, qual a relação entre ambos? Como pode o espírito afetar a matéria e esta o espírito? Encontraram os filósofos solução para o problema da relação entre o espírito e a matéria?

A diferença entre a rocha e o homem, segundo muitos filósofos, encontra-se no fato de, no último, haver um espírito, o que não se dá com a rocha. O espírito, argumentam, controla a parte do indivíduo que não é espírito, chamada matéria.

Ao amadurecer o espírito dos gregos, as invenções da fantasia e da infância da raça cederam lugar a estudos, mais minuciosos sobre a natureza e o homem. Os deuses foram colocados num reino de glória celeste e de paz; a natureza passou a ser considerada dotada de vida, porém destituída de alma; e o homem passou a ser tido como uma singular combinação de alma e corpo. Os gregos, então, começaram a estudar o mundo e a si mesmos. Aproximaram-se cada vez mais da crença de que deve haver clara distinção entre os dois aspectos do mundo: de um lado, a matéria, e de outro, o espírito. A realização final dessa distinção, contudo, seguiu um processo longo e difícil.

Heráclito. Tentou apresentar a substância originária e a causa das formas que assume como uma só e a mesma, ao sustentar que o princípio básico do universo foi o fogo, como símbolo da transformação. Via incessantes atividades por toda a parte e, raciocinando, declarou que essa transformação ou atividade era tudo o que havia no universo. Achava, contudo, que além dessa transformação existia alguma entidade que se transformava, algo diferente desse princípio de transformação.

Quando passou a falar sobre o homem, Heráclito revelou claramente esse fato. Fez uma distinção entre o corpo do homem e a sua alma. O corpo era material e a alma tinha afinidades com a razão divina. Vemos, pois, mesmo em Heráclito, uma distinção entre aquilo que move e aquilo que é movido.

Parmênides. Vamos encontrar em Parmênides a idéia de que o pensamento ou espírito é, de certo modo, o criador ou a causa daquilo que não é espírito. É este o princípio que, desenvolvendo-se mais tarde, passou a presidir o grande movimento idealista. Parmênides argumentava que o ser e o pensamento são um só e o mesmo, pois aquilo que não pode ser pensado não pode existir, e o que não pode existir não pode ser pensado. Para ele, *pensamento* ou *espírito*, e *ser* ou *substância* são idênticos. Toda realidade, afirmava, é dotada de espírito, e este é, de modo não muito claro, para ele, a causa de tudo. O espírito faz existir a matéria; cria-a. Se bem que Parmênides não percebesse tudo o que essa teoria implicava e nela não se mantivesse firmemente, vemos em seus escritos o prenúncio de uma das grandes teorias concernentes ao espírito e à matéria, a de que o espírito é tudo que existe, e, aquilo que chamamos matéria, criação do espírito para seus próprios fins.

Anaxágoras. Ao tempo de Anaxágoras, durante o século V A.C., vamos encontrar uma exposição clara da teoria de que todo movimento é causado pelo espírito ou *nous*, distinto da substância que se move. Esse espírito, segundo Anaxágoras, é a fonte de todo o movimento, uma fonte livre. Mais ainda, conhece todas as coisas do passado, do presente e do futuro e é quem dispõe e causa todas as coisas.

Os sofistas. Os sofistas não se interessaram em explicar a natureza do universo. O fato é que muitos deles achavam que toda tentativa para a descoberta de sua origem, ou para localizar a primeira substância, ou substâncias de que tudo o mais foi criado, não passava de tolice. Concentraram a atenção no homem e, especialmente, em seu espírito. Consideravam ser o espírito o eixo em torno do qual tudo o mais gira. Toda a verdade é, segundo eles, medida pelo espírito do indivíduo, de modo que aquilo que o espírito de cada homem lhe diga ser verdadeiro, o é, de fato. Os sofistas aceitavam, portanto, o dualismo “espírito e matéria” e afirmavam ser o espírito que determina todas as coisas.

Platão, Aristóteles e os Filósofos Gregos Posteriores. Segundo Platão, o espírito, a que ele também chamava alma, é a sede de todos os conhecimentos. As idéias implantam-se nele antes de se estabelecerem no corpo. O nascimento obscurece-o, de modo que o indivíduo se esquece do que antes o espírito sabia. Mas, por meio de um processo de dialética, é possível - acreditava Platão - fazer o espírito lembrar-se do que sabia antes de nascer. Todo conhecimento, sustentava ele, está localizado no espírito, conhecimento adquirido de experiências anteriores ao nascimento. O indivíduo adquire o conhecimento quando este é lembrado.

Platão apegou-se firmemente à idéia de que o universo se compõe de dois princípios: espírito e matéria. O primeiro é inteiramente distinto do segundo. A seu ver, a matéria é peso morto que o espírito carrega por ter-se emaranhado nela. É a matéria-prima na qual opera o espírito. Não tem forma nem realidade, salvo quando o espírito atua sobre ela e lhe dá a forma para a vida. O espírito é a única realidade verdadeira, a coisa mais digna, o princípio das leis e da ordem do universo.

Platão recorre a um mito para explicar como o espírito, puro e imaculado, se envolveu a princípio com a matéria. Diz que ele existia numa estrela em sua forma pura e viu-se possuído do desejo de passar para o mundo dos sentidos. Veio então a ficar prisioneiro num corpo. Dele procura libertar-se, pois quer voltar para a estrela. Naturalmente não é essa uma explicação satisfatória; é evidente que, nesse ponto, Platão não estava muito seguro de si. Estava percebendo o que viria a ser, mais tarde, um problema difícilíssimo: explicar a relação entre a matéria pura e o espírito puro. Como podem essas coisas, tão opostas, chegar a ter qualquer relação entre si? O problema tem desafiado os filósofos até hoje. Platão não pôde resolvê-lo; mantém-se ainda insolúvel.

Aristóteles não pôde solucioná-lo, mas percebeu que a solução jazia na íntima relação entre os dois. Para ele, o espírito está na matéria como princípio formador, como sua forma. Afirmava que não pode haver matéria sem espírito nem espírito sem matéria. Mesmo as formas inferiores da matéria, conhecidas, têm forma e, portanto, têm espírito. À medida que avançamos na escala até ao homem, vamos encontrar um espírito mais claro. Contudo, o espírito está em toda a parte.

O espírito, pois, para Aristóteles, não se acha fora da matéria como afirmava Platão, porém, dentro dela, como a causa de tudo o que existe. A matéria tem existência e oferece resistência ao espírito, que tenta dar-lhe forma. É, também, o terreno dos seres e deve, portanto, procurar certo meio para ser moldado. O espírito tem, pois, na matéria um auxiliar que é, ao mesmo tempo, antagonista e cooperador.

Os **estóicos** afirmavam que o espírito é material tanto quanto a matéria, porém de textura mais fina. É a centelha do fogo divino. É, segundo eles, a alma que se torna racional ou adquire o poder do pensamento conceptual. O espírito é, pois, distinto da matéria apenas em grau, não em espécie.

Os **céticos**, como *Pirro*, por exemplo, sustentavam que é impossível provar a existência da matéria, pois tudo que temos são idéias ou pensamentos. É impossível demonstrar existir algo que corresponda aos nossos pensamentos. Precisamos agir de acordo com eles, esperando obter o que esperamos, mas sem certeza alguma. O espírito existe; quanto à matéria, não há prova de sua existência.

Teorias de Fílon e Santo Agostinho. Ao entrar o pensamento grego em contato com o pensamento religioso judaico de homens como Fílon, por exemplo, procurou-se encontrar uma base para conciliar as idéias de ambas as teorias sobre o pensamento. Fílon, fundamentalmente interessado na religião, considerava Deus o espírito do mundo que dá forma à matéria. Assim, para ele, o universo compõe-se de espírito e matéria. Do mesmo modo, o homem representa o dualismo espírito-matéria. O pensamento puro, *nous*, constitui a principal essência do homem, sendo a matéria, ou corpo, aquilo em que o espírito opera. Por conseguinte, no homem, o espírito controla o corpo, ou matéria, da mesma maneira que o espírito do mundo, Deus, controla a matéria no mundo. Deus acrescentou a inteligência pura à alma, ligando assim o homem, no mundo, à divindade.

Santo Agostinho reconhecia a diferença entre o espírito e a matéria no homem, mas afirmava que a verdade não é algo que o espírito humano cria. É, segundo ele, algo que existe independentemente do espírito, tendo sua fonte em Deus. O espírito pode descobrir a verdade, do mesmo modo que o espírito de Pla-

tão via idéias no mundo ideal. No conceito de Santo Agostinho, o espírito de Deus é a morada das idéias e da verdade.

S. Tomás de Aquino. Embora desenvolvesse uma teoria fundamentalmente religiosa, procurou defender o espírito humano, esforçando-se em demonstrar que o mundo, como revelação de Deus, é racional. Reconhecendo o poder do espírito, procurou mostrar que o Cristianismo, conforme a interpretação da Igreja, é logicamente consistente. Ao fazê-lo, enquadrou-se na teoria que se tornava tão importante, segundo a qual o espírito humano se transformava celeremente em tribunal de última instância. Não era mais possível a qualquer instituição, mesmo à Igreja, menosprezar a razão humana ou insultá-la, propondo doutrinas inconsistentes com os melhores fundamentos que o espírito conhecesse.

Era claro, para Tomás de Aquino, ser o homem espírito e matéria e acharem-se ambos intimamente ligados. Não acreditava, contudo, que o espírito estivesse ligado ao corpo de tal forma que não pudesse funcionar mais ou menos livre dos males da matéria. Mesmo que esta seja a sede do mal, o espírito pode criticá-la e fugir dela e de suas tentações.

Descartes e Espinosa. *Descartes* declarou claramente que o universo compreende duas substâncias, espírito e corpo, fundamentalmente diferentes. Se o espírito é inteiramente diferente do corpo, ou matéria, como pode afetar ou fazer mover o corpo? Como se explica, então, que, se uma pessoa deseja andar, anda?

É vaga e confusa a solução que *Descartes* oferece. Insistindo em apegar-se ao seu dualismo, total e absoluto, sentiu dificuldade em explicar a interação. O espírito, diz-nos ele, é perturbado pela matéria por meio dos processos que se verificam no corpo. Em outro trecho, apresentou uma interessante explicação sobre a interação, mas não completamente satisfatória. Sugeriu que o corpo e o espírito podem fazer contato com a glândula pineal, uma pequena glândula no cérebro. O corpo ou o espírito move-a. Qualquer que seja o caso, o movimento é transmitido ao outro que, então, também se move: Eu quero andar; transmito o movimento à glândula pineal; esta o transmite ao corpo, e eu ando.

Outro ponto de vista sustentado por muitos cartesianos foi o seguinte: Toda vez que algo acontece na matéria, Deus nos afeta para que julguemos ficar influenciados pelo acontecimento. Essa teoria é conhecida por *ocasionalismo*; o evento, no mundo da matéria, é a ocasião para Deus agir sobre nós.

Espinosa não concordou com essas explicações. Declarou que espírito e matéria são atributos de uma só e mesma substância, Deus. Segundo ele, os dois atributos são absolutamente independentes um do outro, e um não pode afetar o outro. Sendo, porém, atributos de Deus, temos então o pensamento e a ação movimentando-se paralelamente, constituindo ambos o pensamento e a ação de Deus. É a teoria do *paralelismo psicofísico*. Meu espírito - argumentava Espinosa - é um modo do atributo pensante de Deus; meu corpo, o modo do atributo, prolongado de Deus. Ao meu pensamento corresponde a ação no corpo, de modo que meu espírito parece afetar o corpo; mas não existe, verdadeiramente, influência direta.

Locke, Berkeley e Hume. *John Locke* renunciou à tentativa de fazer duas coisas diferentes afetarem uma à outra. Seu pensamento parte da tese de que o espírito é uma espécie de tabuinha em branco, na qual o mundo da matéria escreve por meio de sensações. Esse espírito não tem idéias inatas, mas tem o poder de dispor as impressões de maneira a produzir um sistema de pensamentos consistentes. Segundo Locke, o espírito e o corpo existem como coisas reais, porém, exercem ação mútua. O corpo age sobre o espírito e produz sensações. Locke dispense muito tempo desenvolvendo essa tese, mas, ao defrontar-se com a questão de como as duas substâncias diferentes exercem ação mútua, atrapalha-se; sem que o queira, cai no ocasionalismo.

George Berkeley, aceitando o dualismo espírito e corpo, como ponto de partida, concluiu que a matéria não existe, sendo o espírito a única coisa que podemos provar como existente. A matéria, crença que conduz ao ateísmo e ao materialismo, conforme argumentava ele, não existe. Existir significa ser percebido; portanto, os corpos não têm existência sem espírito. O espírito cria o mundo material, que tem existência somente no espírito. É a teoria idealista na filosofia moderna.

David Hume foi mais além, mostrando que, com base no dualismo de Locke, não se pode provar até mesmo a existência do espírito. Tudo o que podemos provar é que as idéias, as impressões, vêm umas após outras, não se podendo provar donde vêm. Segundo Hume, não existe mundo material nem espírito, mas tão-somente uma sucessão de impressões.

Leibnitz. Atacou o problema afirmando que o corpo, ou matéria, não é algo morto e estático, mas composto de muitas mônades ou centros de força. Essas mônades diferem, em clareza, de suas percepções, e o espírito compõe-se dessas percepções. Toda mônade, ou centro de força, tem o poder de percepção. Percebe ou representa e exprime em si todo o universo. Quanto mais elevada a mônade, tanto mais clara é a percepção.

Segundo ele, o organismo humano contém uma mônade central ou *mônade-rainha*, que tem diante de si a representação de todo o corpo. Deus, ao criar o mundo, dispôs as coisas de modo a que as mônades, que compõem o corpo, e a *mônade-rainha* estejam em perfeita harmonia. “As *almas* - escreveu ele - agem, segundo as leis das causas finais, por meio de desejos, fins e meios. Os *corpos*, segundo as leis do movimento ou causas eficientes. E esses dois reinos acham-se em harmonia um com o outro.”

Evidencia-se que, nesse ponto, Leibnitz tentou afastar, até certo ponto, a completa diferença entre o espírito e a matéria, sustentando que ambos são centros de força, sendo a *mônade-rainha* simplesmente mais clara e mais perfeita que as que compõem a matéria, ou corpo. Conquanto nenhuma mônade, seja *rainha* ou outra menos clara, possa afetar outra, existe, entretanto, certa relação entre elas. O espírito, ou a mônade-alma, mantém sua posição por ser a melhor, não por ser algo diferente das outras.

Kant. Com ele surgiu uma teoria bem definida sobre o espírito, como única fonte do conhecimento. Embora admitisse a existência de um mundo diferente do mundo do espírito, mundo do qual o último recebe impressões, afirmou, que o

espírito pode conhecer este mundo, esta *coisa-em-si-mesma*. O espírito recebe impressões segundo sua natureza ou suas categorias e molda-as em padrões que não se harmonizam com o mundo fora dele e sim com a natureza do espírito.

Conhecemos, pois, somente aquilo a que o espírito dá forma e amolda. Por causa das necessidades de natureza moral, podemos crer na existência dessa *coisa-em-si-mesma*, mas o espírito não pode prová-lo, tampouco provar que seja destituída de espírito. Estamos encerrados em nosso espírito e temos que interpretar tudo em termos dele. O espaço e o tempo, por exemplo, não são realidades que existam por si, porém, por meios que o espírito possui para receber sensações e dar-lhes forma. “Elimine-se o indivíduo pensante - argumentava Kant - e todo o mundo corpóreo desaparecerá, pois ele nada mais é que aparência, na sensibilidade do indivíduo.”

O ponto de vista de Kant deu origem ao grande movimento idealista alemão do século XVIII. Os filósofos que o seguiram acharam que a única solução para o problema do espírito e da matéria estava em eliminar esta última. Parecia ser esta a concepção mais lógica. O espírito parecia evidente, mas a matéria tinha que ser interpretada como algo diferente e fora do espírito. Isso, porém, trouxe à baila o problema de como essas duas coisas, tão diferentes, pudessem atuar uma sobre a outra. O problema, e todas as suas dificuldades, podiam ser eliminados abolindo-se a matéria. Tal solução, como sabemos, não era nova, mas foi grandemente fortalecida pelos trabalhos de Kant. Ele indicou o caminho e ofereceu seguras provas de que era o certo e verdadeiro.

Johann Gottlieb Fichte. Tomou a deixa de Kant e argumentou que o espírito, ou *ego*, é tudo, nada havendo fora dele. Afirmou que a *coisa-em-si-mesma*, de Kant, possivelmente não podia existir fora do espírito. Segundo ele, o mundo material é criação do espírito, servindo como princípio limitativo para o espírito. É uma projeção, no espaço, de objetos que só existem no espírito.

Contudo, segundo Fichte, o espírito que cria este mundo não é o do indivíduo; é o espírito universal, o *ego* absoluto, que precedeu e está acima de todos os indivíduos. É o criador do mundo material que só existe no espírito universal. O mundo material “não é um mundo de coisas mortas, dispostas numa ordem espacial, temporal e causal: é a revelação do princípio absoluto na consciência humana, e não poderia existir não fosse o *ego* universal”. Fichte procurou resolver o problema tornando a matéria uma criação do espírito e negando-lhe qualquer existência diferente da que lhe é fornecida por este.

Hegel. Para ele, a História é uma “odisséia do Espírito Universal”, que, de início, estaria adormecido, alienado do universo, estranho a si mesmo, surgindo após a sequência dos minerais, vegetais e animais e desenvolvendo-se de forma cada vez mais autônoma e manifestando-se como ordem, como liberdade e consciência. Esse progresso do Espírito

‘continua e se concluirá através da história dos homens. Cada povo, cada civilização, de certo modo, tem por missão realizar uma etapa desse progresso do Espírito. O Espírito humano é de início uma consciência confusa, um espírito puramente subjetivo, é a sensação imediata. Depois, ele consegue encarnar-se, objetivar-se sob a forma de civilizações, de instituições organizadas. Tal é o espírito

*objetivo que se realiza naquilo que Hegel chama de “o mundo da cultura”. Enfim, o Espírito se descobre mais claramente na consciência artística e na consciência religiosa para finalmente apreender-se na Filosofia como Saber Absoluto. Desse modo, a filosofia é o saber de todos os saberes: a sabedoria suprema que, no final, totaliza todas as obras da cultura.*⁷

Abordando a questão um tanto diferentemente, Hegel segue a mesma tradição idealista. Em seu entender, a evolução do espírito atravessa três fases: a do espírito subjetivo, a do espírito objetivo e a do espírito absoluto. O espírito subjetivo depende da natureza como alma, à qual se contrapõe como consciência e com ela se concilia como espírito. Em seu ponto mais elevado, é o criador do mundo que ele conhece.

Para Hegel, o espírito é o criador do mundo material; vamos, portanto, descobrir tanto no mundo como no espírito os mesmos princípios dialéticos. Hegel encontra, em todo o mundo, o espírito criando e concretizando-se em objetos e instituições.

A tradição idealista, desenvolvida do pensamento de Kant, predominou durante um século na Alemanha. Não satisfazia, porém, a todos os filósofos. Muitos acreditavam que o mundo material é demasiado real para ser explicado simplesmente como criação do espírito, fosse individual ou absoluto.

Bergson. Para ele, a evolução só se dá porque um “impulso vital”, que é uma força criadora, faz surgir formas vivas cada vez mais complexas. Sua teoria da evolução criadora é oposta ao evolucionismo materialista, pois, neste, o espírito é apenas matéria evoluída e complexa. A matéria, ou extensão, é uma tensão que se deteve. É a duração morta, impulso que estagnou-se, é um produto desvitalizado, é o espírito sem luz.

Em sua principal obra, *A Evolução Criadora*, Bergson desenvolve uma teoria do instinto e da inteligência, sendo esta um aperfeiçoamento do primeiro que dá ao homem meios de sobreviver por si próprio, que, no transcorrer do tempo transforma-se em intuição. E sua metafísica é estritamente ligada com sua gnosiologia da intuição, pela qual o homem pode conhecer, imediata e perfeitamente a realidade do seu “eu”.

O impulso vital é um impulso consciente ou supraconsciente capaz de produzir, por evolução, sempre novas e maiores formas; é desejo obstinado e inextinguível de avançar sempre.

O que Bergson chama de “impulso vital”, para nós é o princípio inteligente que estagiando nos reinos mineral, vegetal e animal, converte-se no espírito no homem, que com o exercício da inteligência e livre-arbítrio, desenvolverá a intuição, na proporção que cresce moralmente, permitindo-lhe vasculhar além da imanência e elaborar doutrinas profundas, em busca do Conhecimento e da Verdade.

A instrução e a educação são as ferramentas de trabalho que, incessantemente, deverá usar em benefício próprio e de seu semelhante.

⁷ André Vergez & Denis Huisman, *História dos Filósofos Ilustrada pelos textos*, p. 276-7.

Bergson escreveu que todo grande filósofo só tinha uma coisa a dizer. Um verdadeiro filósofo passa sua vida e sua obra tentando exprimir-se, “introduzir nos conceitos” uma intuição fundamental e única que é “alguma coisa bem simples, infinitamente simples, tão extraordinariamente simples” que ele nunca consegue expor adequadamente!

Qual é, pois, a intuição fundamental que inspira a filosofia bergsoniana? É a distinção radical entre o espaço e a duração. O espaço homogêneo, divisível, é perfeitamente acessível à inteligência que só compreende o que consegue medir.

Só que a inteligência, que conhece tudo sobre o espaço, ignora a duração, a vida. A inteligência modelada pela ação técnica não pode compreender, em virtude de seus hábitos de análise, a dinâmica indivisível da vida, sobretudo da vida interior, realidade concreta, fluida e contínua. Para conhecer o “movente”, a vida, a duração, Bergson invoca a intuição - método fundamental da filosofia, enquanto a inteligência é o instrumento das ciências da matéria.

A intuição é “uma espécie de simpatia pela qual nos transportamos ao interior de um objeto para coincidir com o que ele tem de único e de inexprimível”. A inteligência científica que explica a conduta por uma resultante de motivos ignora a liberdade; explicando a lembrança pelo cérebro, esta parte do espaço, ela ignora a memória espiritual. Reduzindo a moral a um código de deveres, a hábitos petrificados, ela esquece o impulso dinâmico dos grandes criadores de valores. Somente a intuição filosófica nos pode transportar ao cerne da duração viva e do dinamismo espiritual.

Matéria e Memória. A alma e o corpo. A explicação materialista da memória, por meio de “traços” gravados no cérebro (à maneira de Ribot), supõe também uma confusão da duração espiritual com o espaço material. O que se pode explicar por meio do cérebro é apenas a memória motora; em outras palavras, o hábito. Por exemplo: recito corretamente um poema, porque leituras repetidas ligaram solidamente as palavras articuladas que correspondem a movimentos neuro-musculares. Mas, se me lembro que li pela primeira vez este poema num jardim, sentado num velho banco, eis uma lembrança-imagem que não deve nada às repetições, que não tem qualquer relação com o cérebro. O espírito é que se recorda, que é memória pura enquanto vive e dura.

O Realismo dos recentes positivistas e pragmatistas: Comte, James, Dewey e Santayana. Outra maneira de encarar a questão é-nos apresentada pelo Realismo. Nele, sustenta-se que o espírito e o mundo material são verdadeiramente materiais. Os realistas afirmam que o espírito constitui outra forma do mundo material, talvez mais aprimorada, porém, na realidade, material. Representantes recentes do Realismo são o positivista - *Augusto Comte* - e os pragmatistas - *William James e John Dewey*. Embora diverjam em muitos aspectos, concordam em ser o espírito uma espécie de conduta. Temos, por exemplo, ações de tal natureza que parecem destituídas de espírito. Outras têm natureza diferente, e a elas podemos referir-nos como guiadas pelo espírito ou tendo dele características. Assim, para esses filósofos, o espírito não é uma *coisa* e sim uma espécie de conduta.

Dada a importância moderna às Ciências Naturais e o fato de muitos filósofos deixarem de dar uma interpretação espiritual do mundo, a teoria idealista ficou à margem. O ponto de vista materialista pareceu mais lógico, no mundo das

Ciências Naturais. *Bertrand Russel* apresenta-se mais à vontade, nesse mundo moderno, do que *Jorge Santayana*. *John Dewey* exprimiu os pensamentos do homem da oficina e da rua, do homem de *bom senso*, de modo mais completo que *Fichte* ou *Hegel*.

Mas, com o advento do mundo de hoje, no qual os homens contestam seriamente as premissas materialistas, há indicação de que se vislumbra no horizonte nova forma de idealismo. O materialismo não parece explicar completamente os valores, as experiências, os ideais e as aspirações. Há uma crescente sensação, entre os filósofos de hoje, de que o próximo grande passo da Filosofia será para um novo idealismo.

Farias Brito. A vida corporal de Farias Brito foi uma peregrinação contínua: partiu do pequeno povoado de São Benedito e parou na então capital da República. Também a sua especulação filosófica foi uma peregrinação contínua no campo do espírito em busca da verdade. Farias Brito será sempre na história da filosofia brasileira um grande espírito a caminho da verdade. Para ele, a filosofia é atividade permanente do espírito humano para chegar ao conhecimento da verdade, que deve tornar-se a regra das ações humanas. A filosofia, pois, tem o fim supremo de resolver o problema da vida, do sofrimento e da morte e proporcionar ao homem a verdade. “*A moral é o fim da filosofia*”, escreveu Farias Brito no seu primeiro livro - *A Filosofia como Atividade Permanente do Espírito Humano*, pág. 35 e “o ideal que me impulsiona é a ordem moral”, escreveu em *A Base Física do Espírito*, pág. 72. “Considerando a dolorosa contingência a que estão sujeitas todas as nossas condições existenciais, quanto há de ilusório em todas as nossas aspirações, a quanta desgraça estamos sujeitos todos nós que vivemos, condenados irremediavelmente à morte: considerando o nada de todas as grandezas humanas, quero indagar da significação real desta natureza imensa que nos cerca, quero indagar que relação tem a minha existência com a existência universal, quero, numa palavra, interrogar os segredos da consciência de modo a explicar a cada um a necessidade em que está de compreender o papel que representa no mundo. Tudo passa, tudo se aniquila. Pois bem: eu quero saber se do que passa e se aniquila alguma coisa fica, em virtude da qual se possa ter amor ao que já não existe ou deixará de existir; se do que passa e se aniquila alguma coisa fica que não há de passar nem aniquilar-se: quero estudar esta ciência incomparável de que falava Sócrates; quero ensinar aos que padecem como é que se pode esperar com serenidade o desenlace da morte; quero dirigir aos pequenos e humildes palavras de conforto; quero levantar contra os tiranos a espada da justiça; quero, em uma palavra, mostrar para todos que antes de tudo e acima de tudo existe a lei moral, e que é somente para quem se põe fora desta mesma lei que a vida termina” (*A Filosofia em Atividade*, págs. 21,22).

Examinando o pensamento moderno cético e materialista, nota Farias Brito uma grande confusão e desordem, devidas ao fato de que os filósofos materialistas destruíram o Deus sobrenatural e invisível, mas nada conceberam em condições de substituí-lo e servir de princípio de explicação para a existência universal.

Diante das conseqüências trágicas da filosofia da demolição e do desespero é preciso agir. O espírito novo da filosofia levanta-se contra essas aberrações “e um ideal novo anuncia as proximidades de sua entrada no mundo...a reação começa, e tudo, como por encanto, se transforma...Despertam energias ocultas que

dormiam ignoradas no fundo da consciência. E como se a humanidade acordasse do pesadelo de uma longa noite de delírios e de trabalhos insanos...é com verdadeiro deslumbramento que contempla a luz que desponta no horizonte, anunciando a claridade do dia” (O Mundo Interior, pp. 43-44). “Uma reforma, pois, se faz necessária... mas isto é o que só deve e só pode ser feito em nome de um grande princípio, de uma grande idéia moral capaz de regenerar o mundo” (A Filosofia Moderna, p.46). Esse grande princípio só pode ser encontrado na filosofia, que, portanto, tem a missão de regenerar a sociedade.

A filosofia divide-se em duas fases, a *pré-científica* - que é o esforço do espírito humano elaborando o conhecimento, e se distingue da ciência que é conhecimento feito e organizado; e a *super-científica* - que é a interpretação da realidade pelas causas primeiras e corresponde à metafísica. A existência universal tem duas formas fundamentais: uma objetiva (a realidade exterior, a eterna fenomenalidade do mundo, conhecida pela observação exterior), outra subjetiva (o espírito representando interiormente a realidade objetiva, conhecida pela introspecção). A realidade suprema e única é “a coisa em si”, o espírito conhecendo a realidade externa. Donde o *pampsiquismo universal*. Para Farias Brito, o mundo é Deus pensado e emana da própria Divindade.

A *moral* é a norma de conduta estabelecida pela própria consciência humana, e a sua sanção consiste na condenação da própria consciência e na execração da consciência pública. O *direito* é a norma estabelecida pelo poder público e assegurada coativamente pela força. A *religião* é a moral organizada, isto é, a sociedade organizada pela razão. Julga que a anarquia social contemporânea só poderá ser superada mediante uma profunda renovação religiosa da sociedade. A religião da Humanidade que o positivismo pretendeu instaurar, só pode aumentar os males da sociedade, como é demonstrado pela “influência detestável que chegou a exercer sobre o nosso país”. É preciso, pois, renovar a fé. Mas a fé pregada por Cristo hoje em dia está morta (A Física do Espírito, pg.81), e, por isso, não se pode apelar para o que já não existe. “Todas as religiões atuais estão mortas...Há de ser criada uma religião nova sem o que não poderá ser mantida a civilização contemporânea que terá fatalmente de dissolver-se e morrer.” “Na elaboração do meu pensamento parto do seguinte fato: todas as religiões atuais estão mortas...eis uma verdade dolorosa, mas incontestável” (A Filosofia como Atividade...pp.121,122). Que é a religião segundo Farias Brito? “A meu ver, a religião pode ser definida nestes termos: é a moral organizada. E isto quer dizer: é a sociedade organizada pela lei moral, é a sociedade governada pela razão”(O Mundo Interior, pp.99-102). Lemos ainda em *A verdade como regra das ações*: “A filosofia se confunde com a religião. A religião, de fato, é a filosofia mesma, considerada em sua função prática... A religião é a filosofia mesma passando do mundo das abstrações para o mundo da realidade... é a filosofia deduzindo as leis da conduta...numa palavra: a religião é a moral organizada” (A Verdade Como Regra das Ações, p.10). No entanto, a religião é a maior “e a mais grave preocupação do espírito humano. E agora, mais do que nunca, foi que a religião se tornou o mais formidável de todos os problemas e a questão das questões. E - coisa singular! - foi exatamente nesta época em que os sábios proclamaram a morte das religiões... que foi criada a ciência das religiões... O problema religioso só poderá ser resolvido pelo estabelecimento de uma religião nova que esteja em condições de satisfazer as aspirações atuais do espírito humano. Em todos os povos, como em todos os momentos da história, a religião foi e será sempre a mais alta manifestação da intelectualidade:

a religião é o veículo espiritual da sociedade; é o espírito regulando as suas forças, organizando as suas energias, introduzindo a unidade na multiplicidade; numa palavra: a religião é o império da razão” (O Mundo Interior, p.115).

3.2. A ALMA E A IMORTALIDADE

A Alma Segundo a Concepção dos Primeiros Filósofos Gregos

Muitos dos primeiros filósofos gregos construíram suas teorias sobre a alma e a imortalidade assentando-as sobre crenças populares, próprias da cultura da época em que viveram. Que a natureza tivesse vida, poucos eram os que o contestavam. Tampouco contestavam a crença de que o homem tem uma alma que, de certo modo, dele faz parte. Os primeiros filósofos gregos referiam-se a essa alma como a menor forma material da substância especial de que tudo, no mundo, fora feito.

Anaxímenes, por exemplo, ensinava ser o ar a substância fundamental do mundo; afirmava, igualmente, que a *alma* é um ar muito fino e rarefeito, a substância que mantém o indivíduo consolidado. Quando deixa o corpo, este começa a desintegrar-se e, com isso, destrói-se.

Pitágoras e seus adeptos, os pitagóricos, afirmavam que o destino da alma, depois que abandona o corpo, é determinado pela vida neste. Conseqüentemente, estabeleceram longas e complicadas regras, que cada homem devia conhecer e seguir com o máximo rigor, a fim de assegurar-se de uma existência desejável depois da morte.

Heráclito, defendeu a crença que o princípio vital do mundo é o fogo eterno. É esse, também, o princípio da vida ou da alma do ser humano. A alma é a forma mais fina (mais rarefeita) do fogo, que sempre se está transformando, porém, sem se destruir jamais. A essa crença básica, Heráclito acrescentou a idéia de que as almas variam em qualidade. Algumas são muito secas e quentes. São as melhores, porque parecem mais com a grande alma cósmica, a alma do mundo, o mais puro fogo. Outras não são tão secas nem quentes. São as que parecem menos com o fogo cósmico e, portanto, as menos boas.

Empédocles afirmou que alma deixa o corpo por ocasião da morte deste, para entrar em outro e continuar a viver. É a doutrina da transmigração da alma. Ao invés de deixar o corpo e ir para algum lugar a ela reservado, ou ser destruída com o corpo, a alma, emigra, muda de lugar, passando de um corpo para outro quando sua atual morada não é mais habitável. Foi essa a crença muito generalizada entre os membros de um célebre e antigo grupo religioso, os órficos, que exerceram influência sobre muitos dos primeiros filósofos e tiveram muitos adeptos, durante a era pré-cristã e a primeira fase do Cristianismo.

Platão, fez distinção entre a alma do mundo e a alma individual dos seres humanos. Em seu livro *Timeu* descreve, em termos mitológicos, como o Demiurgo, ou arquiteto do mundo, dotou o mundo de alma, a causa do movimento, da beleza, da ordem e da harmonia. Essa *alma do mundo* acha-se entre o mundo das i-

déias e o das coisas que vemos e sentimos. Age de conformidade com leis definidas, leis de sua própria natureza, e é a causa de todas as leis, harmonia, ordem, vida, espírito e conhecimento.

O Demiurgo criou, segundo Platão, as almas dos planetas e de todos os indivíduos. As últimas, doutrinava ele, são eternas, tendo existido antes de terem entrado no corpo. Nessa preexistência, cada alma viu todas as idéias puras num reino de idéias perfeitas. Mas, ao entrar no corpo, é como se entrasse numa prisão. O corpo cobre a alma e ela esquece tudo que viu. É degredada e aviltada pelo corpo.

Assim, o objetivo da alma, segundo Platão, é libertar-se do corpo a fim de poder ver claramente a verdade. Além disso, por certas experiências, a alma lembra as idéias puras que viu em seu estado preexistente. O conhecimento não é, pois, algo novo para a alma, mas uma lembrança daquilo que foi esquecido por causa do corpo.

A alma humana, portanto, faz parte da razão pura. É, entretanto, aviltada pelo corpo. Contudo, como existiu antes de penetrar nele, pode dele libertar-se e continuar a existir depois de o corpo ser destruído. Segundo Platão, a alma é imortal.

Platão ofereceu várias provas da imortalidade. Primeiro, sustentou ele, a alma está numa forma absolutamente simples, não podendo, portanto, ser dividida ou destruída. Segundo, a alma é vida, e não é possível que a vida possa vir a ser *não-vida*. A vida deve permanecer sempre vida e a *não-vida* tem que permanecer sempre *não-vida*. Uma não pode vir a ser a outra.

Desejosa de possuir um corpo, a alma que ocupa uma estrela deixa sua morada celeste e entra na matéria, ou corpo. Daí por diante luta para libertar-se do corpo. Se consegue, volta para a estrela, onde passa a morar para sempre. Mas, se falhar, afundar-se-á cada vez mais, passando de um corpo para outro. Vemos aí também a antiga idéia da transmigração da alma.

O objetivo final da vida é a alma libertar-se do corpo a fim de voltar para a estrela e, ali, passar a eternidade contemplando o belo e puro mundo das idéias. Mas, possa ou não libertar-se da matéria e seus males, não pode a alma ser destruída. A eterna preexistência e a imortalidade da alma é a doutrina fundamental de Platão.

Aristóteles, pregava que a alma se encontra onde quer que haja vida e, uma vez que em toda parte são encontrados sinais de vida, a alma deve estar em toda a natureza. Se examinarmos esta, descobriremos uma série de almas que principia com as das plantas inferiores ou *almas-plantas* e sobe até ao mais alto, as almas humanas. As *almas-plantas* ocupam-se apenas em comer e digerir o alimento, ou nutrição, e com o desenvolvimento do corpo e a reprodução. A alma do homem, porém, possui outros poderes mais elevados.

Ao estudarmos o homem, afirmava Aristóteles, descobrimos que sua alma se assemelha muito à da planta, porquanto governa as funções da vida. Semelha também à do animal, visto que, por meio dela, pode receber as impressões dos sentidos e guiar-se por elas. É por meio dessa função da alma que o homem conhece o mundo exterior ao seu corpo e com ele entra em relação.

Contudo, a alma humana é mais elevada, pois tem o poder de pensar em termos de conceitos e acerca da natureza interior das coisas. A alma do homem tem, portanto, o poder da razão. Esta percebe os conceitos, assim como a parte inferior da alma percebe os objetos no mundo.

Nesse ponto, Aristóteles subdivide a razão em *razão passiva* e *razão criadora*. A primeira é uma possibilidade que a segunda torna realidade. Assim como em todo o universo, Aristóteles acreditava acharam-se unidas a matéria e a forma, a fim de que esta constantemente se concretize na matéria assim também na alma. A esse respeito, doutrinava ele que a razão criadora é a forma, e a passiva, a matéria.

A razão criadora, a forma, existia - afirmava - antes que o corpo e a alma tivessem sido criados. Enquanto a razão passiva, ou a parte material do corpo, se acha a este ligada e perece quando ele é destruído, já a razão criadora não se acha afetada por ele; é imaterial e continua a viver depois do corpo. A razão criadora é a centelha divina, uma parte de Deus que, procedente de fora, entra na alma e não se acha afetada pelo seu lado vil.

Uma vez que tudo, exceto a razão criadora, perece com o corpo, a imortalidade da pessoa é impossível no sistema de Aristóteles. A única parte da alma que sobrevive à morte faz verdadeiramente parte de Deus, e a Ele volta. Tudo o mais perece.

Teoria dos Pensadores Gregos Posteriores

Os Estóicos afirmavam que o homem é alma e corpo, sendo a alma uma centelha do fogo divino controlada por uma parte predominante localizada no coração. É uma espécie de tabuinha em branco, sobre a qual são as coisas escritas por meio de gravações, da mesma maneira que se escreve numa placa de cera. É essa a fonte de nosso conhecimento.

A alma do homem, ensinavam os estóicos, é a fonte do que conhecemos como percepção, juízo, sensações e tendências. Em sua melhor feição, torna-se racional, capaz de pensar em termos de conceitos ou idéias. A alma, pois, torna possível ao homem deliberar e fazer escolha antes de agir.

Vários estóicos sustentavam diferentes idéias sobre a imortalidade. Alguns pregavam que somente as almas boas e sábias continuam a viver depois da morte do corpo. As demais perecem com este. Outros, afirmavam que todas as almas, independentemente da bondade ou maldade, vivem até ao fim dos tempos.

Plotino. Vemos em Plotino uma tentativa para interpretar os ensinamentos de Platão em termos dos interesses religiosos posteriores. Ao fazê-lo, Plotino passou a ser um dos participantes da escola conhecida como Neoplatonismo. Para ele, a alma humana faz parte da alma do mundo. A princípio, ela estava num reino onde via a alma pura do mundo e conhecia tudo o que era bom. Voltou-se, porém, para a matéria e decaiu, por desejar amoldar esta última.

Desse estado de degradação, a alma precisa lutar para libertar-se da matéria. Se fracassar, deve, por ocasião da morte do corpo, entrar no de outro homem, planta ou animal. Mas, sendo bem sucedida em livrar-se da matéria, volta para Deus e, com isso, se realiza.

Sendo parte da alma do mundo, que é uma emanção de Deus, a alma humana é imortal e continua a viver depois da morte do corpo. Se não tiver se purificado, continuará a viver em outro corpo. Se purificou-se, voltará a Deus, do qual faz parte, e viverá do mesmo modo que Deus.

Concepção da Alma Segundo os Primeiros Cristãos e os Cristãos Medievais

Os Apologistas. O Cristianismo, segundo a interpretação dos apologistas, pregava que a alma e o corpo são coisas distintas, sendo a alma a parte do indivíduo que mais aproximadamente representa o que é bom no mundo. Para eles, portanto, ela é imortal, porém continua a viver num corpo ressuscitado. A morte, na teoria desses pensadores, não era a alma separar-se do corpo, antes a purificação do corpo para que fosse um lugar conveniente para a alma habitar durante toda a eternidade.

Santo Agostinho. Desenvolveu mais ainda esse ponto de vista, doutrinando que o homem é a união da alma ao corpo. Para ele, porém, o corpo é a prisão da alma, a fonte de todos os males. A alma, por outro lado, é imaterial e inteiramente diferente e distinta do corpo. Conquanto ensinasse que ela dirige e forma o corpo, não explicou como isso acontece.

Além disso, Santo Agostinho ensinava que cada indivíduo tem sua própria alma, não sendo ela uma emanção de Deus. A alma não existe antes do corpo, no qual habita. Sua criação constitui um mistério. Depois que surge, continua a viver eternamente. A alma humana, segundo Santo Agostinho, é imortal. Contudo, sua vida, depois da morte do corpo, pode ser feliz ou amargurada, conforme a maneira que o indivíduo viveu durante a existência terrena. Se durante essa existência ele recebeu o favor de Deus, terá bem-aventurança. Se não, estará eternamente condenado a uma vida amargurada.

S. Tomás de Aquino. Doutrinou que a alma humana foi criada por Deus. Segundo ele, é o princípio imaterial, espiritual e vital do corpo. Essa alma espiritual é agregada ao corpo por ocasião do nascimento. Se bem que haja outras, a do homem delas difere por ser inteligente e dotada de vontade.

Essa alma inteligente não depende do corpo para sua existência ou função; pode continuar a agir depois dele ter perecido. Mais ainda: continua a existir como existiu durante a vida do corpo. Forma, pois, por si mesma, um novo corpo espiritual, por meio do qual atua por toda a eternidade.

Esse ponto de vista constituiu a norma aceita pelos católicos ortodoxos, que eles tornaram fundamental para sua crença. Pensadores cristãos posteriores não alteraram seus detalhes, mesmo os mais insignificantes. Surgiram heresias, vez ou outra, mas foram repelidas pela força da teoria ortodoxa.

A Alma Segundo os Filósofos da Renascença

Descartes. Achava que o resultado lógico da Ciência era um mundo materialista e mecânico, mas estava também certo de que isso não explicava comple-

tamente o mundo. Conseqüentemente, procurou descobrir um meio pelo qual pudesse explicar tudo o que a Ciência parece exigir e, ao mesmo tempo sustentar a existência da alma humana. O resultado foi sua teoria sobre a existência de uma única substância absoluta, Deus, e duas substâncias relativas, espírito e corpo. Tendo estabelecido a distinção, foi-lhe fácil afirmar que a alma é distinta do corpo, não estando, portanto, como este, sujeita às mesmas leis.

A alma - explicou - é uma unidade ou um princípio simples que se manifesta de inúmeros modos, entre os quais estão os de querer, sentir e raciocinar. É vista, portanto, agindo e, também, tendo paixões.

Como essa alma faz parte do todo, faz parte de Deus ou da Substância Absoluta, não se pode admitir que desapareça e, sim, que continue a existir enquanto Deus continua a existir. A morte do corpo é apenas uma mudança. Sendo a alma livre dele e não sendo verdadeiramente afetada por ele, não sofre nenhuma influência com sua desintegração.

Embora afirmasse que Deus é a única substância, Descartes achou necessário estabelecer uma separação nítida entre a alma e o corpo, e, com isso, deixou um dualismo. Isso não satisfaz seus seguidores. Evidenciavam-se facilmente dois meios para resolver o problema. Por um lado, um filósofo poderia desprezar o corpo e concentrar-se na alma. Foi o que fez *Malebranche*. Para ele, a alma é a única realidade, sendo aquilo que pensamos do corpo mera idéia do corpo na alma. Temos aí o idealismo puro. *Hobbes* tomou outra atitude: negou a existência da alma e concentrou-se na teoria materialista do mundo.

Espinosa. Restou a Espinosa oferecer sua solução sem sacrificar os resultados da ciência natural ou da alma. Como Deus, segundo ele, é a única substância, a alma nada mais podia ser que um modo de Deus. Como tal, identifica-se com o lado espiritual do mundo. Percebe-se a alma quando se considera a substância mais pelo lado do espírito do que pelo lado do corpo. Ela está, por conseguinte, sujeita tão-somente às leis espirituais e não às leis da Ciência ou do mundo material.

Além disso, como modo da substância absoluta, a alma não pode ser imortal num sentido individual; tem, na realidade, imortalidade como um *modo* de Deus que, da mesma maneira que Deus, não pode ser destruído. Como modo de Deus, continua forçosamente mesmo que mude a forma visível do corpo, que é também um modo de Deus.

Kant. Reuniu as muitas correntes do pensamento num sistema que provou ser uma das mais importantes realizações da história do pensamento humano. Afirmou que o intelecto somente pode conhecer aquilo que experimentamos. Contudo, a razão pode ir além e conceber um mundo do qual não temos, de fato, experiência e fornece-nos princípios transcendentais.

A razão dá ao homem uma idéia da alma como resultado de todos os processos mentais. Conquanto não sintamos a alma, a idéia sobre ela tem valor, e podemos, portanto, nela pensar.

A idéia sobre a alma tem valor ético. É resultado da lei moral e serve como base para a vida moral. Mas o homem não pode tornar-se absolutamente bom em todo momento, durante sua existência mortal. Conseqüentemente, esse princípio torna necessária a imortalidade da alma, a fim de as exigências da lei moral poderem ser atendidas. Durante esse tempo infinito, tornado necessário e possível, a

alma humana encaminha-se para a perfeição, para a completa realização das exigências da lei moral.

3.3. O LUGAR DO HOMEM NO UNIVERSO

Platão. Afirmou que “o homem, de conformidade com Protágoras, é verdadeiramente a medida de todas as coisas, porque nele jazem certos princípios, noções, conceitos ou idéias universais básicos para todo conhecimento. Sua “alma” é parte da razão divina que lhe penetrou no corpo, tornando-o capaz de conhecer as coisas eternamente reais do universo. Ao penetrar no corpo, essa parte racional do homem fica travada, retida e obscurecida pelo próprio corpo, que é matéria. Sua tarefa está em sobrepujar essa desvantagem e elevar-se acima do corpo. O filósofo eleva-se acima do corpo e habita o reino do espírito, no qual pode conhecer aquilo que é real, as idéias. Desejosa de possuir um corpo, a alma que ocupa uma estrela deixa sua morada celeste e entra na matéria, ou corpo. Daí por diante luta para libertar-se do corpo. Se consegue, volta para a estrela, onde possa morar para sempre. Mas, se falhar, afundar-se-á cada vez mais, passando de um corpo para outro. A eterna preexistência e a imortalidade da alma”.

Aristóteles. Para ele, “o homem é a mais alta criação, o ser que, de certo modo, participa daquilo que é divino no universo. Conquanto provenha da natureza, sendo uma criatura na qual se encontra matéria, provém, também, da divindade, podendo aproximar-se dela porque é da mesma natureza. A razão criadora (alma) não se acha afetada pelo corpo, é imaterial e continua a viver depois dele; é a centelha divina, uma parte de Deus. Sendo da mesma natureza, tem aquilo que o eleva acima da matéria, aproximando-o do que é mais ideal no universo. Não se perde, portanto, na confusão da matéria sem nexos; pode sobrepujá-la e elevar-se em direção à divindade.”

Importância do Homem Segundo os Primeiros Pensadores Cristãos.

Aqueles filósofos gregos, conquanto reconhecessem o fato de ser o homem matéria e espírito, ressaltavam este último e mostravam-se otimistas com a crença de que o homem pudesse dominar as imperfeições da matéria. Os cristãos não tinham esse otimismo. Para eles, a matéria agigantava-se com presságios, sendo a vida uma luta constante para escapar a tudo que ela implicava.. Para os cristãos, Deus, ou a divindade, é tão puro e a matéria tão afastada dEle, que o único resultado possível só poderia ser pessimista.

A matéria, segundo os filósofos cristãos, é o princípio do mal. Enquanto o homem é, em parte, matéria, é mau e precisa redimir-se. A alma, ao ligar-se ao corpo, perde a graça divina e o único meio de readquirí-la é através de algum ato especial da divindade, que anula a matéria e liberta o homem de seus grilhões.

Apologistas. Os apologistas doutrinavam que Deus fez todo o mundo para o homem, a fim de servir-lhe como arena na qual possa conquistar a salvação eterna. Além disso, o homem recebeu uma posição dominante no universo. É o senhor de tudo. Foi posto no mundo para governá-lo. O princípio criador do univer-

so, Deus, fez do homem sua obra prima, mas tornou-lhe possível destruir-se. Contudo, julga-se que Deus deseja a redenção do homem; esforçando-se, tornou isso possível através de Jesus Cristo.

Santo Agostinho. Esse ponto de vista foi desenvolvido por Santo Agostinho. Segundo ele, Deus é a causa de tudo, do universo e do homem. Mas é o homem Sua mais alta criação, a união do corpo com a alma. Sua vida na terra é uma peregrinação em direção a Deus. Realmente, comparada ao que o espera depois da morte, esta vida não é verdadeiramente vida, porém morte. Eis o típico desprezo do cristão pelo mundo e a esperança de encontrar outro além-túmulo. Acreditava que o primeiro homem, Adão, estabeleceu o padrão para toda a vida futura dos demais. Adão - ensinava ele - cometeu o pecado, transmitindo, assim, a todos os homens, as consequências do pecado; corrompeu toda a raça humana, razão por que todos os homens, sempre, são condenados a pecar. O pecado de Adão, é, portanto, hereditário. Mas Deus pode reformar, com Sua graça, o homem corrupto. E escolheu alguns deles para a salvação e outros para o castigo eterno. É a doutrina conhecida como “predestinação”.

Assim o homem, criação da força todo-poderosa do universo, criado do nada, herdou as fraquezas e os pecados do primeiro homem. Tem que pagar o preço desse pecado. Mas a força todo-poderosa pode escolher alguns que serão perdoados, deixando outros entregues às consequências naturais do pecado de Adão. O homem estará perdido para sempre, a menos que o Criador do universo prefira salvá-lo.

São Tomás de Aquino. Este pensador tomou a si a tarefa de demonstrar que o universo, como revelação de Deus, é racional. Doutrinou que os *universais* existem em determinados objetos como essência das coisas, sendo, porém, a matéria o elemento no qual se acham implantados. O homem, por conseguinte, é *humanidade* universal e matéria. Deus criou o universo do nada, o homem inclusive. Este é matéria e espírito, uma criatura na qual se encontram dois princípios: espírito e corpo. É arrastado à sua queda pela matéria - o corpo - e deve procurar redimir-se do pecado que herdou.

Durante todo aquele período do pensamento humano chamado Idade Média, considerava-se o homem criação da divindade e, de certo modo, um ser no qual existe uma centelha divina. Mas o homem é também da terra. É matéria e, através dessa parte material, herda o pecado do primeiro homem, Adão. O homem é, pois, degradado e deve procurar a salvação junto ao Criador. O universo é matéria e espírito. O homem participa de ambos. Considera-se, portanto, que parte do universo impele o homem para cima, para a divindade, e outra, para baixo.

Assim, segundo muitos pensadores daquele período, há verdadeiramente dois mundos: o da matéria e o do espírito. O primeiro é a causa do pecado do homem e, na verdade, procura sua destruição para todo o sempre. É seu inimigo. O segundo procura salvá-lo e dar-lhe a bem-aventurança eterna; é a morada de tudo que é bom, a morada da divindade.

Em seus esforços para conservar o valor espiritual do universo, filósofos cristãos apoiaram-se fortemente na doutrina que desprezava completamente o universo físico e material. Alguns deles, porém, não se mostraram dispostos a tal extremo. Acharam que essa não era verdadeira solução. Afigurava-se-lhes que se devia descobrir um meio de conciliar as partes física e espiritual no homem e no universo.

A Igreja Cristã foi, durante a Idade Média, fator dominante na vida e no pensamento humanos. Sua doutrina sobre a relação do homem com o Criador e a força soberana do universo era suprema. Qualquer que fosse o pensamento dos filósofos, não se permitia que sériamente pusessem em dúvida a doutrina de que o Criador é o Ser Supremo, e o homem uma das Suas criações, subordinado à Suas leis e vontade.

Mas o infatigável raciocínio do homem não queria satisfazer-se com a situação. Muitos filósofos rebelaram-se contra aquele domínio completo por parte da Igreja. Conquanto não enunciassem diretamente que a dignidade do homem não se podia manter com tais restrições, seu pensamento gradativamente levou-os a ressaltar a força do ser humano. Toda a tendência do pensamento, conhecida como Nominalismo, acentuava a crença de que o homem, individualmente, é de grande importância, sendo as idéias gerais, universais e reais, idéias no espírito humano. *Guilherme de Occam*, por exemplo, doutrinava que os universais existem como idéias ou pensamentos no espírito, não tendo outra realidade

Concepção dos Precursores da Renascença. A crescente insistência sobre a posição do homem, seu poder e dignidade, simbolizava uma tendência do pensamento humano. Era um gigante que se agitava, um gigante que havia adormecido e, durante o sono, fora amarrado e agrilhado até não se poder mover mais. Aos poucos ele foi rompendo os grilhões; levantou-se e proclamou sua força. O homem ousou afirmar sua capacidade de controlar o mundo, conhecer seus mais recônditos segredos e, pela força da inteligência, dominar seus processos, transformando-os segundo seus desejos. Era a Renascença do espírito humano. Ressaltava a criatura humana no universo e, por isso, recebeu o nome de *Humanismo*.

Ludovico Viver, Petrus Ramus, Paracelso e Bernardino Telésio procuraram fazer, para sua época, aquilo que os cientistas modernos têm feito para nós. Procuraram estudar e controlar a natureza com o conhecimento e a compreensão que possuíam, e, como tais, foram os precursores da ciência moderna.

Copérnico, Galileu, Kepler e Newton estudaram o universo e contaram aos companheiros como ele operava. À Igreja não escapou o que estava acontecendo; esforçou-se grandemente para eliminar as novas forças. Mas o espírito do homem havia vislumbrado uma pequenina cena do futuro e não aceitaria que lhe barrassem a entrada na terra prometida. O homem não mais se satisfaria com a reverência total às forças do universo. Caminharia ereto e exigiria o direito de desafiar-lo e dominar-lhe os segredos. Era realmente uma nova fase para o homem. Nascia uma nova concepção sobre o lugar que ele ocupa no universo.

O ponto de vista de Bacon . Ele acentuou fortemente o valor de uma acurada compreensão do universo, mas não estava disposto a abandonar completamente as idéias religiosas do passado. Reconheceu, o que era, aliás, inevitável, que às vezes as idéias religiosas e as descobertas oriundas de observações minuciosas eram contraditórias. Acrescentou, porém, que o homem devia acreditar em ambas. “Assim como somos obrigados a obedecer às leis divinas, embora nossa vontade murmure contra isso, também somos obrigados a crer na palavra de Deus, embora nossa razão também contra isso se choque.” Mostrava-se indeciso. Via a necessidade de estudar o universo e dominar-lhe os segredos Não podia, porém, entregar-se a isso como fonte do conhecimento. Foi ele, porém, quem lançou as

bases para o homem, aos poucos, ir passando para a Ciência e afastar-se da Religião.

Teorias de Descartes e Espinosa sobre o homem no universo. Tudo na natureza deve ser explicado pela Mecânica, sendo que tudo que é espiritual tem que conciliar-se com isso. Sua teoria começava com uma substância absoluta, Deus, e duas substâncias relativas, espírito e matéria. No homem, encontramos o espírito e a matéria. Conquanto estejam unidos no homem, um não afeta o outro. O corpo opera segundo leis puramente mecânicas, ao passo que o intelecto é espiritual.

O homem, portanto, participa das duas substâncias relativas, das quais é feito tudo o mais no mundo. Segundo Descartes, o homem, provém do mundo. Como parte da natureza, é extremamente mecânico, uma máquina que opera segundo leis naturais da mesma maneira que um relógio. O espírito é uma parte distinta do corpo, sendo assim eliminado da natureza. O homem compõe-se de ambos.

Para **Espinosa**, tudo no universo é substância ou Deus. Os dois atributos de Deus, extensão e pensamento, encontram-se no homem. Este é uma forma de Deus, a substância universal ou real. Cada indivíduo é um modo de extensão ou corpo e um modo de pensamento. De fato, tudo no universo é um modo da matéria e do espírito. Mas, enquanto em todos os objetos, salvo no homem, esses dois modos sejam mais ou menos simples, no homem são complexos, compostos de muitas partes. Além disso, no homem, o espírito percebe seus próprios atos, é consciente.

Não há, entretanto, relação entre o espírito do homem e seu corpo. Nenhum afeta o outro. Contudo, o espírito e o corpo são de tal modo construídos, que aquilo que acontece num é logo seguido de um acontecimento similar no outro. Parece-nos, pois, que somos afetados pelo que acontece no corpo.

Para Espinosa, portanto, todo o universo é Deus ou substância, na forma de espírito e corpo. O homem é uma unidade nesse todo. É espírito e corpo.

Lugar do Homem no Universo, Segundo Locke, Berkeley e Hume: **John Locke** mantém uma concepção algo diferente sobre o lugar que o homem ocupa no universo. Para ele, o homem é parte do mundo, mas uma parte sensível a tudo em redor. Sendo sensível, tem idéias acerca do mundo que lhe vêm através dos sentidos, através da experiência. Conquanto seja espírito e corpo, a parte mental acha-se afetada pelo corpo e este pela parte mental. Há, por conseguinte, interação entre as duas partes que formam o homem.

Na teoria de Locke, além dessas duas substâncias, espírito e corpo, existe outra, espiritual, Deus. Deus fez o universo do nada e, de acordo com a disposição que lhe deu, ele age como o vemos agir através de nossas experiências.

Segundo Locke, a razão do homem está estabelecida como a derradeira prova de tudo no universo. Concorda em que existem um mundo exterior e Deus, e ter sido o mundo criado por Deus. Ele tenta, porém, provar tudo isso de modo que possa ser razoável e satisfaça ao espírito humano. Para ele, a razão humana torna-se a prova final da revelação. Os adeptos de Locke procuraram levar mais

longe o raciocínio, indo buscar as verdadeiras revelações de Deus nas leis da natureza. Em suas teorias, a religião cristã torna-se racional e perde o mistério.

Vai assim o homem tornando-se independente. Deve ser o juiz do universo. Sua razão é o tribunal de última instância. Precisa compreender o fato antes de aceitá-lo como verdadeiro.

Gorge Berkeley vai mais longe com essa idéia, eliminando o mundo material e tornando o homem o centro de tudo. Para ele, não há universo fora do espírito, quer do espírito humano quer do espírito de Deus. A existência é aquilo que se percebe, não existindo coisa alguma quando não há espírito para percebê-la. Os corpos, o universo, não têm existência, fora do espírito. Por conseguinte, a teoria de uma substância, que nele causa as idéias, deve ser abandonada como completamente sem valor. As sensações chegam-nos não de objetos materiais, porém pelo espírito de Deus.

O resultado completo e lógico dessa teoria acha-se desenvolvido por **David Hume**. Ele torna o homem, somente o homem, o centro e o todo do universo. Como tudo que podemos saber - argumenta - são nossas próprias idéias, não pode haver substância material ou espiritual que as cause. O universo, todo o universo que podemos provar, são nossas idéias em sucessão. Elas se originam de causas desconhecidas, e não estamos certos em supor que sejam *causadas*. Podemos crer na causa de nossas idéias, ou na existência de Deus e de um mundo exterior, mas não podemos prová-lo por método algum racional do conhecimento.

Hume deixou o homem a sós, o universo encerrado em seu espírito, e incapaz de provar, pelo método há muito tratado com carinho, que havia um universo, uma causa oriunda de suas idéias ou mesmo que ele existia. Está o homem a sós, isolado? É necessário pensarmos em uma simples sucessão de idéias percorrendo o espaço como o golpe final? Foi esse o problema que Hume deixou aos pensadores que o seguiram.

Teoria de Leibnitz. O pensador alemão *Gottfried Wilhelm Leibnitz* partiu a substância em um número infinito de pedacinhos de mônades. Seu mundo foi construído dessas unidades autônomas, desses blocos construtores do universo.

No conceito de Leibnitz, o homem é uma construção de mônades, mas difere do inorgânico devido a ter uma mônade ou alma central e controladora. Deus ordenou o universo de tal modo que cada mônade age em harmonia com as demais. Assim, embora Deus nele estivesse no começo, para pô-lo em movimento, não é de modo algum parte dele depois que entrou em movimento. Podia retirar-se e deixar as mônades unirem-se e separarem-se de conformidade com sua natureza. A “alma-mônade” é eterna e continua a viver, mesmo que as mônades que formam o corpo do homem se separem por ocasião da morte. O homem e toda a natureza acham-se sujeitos a leis, ordem e uniformidade. Para Descartes, também, o homem é uma máquina. Foi, assim, tornando-se gradativamente popular por todo o mundo filosófico a teoria de um mundo mecanicista.

O ponto de vista de Rousseau. Foi *Jean Jacques Rousseau* quem surpreendeu o mundo filosófico e abalou-lhe a fé nesse problema. Para ele, o homem não é apenas máquina, parte do mundo mecânico. Ao contrário, é dotado de sensação, sentimento. A Ciência e a cultura - doutrinou ele - acorrentaram o homem, e isso estava destruindo tudo que é realmente humano. Propunha-se lançar fora aquela camada de civilização e libertar o homem para que se desenvolvesse toda a

sua capacidade. Acreditava que a Ciência isolara o homem da natureza, e sua salvação está em escapar aos grilhões da Ciência e voltar à natureza.

Teoria de Kant Sobre a Importância do Homem. Aquele ousado desafio da tendência da época, aquele apelo para se voltar à natureza, em toda a sua riqueza e pujança, exerceu, talvez influência sobre o maior de todos os filósofos modernos, *Emmanuel Kant*. Foi sua tarefa “limitar o ceticismo de Hume, por um lado, e o velho dogmatismo, por outro, e refutar e destruir o materialismo, o fatalismo, o ateísmo, bem como o sentimentalismo e as superstições”.

O homem - doutrinou ele - , faz parte do mundo de objetos e coisas. Mas na verdade, embora possa ter certeza da existência deste mundo separado de si, não pode conhecê-lo. Tudo que pode conhecer é o mundo que seu espírito, dada a sua natureza, constrói das sensações recebidas pelo contato com o mundo exterior. Nisso, ele concorda com a parte essencial das teorias de Locke, Berkeley e Hume. O conhecimento acha-se limitado às idéias.

O homem pode raciocinar e, nessa base, formar idéias sobre o mundo exterior, Deus, Liberdade e imortalidade. Pode, pois, em virtude da razão, agir como se houvesse um mundo exterior, como se este e ele mesmo fossem obra de um Criador, como se fosse livre e possuísse uma alma imperecível. A razão dá ao homem uma idéia da alma como resultado de todos os processos mentais. Deu ao mundo filosófico a chave para tudo que parecia valioso aos homens. Sugeriu, com argumentos fortes e atraentes, que existe uma espécie de verdade mais elevada que a oferecida pela inteligência humana: A LEI MORAL, dentro de nós, que garante o mundo dos valores. Mas, o homem, não pode tornar-se absolutamente bom em todo momento, durante sua existência mortal. Conseqüentemente, esse princípio torna necessária a imortalidade da alma, a fim de as exigências da lei moral poderem ser atendidas. Durante esse tempo infinito, tornado necessário e possível, a alma encaminha-se PARA A PERFEIÇÃO, para a completa realização das exigências da lei moral.

Fichte, Schelling, Schleiermacher e Hegel. *Johann Gottlieb Fichte* adotou a liberdade como base para a sua filosofia. Para ele, o homem é fundamentalmente livre, não o simples elo de uma cadeia predeterminada de eventos materiais. A atividade autodeterminadora constitui a suprema característica do homem. Fichte procurou provar essa tese por meio de um método similar ao de Kant. Argumentou que, embora a razão possa provar a primazia da liberdade, devemos aceitar tal princípio como final, porque somente agindo assim podemos satisfazer às necessidades de nossa natureza moral, dar à vida valor e significado.

Além disso, o princípio fundamental do universo para Fichte é a atividade universal, livre e autodeterminadora. É o que ele chamou de *ego absoluto*, uma realidade acima de todos os seres humanos, uma razão ativa, universal, que se encontra em todo indivíduo. O homem é, pois, uma parte do *ego* universal. Partilha da natureza do universo. Acha-se dominado por esse processo da vida universal.

Esse *ego*, essa atividade universal, manifesta-se no homem e na natureza. A árvore, a mesa, o animal e o homem são, todos, manifestações desse princípio fundamental. O homem é a manifestação mais elevada do *ego* criador, que é o universo.

Ao fazer desse princípio criador e livre, desse espírito ou intelecto, o fator fundamental do mundo e, com isso, libertando o homem do mecanismo mortal, ao qual filósofos anteriores pretendiam condená-lo, tanto Kant como Fichte responderam a um desejo profundamente enraizado da Humanidade, qual o de encontrar, na natureza do universo, justificação para os maiores anseios e esperanças.

Friedrich Wilhelm Joseph Schelling sentiu-se fascinado pelas possibilidades dessa teoria. Poeta, de temperamento artístico, levou mais longe a concepção de Fichte, doutrinando que o mundo é uma obra de arte criada pelo grande artista do universo. O universo, o homem inclusive, é, segundo Schelling, um sistema vivo em evolução, um organismo em que cada parte tem o seu lugar, da mesma maneira que cada cor de uma obra de arte se adapta ao todo para resultar uma obra-prima.

Friedrich Ernst Daniel Schleiermacher identificou Deus com o princípio criador universal, a fonte de toda a vida. Deus está no mundo, mas sobrepõe-se a ele. Os homens, *egos individuais*, são princípios autodeterminadores, cada um com seu próprio talento e lugar específico no esquema das coisas. Cada indivíduo é necessário ao todo. Se o universo tem que atingir o máximo de sua realização e criar até ao limite de sua capacidade, cada unidade, cada *ego*, tem também que criar até ao seu limite. O homem é necessário a essa completa auto-realização do mundo.

Georg Wilhelm Friedrich Hegel. Todo o movimento idealista na Filosofia, do qual Fichte e Schelling são representantes, interpretou o mundo sob o ponto de vista do homem. Hegel empregou o mesmo método. O estudo do homem revela certos fatos e fatores. Da mesma maneira que isso se dá com o homem, dá-se com o universo. Assim raciocinavam os idealistas.

Hegel encontrou no homem a atuação de certos processos lógicos. Reconheceu que o espírito humano passa, naturalmente, da enunciação de um fato para a de seu oposto. Por exemplo: a guerra é um mal, mas é evidente que da guerra vem e pode advir um bem. Ela deve, portanto, ser também um bem. Tendo reconhecido esses dois fatos contraditórios, o espírito humano procura então descobrir alguma base para conciliá-los. Hegel acreditava ser esse o processo pelo qual se realiza todo pensamento. Primeiro, propomos uma tese: a guerra é um mal. Depois, propomos a antítese: a guerra é um bem. a proposição final é a síntese: a despeito dos males oriundos da guerra, há certos valores que os homens realizam com ela.

O que se dá com o espírito humano, dá-se com o espírito universal, raciocinou Hegel. O universo é como o homem, sendo os processos, no primeiro, os mesmos que encontramos no espírito do segundo, se bem que numa escala maior, é claro. Para ele, a realidade é um processo lógico da evolução. Assim, a realidade também tem a sua tese, antítese e síntese eventual. O homem é o padrão, do qual o universo é a realização completa. O homem é o universo em miniatura; é o microcosmo do grande macrocosmo, isto é, um pequeno universo que é a miniatura de todo o universo.

Assim, segundo Hegel, não importa por onde começemos os estudos; o resultado será o mesmo. Se começarmos com o homem e passarmos para a natureza, descobriremos iguais processos em operação. Se estudarmos primeiro o universo e passarmos para o homem, iremos encontrar a mesma similaridade.

Reconhecemos, nesse ponto abordado pelos idealistas, o dedo dos sofistas, de Sócrates e de Platão, pelo menos. Esses filósofos gregos, como sabido, interessaram-se primariamente pelo homem. Não se interessaram pelo universo, salvo naquilo em que afetava o homem e suas relações com os demais. Começaram com o estudo do homem. Chegaram inevitavelmente, porém, a uma teoria sobre o universo. Mas, em cada caso, interpretavam-no em termos do homem. Tomemos Platão, por exemplo. Achava que o que mais sobressai no homem é a idéia. Via-o procurando moldar o mundo para adaptá-lo às suas idéias, da mesma maneira que o artista molda a argila para concretizar uma idéia. Raciocinou, então, que a coisa suprema no universo é a idéia, pura e intocável pela matéria. Assim como o homem emprega idéias para moldar a matéria, assim o princípio criador divino do universo as empregou para moldá-lo.

E assim, desde séculos, vem-se procurando compreender o universo através do homem e sua natureza. O que se dá com o homem, dá-se com o universo, raciocinava-se.

Artur Schopenhauer. A teoria de Schopenhauer enquadrava-se dentro da tradição idealística. Ele interpretou o mundo, o universo, em termos da criatura humana. Encontrou no homem a vontade suprema. O homem quer, deseja fazer e ter alguma coisa. Isso leva-o a agir e disso pode resultar uma mudança do ambiente. O que se dá com ele, dá-se com o universo. A vontade é o princípio fundamental do universo criador. Toda a natureza é a manifestação da vontade. Na pedra, ela é cega; no homem, consciente.

O homem é, portanto, o padrão do universo, um padrão em miniatura. É o universo grandemente reduzido.

Herman Lotze acompanhou a mesma tradição. O universo, em sua teoria, deve ser compreendido em termos do espírito humano, uma vez que este é a única realidade cognoscível. A vida mental acha-se presente em toda a natureza, mesmo nas rochas e na terra. O espírito humano representa a fase mais elevada, aquela em que o espírito se torna cômico de si mesmo. O homem é a mais verdadeira representação do universo, a mais alta criação do espírito criador, que é o universo.

A filosofia, a ciência e a religião e uma síntese do pensamento em relação ao lugar do homem no universo. Através da história do pensamento, o homem tem procurado compreender o universo e sua relação consigo. Surgiram filósofos que lhe disseram que o universo se assemelha a ele e a seus amigos e que, no universo, existem forças que se preocupam com seu bem-estar. Realmente, o Deus filosófico é quase sempre um ser cuja preocupação reside no homem. Mas há outros filósofos que consideram o universo, e o homem inclusive, um vasto sistema de leis e consistências, no qual os valores humanos ocupam pouco lugar ou mesmo nenhum. O homem vive seus poucos dias e depois é esquecido.

Nos pontos extremos, temos a posição da Religião e a da Ciência. A filosofia religiosa tentou, mais ou menos consistentemente, construir um universo amigo do homem e de seus valores. Reconhece fatores que parecem desmentir a teoria: morte, pecado, sofrimento e esperanças não realizadas. Esforça-se, porém, em adaptá-las a um todo para que percam sua parte dolorosa. Oferece sempre Deus e o Céu como solução final para o problema.

A filosofia científica, por outro lado, considera o universo como o descobrem no laboratório ou em pesquisas estritamente científicas. Encontra apenas leis e consistências, uma grande máquina em perene movimento, máquina da qual se pode depender para se agir de certo modo, mas que não se preocupa com os valores humanos.

E há, também, os filósofos que procuram conciliar ambos os extremos. Os “pragmatistas” pertencem a esse grupo, existindo ainda muitos outros. Acontece, porém, muitas vezes, que o mediador simplesmente forma, com os dois, uma mistura inconsciente.

Eis a questão que ainda assedia a Filosofia: É o universo amigo ou inimigo do homem?

3.4. Dinâmica do Espírito.

(J. Herculano Pires, graduado em Filosofia pela Universidade de São Paulo, licenciado pela mesma Universidade em Filosofia, tendo publicado uma tese existencial: *O Ser e a Serenidade* (Ensaio de Ontologia Interexistencial). Ex-catedrático de Filosofia da Educação na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara, membro-titular do Instituto Brasileiro de Filosofia - Seção São Paulo).

Em sua tese de licenciatura em Filosofia, *O Ser e a Serenidade*, editora E-dicel, 2ª edição, 1986, p.76-80, encontramos preciosas ponderações para nossa dissertação.

Não poderíamos esquecer, ao fechar este capítulo, de J. Herculano Pires, filósofo brasileiro, espírita, contemporâneo, que legou-nos mais de 80 magníficas obras e o texto que nos servirá de guia comprova a sua elevada estatura filosófico-moral, além de demonstrar como, com rara acuidade espiritual, conseguiu absorver o que de melhor ocorreu no mundo da Filosofia, oferecendo-nos uma síntese maravilhosa do papel do homem-espírito no mundo, de onde veio e para onde vai.

Guardando muita semelhança com as filosofias já delineadas vai, entretanto, muito além de onde pararam, fornecendo a indispensável estrutura para nossa dissertação, doutrinando-nos que:

A origem do espírito. *“O espírito é, a princípio, uma potência serena. Fechado em si mesmo, entretanto não está isolado, senão nos limites da sua própria capacidade de solipsismo, que o caracteriza. É o em-si, que guarda em germen todas as potencialidades do ser. Ao primeiro impulso interior de eclosão - necessidade de conhecer e comunicar-se - lança, como a semente, a haste da plântula, ou, como o cúmulo-nimbo da tempestade em formação, o primeiro relâmpago e o primeiro raio. É então que o em-si precipita-se no para-si, deflagrando as potencialidades de ser na existência. Essas potencialidades se atualizam, manifestam-se no fenômeno. E a manifestação primária do fenômeno ontológico é a consciência, que se impõe como dominadora no próprio processo biológico, a partir da formação do centro cerebral no embrião”.*

É o ser, ou princípio inteligente, que tem o seu primeiro contato com a matéria, projetando-se na mundanidade.

O espírito interligando-se à matéria. *“A precipitação no para-si é um ato de conquista. Uma tomada de poder. O em-si atira-se na conquista do mundo, precipita-se na mundanidade. E eis o primeiro motivo de inquietação, o primeiro*

passo na perda da serenidade. Daí, por diante, estabelece-se o conflito. Sartre define a consciência como a brecha do nada na estrutura densa do mundo. Só o vazio consciencial, o nada, ou a nadificação do para-si, pode permitir a liberdade humana, na densa rede determinista da natureza. O mundo preenche o vazio da consciência, como as sensações preenchem, no pensamento de Kant, as vasilhas apriorísticas das categorias da razão. É que, por trás do temporal da precipitação, no âmago da consciência, permanece o núcleo do em-si, em forma de entelequia, catalizando as reações do psiquismo em desenvolvimento. Não há nadificação, mas mundanização. O em-si se apossa do mundo, segundo uma determinação implícita na sua própria natureza, um plano de conquista, que é, sobretudo, um plano de vida.”

Poderíamos, por analogia, identificar em Bergson, o “impulso vital”, vinculando-se à matéria, ou extensão.

“Vemos, assim, no processo da precipitação, revelar-se o esquema da estrutura dinâmica do espírito. Como primeira instância, temos o núcleo da consciência, com uma anterioridade que remonta ao desenvolvimento do princípio inteligente, para o recorte do primeiro conector de experiências. Esse conector - um recorte do princípio inteligente - é a origem ôntica do em-si e consubstancia a sua natureza. A seguir, temos a segunda instância do espírito que é a entelequia, a intenção secreta, o plano oculto do em-si, deflagrado no para-si. Estas duas instâncias constituem o em-si, que por sua vez integra-se no para-si, pois é a própria origem e razão de ser deste, e por isso mesmo não se desintegra na alienação, como pretende a concepção sartreana. Daí, no inconsciente de Sartre ou da sua filosofia, o motivo secreto da náusea e da angústia: o medo do retorno ao em-si, que apavora o para-si. Mas o exame sereno do problema nos mostra o contrário, pois o em-si permanece como o núcleo profundo da consciência, conectando experiências e orientando o desenvolvimento do para-si, através de vetores psíquicos, que são as intuições da entelequia, em forma de orientações, advertências e aprovações conscienciais. O em-si é o pivô que rege o pequeno mundo do para-si, através dos instintos, na ecstase biológica, e através da voz da consciência, na arcstase moral.”

O Espírito, o corpo e o corpo espiritual intermediário. *“A terceira instância do espírito se define quando o em-si, para precipitar-se no para-si, conectou os elementos essenciais da existência, na região intermédia, da natura com natura naturans, entre dois polos da natureza. Com esses elementos essenciais, o em-si modela, pelo próprio efeito da conexão em torno das determinações da entelequia, o seu primeiro instrumento de conquista do mundo, que é o perispírito, - corpo espiritual de Paulo, a grande interrogação dos filósofos espiritualistas, entre eles Descartes: como o espírito pode atuar na matéria:? - modelo consciencial do organismo físico, na manifestação existencial do ser. Temos, então, essa nova instância do espírito, que amplia e estende o poder conector do em-si, projetando-se no processo biológico da encarnação. Daí a triplicidade natural do ser na hipótese humana: espírito, perispírito e corpo. Mas, entre o fenômeno do perispírito e do corpo, temos ainda de assinalar o epifenômeno da alma, que resulta da interação perispírito-corpo: o processo de animação orgânica, pela qual o espírito, que anima o corpo, se designa por ânima ou alma.”*

Percebe-se, até aqui, um trabalho filosófico inédito em que as principais correntes doutrinárias se afunilam para a explicação da origem e natureza do ser e

sua manifestação na imanência e transcendência, sem desprezo ao aspecto místico-religioso da questão.

O fenômeno da morte. *“Dessa maneira, o para-si se define como alma e corpo, a forma substancial de Aristóteles perfeitamente compreensível na interação dessas duas instâncias existenciais. Suspender a interação é interromper a existência. O corpo, desligado de sua fonte vital, recai na dissociação dos elementos materiais anteriormente conectados em-si. A desconexão não se processa imediatamente, mas por etapas mais ou menos longas, segundo a intensidade da interação vital. Para Sartre, é o momento da volta ao em-si. O ser retorna à sua ecstase primitiva. A ecstase não conseguiu transitar para a arcstase da síntese em-si-para-si, caindo na frustração. Mas a realidade é bem outra, pois o corpo não absorveu, como pensa Sartre, a totalidade ôntica do para-si. O corpo, como a alma, era apenas uma instância existencial, e não propriamente ôntica. a natureza ôntica do corpo e da alma depende da ação ôntica do espírito. Este afastado, desaparece o epifenômeno anímico e o corpo reduz-se a sua condição natural de simples instrumento provisório do espírito. É este sentido epifenomênico da vida que produz as ilusões biológicas da interpretação científica do processo vital.”*

O espírito e sua existência na hipótese espiritual (post-mortem). *“A dinâmica do espírito tem assim o mesmo sentido de projeto do ser no mundo, em sua projeção na existência. Mas essa dinâmica é em si mesma. Sua natureza é substancial e não acidental. Ao desligar-se do instrumento existencial, ela se projeta de volta, não ao em-si, mas na hipótese espiritual. O recorte do princípio inteligente já não é apenas recorte. É uma inteligência finita, contida nos limites das suas potencialidades em desenvolvimento e situada em polaridade diante da Inteligência Infinita, para a qual continuará gravitando. Explica-se assim a concepção aristotélica do Deus imóvel, que só atrai pelo amor, como a criatura amada atrai o amante. A inteligência finita gravita naturalmente para ele, sem necessidade de qualquer espécie de ação conectora de Deus. Essa gravitação, porém, não é imediata. Processa-se, pelo contrário, através do existencial. O espírito livre, ou como diria Charles Morgan, liberto do peso da existência, passa, entretanto, a existir na hipótese espiritual. Ali, sua condição existencial assemelha-se bastante à daqui. Ele possui um corpo, um instrumento de ação, que é o perispírito, o que o apóstolo Paulo chamava corpo espiritual. Encontra-se num meio social, em que o seu processo de relação continua a desenvolver-se. Na própria parapsicologia moderna, Wathely Carington admitiu a existência das estruturas psícons (espécies de átomos mentais, gerados pelos sensas, átomos sensoriais da vida de relação) e a possibilidade de relações dessas estruturas entre si, inclusive no plano das relações interexistenciais. Soal admitiu a sobrevivência espiritual de Shi, a que Broad dá a mesma designação aristotélica de entelequia. Assim, a própria ciência moderna abre perspectivas conceptuais para a compreensão da supervivência do ser, nessa hipótese a que Joseph Banks Rhine, o pioneiro das investigações parapsicológicas, chama de extrafísica.”*

A Ciência, agora, soma-se à Filosofia e Religião, como nos esclareceu Herculano Pires, para desvendar os segredos da vida, que vem sendo nossa sugestão para permitir uma educação plena e satisfatória consentânea com princípios lógicos e racionais.

Palingenesia. *“Mas a existência espiritual não corresponde ainda a todas as necessidades do desenvolvimento da entelequia. As potencialidades do em-si requerem novo mergulho ou nova precipitação na existência material. É então*

que o espírito, impulsionado pelo dinamismo consciencial, prepara-se novamente para a precipitação. Suas relações terrenas deixaram resíduos morais a serem consumidos, hiatos psíquicos a serem supridos, lacunas experienciais que devem ser sanadas por uma nova encarnação. A volta ao em-si pode então admitir-se como um fato post-mortem, nunca no final da existência terrena, mas apenas na conclusão da seguinte existência espiritual. O espírito retorna às instâncias primitivas do em-si - a consciência e a entelequia - reajustando porém suas conquistas ao plano entelequial, para sopesar o seu desenvolvimento e avaliar o que lhe falta em atualização de potencialidades.”

Em outras palavras, o Espírito, portador de potencialidades intelectuais e morais a serem desenvolvidas através, principalmente, da experiência encarnatória, em cumprimento à lei natural de evolução, retorna à vivência terrestre para reparar males causados, repetir experiências mal sucedidas, expiar dores e sofrimentos causados, como lei de causa e efeito, aprimorar-se intelectual e moralmente para poder desfrutar de melhores condições futuras.

“A palingenesia apresenta-se, assim, como uma conseqüência natural da dinâmica do espírito, da sua necessidade ôntica, e ao mesmo tempo lógica e ontológica, de atualização. Qualquer negação desse processo incidirá fatalmente no campo do alógico ou do ilógico. Não se pode admitir outra posição. Ou caímos no ilogismo da frustração sartreana, ou no alogismo da unicidade da existência, como fenômeno unilateral ou unipolar, só possível na hipótese ôntica da realidade imediata. Essas duas posições interessam, respectivamente, ao ceticismo do século, que é a marca da angústia existencial atéia, e ao teologismo medieval, que é o estigma do desespero existencial espiritualista. Sartre e Kerkegaard exemplificam historicamente essas posições, enquanto Camus e Marcel exemplificam as tentativas de escape de ambas.”

A palingenesia, consagração da lei natural de evolução. *“A compreensão profunda da dinâmica do espírito é, portanto, essencial à busca da serenidade, e conseqüentemente à sua realização. Somente através do desenvolvimento progressivo das potencialidades do espírito, inicialmente representadas nas potencialidades do em-si, podemos atingir a serenidade, que é uma volta enriquecida às condições iniciais do próprio em-si, como vimos anteriormente. O enriquecimento, embora se apresente, na dinâmica do espírito, em forma de conquista progressiva, na realidade é apenas o próprio desenvolvimento do espírito, a atualização das suas potencialidades. É assim que a semente se realiza na árvore e o cúmulo-nimbo na tempestade. Como não vemos a continuidade de ambos os processos, acreditamos que a árvore se finda na frustração, o que acontece também com a tempestade. Mas os circuitos infinitos da natureza nos advertem da continuidade de todos esses processos, entre os quais se inclui o do desenvolvimento espiritual do homem.”*

Qual a razão da volta palingenésica? *“A resposta está implícita no próprio processo acima descrito: se a precipitação é a condição primária da atualização, que se efetua na existência humana, é que o espírito, mal saído do recorte do princípio inteligente, está ainda em fase primária de desenvolvimento. Oriundo do sistema de relação dos dois princípios, o material e o espiritual, na condição terrena, é esse o seu habitat natural, em que terá de completar o seu processo de atualização.”*

Por “serenidade”, entenda-se a felicidade relativa que buscamos e que pode ser alcançada com a compreensão profunda da dinâmica do espírito, como foi perfeitamente esposada por J. Herculano Pires e que, a nosso ver, nenhum outro filósofo, até nossos dias, conseguiu intuir.

Estamos, agora, aptos para abordar o assunto Educação Como Direito e Dever, á luz do Direito Natural.

4. A EDUCAÇÃO COMO DIREITO E DEVER

Adentrando ao núcleo de nossos propósitos exporemos, dos mais eminentes filósofos e educadores, as idéias com as quais comungamos e, como repetidamente esclarecido, referem-se à educação do homem dualmente considerado - espírito e corpo -, sendo o primeiro a sua essência, o ser real e imortal, evoluindo para a perfeição e felicidade possíveis.

4.1. Sócrates, Platão e Aristóteles

Para Sócrates a coisa mais valiosa para o homem é o saber. Utilizou-se do epigrama “Conhece-te a ti mesmo”. A virtude coincide com a Ciência e o vício com a Ignorância; quem conhece não erra e, portanto, ninguém é voluntariamente mau. Assim, a educação e a cultura são os meios de melhorar os homens, dando-lhes as noções de bem.

Platão procurava empregar a educação para a escolha de homens para os vários deveres de um grupo social. Em cada caso, porém, procurava selecioná-los em termos de sua capacidade, segundo era descoberta pelo próprio sistema educacional.

Aristóteles afirmava que o objetivo da educação é fazer as pessoas virtuosas. Entretanto, as teorias de Platão e Aristóteles não exerceram, em sua época, grande influência na vida de Atenas. Ao contrário, dominava a teoria dos sofistas, na qual a educação se destinava a atender aos interesses individuais. O povo ouviu-os, mas seguia seus próprios interesses e exigia um tipo de educação que os tornasse mais felizes e lhes proporcionassem maiores êxitos. Viviam empolgados por visões de vitórias pessoais, de modo algum sentiam disposição para ouvir os filósofos que davam a entender que o êxito e a felicidade dependiam do bem-estar do grupo.

4.2. Comênio

Em Comênio, então, vamos encontrar uma pansofia - uma sabedoria do todo. Seu trabalho foi desenvolvido com o ensino da filosofia racional, a ciência empírica e a moral religiosa. O triângulo que envolve o aprendizado simultâneo e gradativo da Ciência, Filosofia e Religião, terreno pelo qual estamos também caminhando.

O homem, para ele, e para nós, deve ser educado com vistas à eternidade, pois sendo espírito imortal, sua educação deveria transcender a mera realização terrena.

‘Figurou entre os grandes educadores daquele período João Amos Comênio, bispo e professor na Morávia. Acreditava que todos podiam aprender tudo. Imaginou, assim, um longo período de preparação enciclopédica, durante a qual seriam divulgados ao estudante todos os conhecimentos científicos. A princípio, ensinar-se-ia tudo de “maneira geral e indefinida”, e, à medida que a criança fosse crescendo, o ensino tornar-se-ia mais apurado e específico. Essa preparação, argumentou Comênio, seguiria o método da natureza. Seu plano consistia em expor o aluno ao mundo em que vivia, deixá-lo observar e, com isso, fazê-lo com-

*preender as coisas que o cercam. À proporção que a criança se ia desenvolvendo, suas observações passariam a ser mais minuciosas, abrangendo área cada vez mais extensa.*⁸

*“Comenius era um humanista e um universalista, que não só se interessava por todas as áreas do conhecimento, como queria elaborar uma pansofia - uma sabedoria do todo. Achava que o conhecimento, para ter pleno sentido e ajudar o homem, deveria integrar a filosofia racional, a ciência empírica e a moral religiosa.. Seus estudos foram de ordem teológica, social, política, científica. Sua proposta pedagógica dirige-se, sobretudo, à razão humana, convocando-a assumir uma atitude de pesquisa diante do universo e de visão integrada das coisas. Pretendia que o homem deve ser educado com vistas à eternidade, pois sendo Espírito imortal, sua educação deveria transcender a mera realização terrena, para procurar a sabedoria e a virtude que o aproximassem de Deus. Mas ao lado dessa bela formulação teórica, Comenius dedicou-se à praxis, elaborando obras didáticas, inventando métodos de ensino e esboçando a escola do futuro.”*⁹

4.3. Jean Jacques Rousseau

Rousseau afirmava que a sociedade perverte a criança, sendo má a sua influência. Conseqüentemente, ele protegeria sempre a criança contra essa má influência, até que estivesse completamente desenvolvida, quando, então, seria difícil destruir-lhe a natureza interior. Em Emílio, Rousseau traça a educação de um jovem de maneira natural e espontânea. Permite-se a Emílio, o herói da história, desenvolver-se na conformidade de sua própria natureza, sem interferências.

*‘A educação é o meio de proteção, o meio de defender a criança contra a influência da sociedade, a qual deformaria o desenvolvimento natural de seu verdadeiro eu. Ao mesmo tempo que idolatra Rousseau um estado ideal, que seja não escravidão, e sim liberdade e valorização do indivíduo humano, imagina também uma educação natural, em que o discípulo não seja oprimido pelo mestre, mas simplesmente auxiliado em desenvolver a sua humanidade originária. É esse o famoso conceito de Rousseau em torno da educação natural e negativa.’*¹⁰

4.4. Johann Heinrich Pestalozzi

Pestalozzi, sem dúvida, aderiu aos métodos de Rousseau e, principalmente, aos de Comênus. O homem, para ele, teria três instâncias existenciais: natural, social e moral. Como ser moral, deve construir seu próprio aperfeiçoamento, numa auto-educação permanente. Entende, também, que é preciso procurar a transcendência espiritual e as virtudes morais que nos levam à felicidade. O amor é o instrumento da educação do coração.

Procurou compreender a natureza da criança e elaborar um método de ensino de acordo com o “desenvolvimento natural, progressivo e harmonioso de todas as forças e capacidade da criatura humana”. Conhecendo as leis naturais, procurou educar as crianças de conformidade com elas.

⁸ Idem, pag. 221.

⁹ Dora Incontri (Mestre em Filosofia e História da Educação pela USP, Jornalista e escritora, autora da obra “Pestalozzi - Educação e Ética”, Ed. Scipione, 1996.

¹⁰ Ensinos Básicos dos Grandes Filósofos, “p..222/223.”

*Johann Heinrich Pestalozzi (1746-1827) foi e continua sendo o inspirador de toda a Pedagogia e todos os grandes pedagogos do passado e do presente sofreram sua influência. No Instituto de Iverdun, línguas, raças, crenças, culturas e hábitos diferentes se misturavam, aprendendo as crianças e os jovens, na vivência escolar, a lição da **Liberdade, Igualdade e Fraternidade**. Um ano em Iverdun valia por dois, três em outras escolas da época e as aulas iam, geralmente, das seis da manhã às oito da noite. Os alunos, sendo educados para terem responsabilidade, gozavam de grande liberdade e os portões do colégio só se fechavam à noite. Para Pestalozzi, “o amor é o eterno fundamento da Educação” e tinha, ele, também, por preceito: “Saber e bondade sob a regência perpétua do bom-senso”. Em Iverdun não haviam castigos nem recompensas e o ensino era essencialmente “heurístico”, ou seja, o aluno era conduzido a descobrir por si mesmo, tanto quanto possível por seu esforço pessoal, tudo o que estivesse ao alcance de sua inteligência, ao invés de aprenderem pelo método catequético ou de memorização.”¹¹*

4.5. Johan Gottlieb Fichte

Fichte preocupou-se com a educação visando servir-se ao Estado, defendendo um rígido sistema educacional para construir uma nação: num dos momentos mais negros do Estado Prussiano. O povo deveria conhecer e amar os fatores importantes da vida nacional e pela educação chegar-se-ia à união e progresso da nação.

4.6. Johann Friedrich Herbart -

Em seu pensamento, a experiência é a única fonte de conhecimento. O espírito recebe impressões e ordena-as. Depois, as que se lhes seguem e seu uso ficam determinados pelas já recebidas e ordenadas. É da maior importância, pois, o ambiente em que se colocam as crianças. Elas recebem impressões desse ambiente. Se é bom, as impressões serão boas, e as crianças, moralmente sãs. Acentuava, ainda, a importância do professor no sistema educacional. É ele quem, em grande parte, determina as impressões que a criança recebe. Se é sensato e inteligente, prepara o cenário de modo à criança receber impressões corretas, adquirindo, com isso, bom caráter.

4.7. Friedrich Wilhelm August Froebel

Froebel é um educador privilegiado. Esteve dois anos em Iverdun, com Pestalozzi, aperfeiçoou-se na filosofia de Kant, Fichte e Hegel, além de ter sido adepto das idéias de Rousseau sobre o naturalismo da educação. Entretanto, discordou dele no que respeita à sociedade e sua influência sobre a criança; não se deve desprezar a sociedade porque tem o grande papel de tornar civilizadas as pessoas.

Não se deve, pois, educar a criança renegando completamente o valor da sociedade. Seu método inclui a formação religiosa e defende a tese de que a melhor educação é a que visa o aglomeramento das aptidões inatas, o cuidado com o

¹¹ Eduardo Carvalho Monteiro: Analia Franco - A Grande Dama da Educação Brasileira, Ed. Eldorado, p.51.

corpo, a observação da natureza, o aprendizado de poesias e contos, trabalhos manuais, conto de lendas e passeios.

4.8 Vinícius (Pedro de Camargo)

4.8.1. Instrução sem Educação

Como já referido anteriormente, o conceito de instrução é confundido com o de educação. Neste capítulo, principalmente, notaremos que o conceito de educação é muito mais abrangente e envolve o de instrução.

Quais as conseqüências pessoais e sociais quando não se ministra uma nem outra? E, quando se proporciona apenas a instrução?

Embora todos nós possamos ter uma idéia aproximada dessas conseqüências, não procuramos compreender as causas reais que as determinam; esta monografia busca, principalmente, o despertar para essa realidade. Diz-nos Vinícius, que

“Pestalozzi define a educação como o desenvolvimento harmônico de todas as faculdades do indivíduo. A instrução, portanto, faz parte da educação, por isso que se refere aos meios e processos empregados no sentido de orientar o indivíduo na aquisição de conhecimentos sobre determinada disciplina. A instrução dirige-se conseqüentemente à inteligência. A educação vai mais além: dirige-se, principalmente, ao sentimento, ao despertar do senso moral. Inteligência desenvolvida e culta, desacompanhada do senso moral, constitui sério perigo para a sociedade. Os grandes males que convulsionam o mundo não procedem dos analfabetos e dos ignaros, elementos mais ou menos inconscientes que agem como instrumentos; que não dispõem de meios e recursos para levarem a cabo as empresas malélicas de exploração, escravatura e de opressões. São as inteligências cultas e traquejadas, sem moralidade e sem fé, divorciadas do verdadeiro sentimento, que urdem e executam os planos diabólicos de usurpação de direitos, de espoliações e de tirania das consciências.”¹²

4.8.2. Um só problema e uma só solução. Os indivíduos e as instituições sociais sem a Educação

Tudo se burla, torce e se mistifica, menos o caráter íntegro, consolidado por uma educação real e sólida; sem ela, não existe solução para os problemas da vida, quer para os indivíduos, quer para a sociedade.

“Educação é, em síntese, evolução individualizada, processando-se conscientemente, com a cooperação do próprio indivíduo. É a lei universal adequando-se ao homem com a sua aquiescência mesma, na sublime aspiração de colaborar com Deus no aperfeiçoamento pessoal, através do que se denomina auto-educação.

Assim sendo, estamos em face do supremo problema da vida, pois se trata da chave mediante a qual todos os demais serão solucionados, e, sem o concurso dele, nada se resolverá satisfatoriamente. Daí a razão dos fracassos que se vêm verificando através de todos os tempos no que concerne às medidas e aos proces-

¹² Pedro de Camargo, Vinícius, O Mestre na Educação, 3ª ed. FEB, 1977, “p.25”.

... todos empregados em tudo que se prende à reforma da sociedade. Todas as questões pertinentes àquele objetivo continuam inalteradas, a despeito dos esforços empregados pelos dirigentes e pelos técnicos especializados em sociologia, psicologia, política, economia e outras tantas disciplinas do escolasticismo vigente.

Política. *Toda a forma política é boa em mãos de homens cômicos de seus deveres e responsabilidades. Nenhuma delas presta quando manejada por indivíduos inescrupulosos e desonestos. As melhores Constituições, as leis mais sábias, visando assegurar os direitos e o bem-estar dos povos, nada representam, se as rédeas do poder se acham no domínio de demagogos impúdicos cujos objetivos sejam locupletar-se da posição que ocupam e da força de que ocasionalmente dispõem.*

Leis luminosas e justas. *Dependendo da interpretação e aplicação de políticos corruptos, tornam-se inócuas e inoperantes no sentido do bem coletivo; pois até mesmo dispositivos e postulados inexpressivos e obsoletos, sob o critério de pessoas sensatas e conscienciosas, podem assegurar a felicidade de um povo e o renome de uma nação.*

Religiões. *O mesmo sucede com respeito às religiões. Em qualquer hipótese e circunstância, não são as leis, as formas e o códigos que promovem e garantem a estabilidade das instituições e a justiça social, mas sim os executores. Tudo depende do homem e não do jogo dos regulamentos e do emaranhado de dispositivos, regras e artigos metodicamente colecionados. Tudo se burla, torce e se mistifica, menos o caráter íntegro, estruturado e consolidado mediante esforços e lutas consumadas conscientemente com aquele propósito.*

Reforma social. *A reforma social, em todo o sentido e sob todos os aspectos, será a soma das reformas individuais, ou não passará de utopia, de quimera explorada pelos fariseus de alto e baixo coturno.*

Viver é evoluir. *A vida tem uma finalidade clara e positiva, que é a evolução. Esta se processa nos seres conscientes e responsáveis mediante renovações íntimas, constantes e progressivas. Semelhante fenômeno denomina-se Educação. Fora, pois, da Educação que se transforma em Auto-educação quando o indivíduo a imprime em si mesmo, não existe solução para os problemas da vida, quer considerada individualmente ou em relação à coletividade humana.*¹³

4.8.3. O mistério do destino. O amor. A felicidade

Qual a finalidade de nossa existência? O que representam os tropeços e percalços, as refregas e as lutas, a dor sob suas múltiplas formas, como também os prazeres e triunfos mais ou menos efêmeros que logramos alcançar? Qual a razão das diferenças sociais com suas inúmeras aparentes injustiças decorrentes?

Que teria a Educação e a Auto-educação a ver com tudo isso?

Para que ser bom, justo, fraterno, caridoso, ou seria melhor partilhar da maldade, injustiça?

E a felicidade? Bastaria a posse do necessário para as questões materiais e a consciência pura e fé no futuro para as de ordem moral, para se chegar a ela?

¹³ Ibidem, “p.29-31”.

“O problema do nosso destino não se reduz a evitar pseudo-castigos e obter imaginárias recompensas, neste ou noutros mundos. Semelhante conceituação é de cunho genuinamente egoísta. Ora, aquele problema, que tão de perto nos afeta, só pode ser solucionado mediante o cultivo do sentimento oposto, que é o amor. Para vivermos bem, precisamos ter uma certa compreensão da finalidade da vida. Essa finalidade é o amor. Os tropeços e percalços, as refregas e as lutas, a dor sob seus multiformes aspectos, como também os prazeres e triunfos mais ou menos efêmeros que logramos alcançar, são ensinamentos e experiências, são processos educativos, geralmente mal interpretados, os quais têm por escopo conduzir-nos ao Amor, portanto, à finalidade da vida. O “porquê” da vida é o amor; e o “porquê” do amor é Deus. A vida leva ao amor e o amor conduz a Deus. Essa trajetória chama-se evolução. Evolução é renovação. A parte individual que nela tomamos denomina-se educação, ou melhor, auto-educação. Uma vez descoberto esse objeto, o destino vai-se cumprindo, desde então conscientemente; e nós, longe de embarçarmos o seu curso natural, como ora sói acontecer, dar-lhe-emos todo o nosso apoio a fim de que o mesmo se consuma, na eternidade do tempo e na infinidade universal.

Esclarecido assim o senso da vida, teremos desvendado o mistério do destino, encontrando, a seu turno, a desejada felicidade.”¹⁴

4.8.4. Educar: eis o rumo a seguir, programa do momento. Qual o melhor modo de educar?

Já repetimos várias vezes que ninguém ignora o valor e a necessidade de educação. Entretanto, os países mais ricos e considerados os mais cultos continuam convivendo com quase todos os mesmos problemas dos povos semi-alfabetizados, tanto no aspecto individual, como social. Qual a explicação?

Veremos, com Vinícius, que há diversas formas de conduzir a obra da educação: um ensino por autoridade e outro segundo o processo natural. Ou, ainda, educação normal e educação artificial, como, também, a real e a falsa educação.

Que tipos de homens e cidadãos podem essas formas gerar?

“Na maneira de conduzir a obra da educação, está a chave do problema cuja solução o momento atual da Humanidade reclama. Não há duas correntes de opinião, quanto ao valor da educação. Todos a reconhecem e a proclamam como medida salvadora. Porém, há divergência no que respeita ao modo de educar. Existem dois processos de educação: um falso, que mascara a ignorância; outro verdadeiro, que realmente conduz ao saber. Um, que age de fora para dentro, outro que atua de dentro para fora. Um, artificial, ora maquiavelicamente empregado para confundir; outro, natural, cujo alvo é esclarecer, libertar e aperfeiçoar o homem.

Ensino por autoridade. *O ensino por autoridade, impondo princípios e doutrinas, avilta o caráter e neutraliza as melhores possibilidades individuais. Cria a domesticidade e a escravidão espiritual, regime ignóbil onde se estiolam as mais nobres aspirações e onde se oficializam a hipocrisia, o vício e o crime. O ensino por autoridade é a educação às avessas: oblitera a mente, ofusca a inteligência, ensombra a razão, atrofia a vontade, mecaniza e anquilosa a alma do e-*

¹⁴ Ibidem, “p. 35/6”.

ducando. O ensino que se funda no processo de despertar os poderes latentes do Espírito é o único que realmente encerra e resolve o problema da educação. Baseando-se o ensino no apelo constante à razão e ao bom senso, gera-se a confiança própria, estimula-se a vontade, esclarece-se a mente - numa palavra -, consegue-se que o educando faça a independência própria em todo o terreno, o que representa a verdadeira nobreza de caráter.

Educação segundo o processo natural. *A educação, segundo o processo natural, conduz fatalmente o educando à liberdade, faz dele um homem que pensa, sente e age por conta própria. O educando, orientado como deve ser, não será um repositório de conhecimentos acumulados na memória; há de ser um poder aquisitivo capaz de se enfrontar prontamente em qualquer assunto ou matéria consoante requeiram as necessidades do momento. Nada o embaraçará, nenhuma pedra de tropeço o imobilizará no carreiro da vida. Não sendo um armazém de teorias e de regras estreitas hauridas de oitiva, é uma potência dinâmica capaz de penetrar todos os meandros do saber e de solucionar os mais intrincados problemas da vida, desde que a questão o afete e lhe desperte interesse. A educação normal cria capacidades, enquanto que a artificial gera títeres que vivem a repetir o que ouvem, sem consciência do que fazem. Tais indivíduos são sempre dependentes, imitadores vulgares, parasitas estratificados. A educação real organiza sociedades dignas, onde a ciência, a filosofia, a moral e as artes vicejam francamente sob atmosfera favorável; onde há campo vasto para todas as atividades do Espírito e onde todas as aspirações elevadas da alma encontram possibilidades de realização. A falsa educação promove conglomerados amorfos de indivíduos incapazes, medíocres em tudo, verdadeiros rebanhos que se agitam monotonamente ao sinal do cajado que os tange segundo alheios caprichos.*

A educação, tal como deve ser, *prepara o indivíduo para a vida como realmente ela é: para os destinos altaneiros que Deus concebeu e tracejou para o Espírito. A educação falsa amolda o indivíduo ao saber de outrem, prepara-o para certas escolas político-sociais ou para servir a determinadas organizações sectárias. Em quaisquer desses meios, a liberdade é um mito em que muito se fala para embair a boa-fé alheia, e onde a escravidão é um fato com todo o seu cortejo de ignomínias.*

Ultraje à dignidade humana. *A submissão incondicional à autoridade, como base de ensino, é ultraje à dignidade humana contra o que se revolta o nosso século. A geração nova, que ora desponta, jamais poderá tolerá-la, em que pese aos reacionários e ultramontanos de todos os matizes e calibres.*

É tempo de se estabelecer a verdade neste particular de tão subida importância. É preciso salvar o mundo, apontando os meios conducentes à realização desse ideal de amor.

*Educar: eis o rumo a seguir, o programa do momento.*¹⁵

A educação, tradicionalmente considerada, quando existe, conduz o educando para a busca dos bens materiais, projetá-lo socialmente, “gozar a vida”, enfim. Raramente cuida-se das questões de ordem moral, o que tem gerado uma crise de caráter no mundo atual, onde a inteligência é o grande tirano que só tem servido ao utilitarismo exacerbado.

¹⁵ Ibidem, “p.55-58”.

A ciência do bem. Demasiada importância se liga às várias modalidades do saber, descurando-se o principal, que é a ciência do bem. Os pais geralmente se preocupam com a carreira que os filhos deverão seguir, deixando-se impressionar pelo brilho e pelo resultado utilitário que de tais carreiras possam advir. No entanto, deixam de atentar para a questão fundamental da vida, que se resolve em criar e consolidar o caráter. Antes de tudo, e acima de tudo, os pais devem cuidar da educação moral dos filhos, relegando às inclinações e vocações de cada um a escolha da profissão, como acessório.

Crise de caráter. A crise que assoberba o mundo é a crise de caráter, responsável por todas as outras. O momento reclama a ação de homens honestos, escrupulosos, possuídos do espírito de justiça e compenetrados das suas responsabilidades.

Temos vivido sob o despotismo da inteligência. Cumpre sacudir-lhe o jugo fascinador, proclamando o reinado do caráter, o império da consciência, da moral e dos sentimentos.¹⁶

4.8.5. Renovação individual e social pela educação

Continuando a falar do egoísmo, despotismo da inteligência, Vinícius faz referência à monocultura da inteligência e o menosprezo do sentimento, fatores que levam os indivíduos e nações a agirem com violência e rivalidade, gerando conflitos e convulsões internas e guerras cruentas e fratricidas.

“Educar é tirar de dentro para fora e não introduzir de fora para dentro. Todos possuem em estado de latência poderes e faculdades maravilhosas cujo desenvolvimento harmônico e progressivo deve constituir o objeto da Educação. Se os nossos esforços se focalizarem numa determinada faculdade deixando as demais em abandono, produziremos indivíduos anômalos constituindo povos desequilibrados, verdadeiros aleijões morais. É precisamente esse o quadro doloroso que nos apresenta o panorama internacional, onde as nações não conseguem encontrar o equilíbrio que as mantenha dentro do ritmo natural da vida. Agindo como rivais, na persuasão de acautelarem interesses particulares, todas elas, outra coisa não têm feito senão cavarem a ruína comum, gerando conflitos e convulsões internas a par de guerras cruentas e fratricidas que colimam na destruição das suas mais decantadas e vultosas realizações.

***Monocultura da inteligência. Egoísmo.** Procurando a causa de tão inominável insânia que vem, através de séculos e milênios, mantendo a Humanidade nesse estado de demência coletiva, vamos encontrá-la na educação unilateral, ou seja, na monocultura da inteligência, com menosprezo do sentimento. O egoísmo tem suas raízes mergulhadas nas profundezas do nosso passado, requerendo por isso grande soma de esforços a sua erradicação. Nada obstante, os homens porfiaram em acoroçá-lo, de vez que a inteligência, muito amanhada, sem o controle do sentimento, fornece ambiente e terreno propício à sua expansão cada vez mais acentuada. E o nosso mundo acha-se sob o despotismo da inteligência. Daí o grande surto de progresso verificado no plano utilitário e material, contrastando escandalosamente com a barbárie e brutalidade reinantes em todas as camadas sociais.*

¹⁶ Ibidem, “p.66”.

A inteligência, atendendo aos reclamos egoístas, constrói sobre a areia. Suas obras, portanto, não oferecem estabilidade e segurança, ruindo, a cada passo, sob o fragor das paixões desenfreadas. Tratados e convênios, pactos e ajustes jamais solucionarão o problema da paz internacional tampouco aqueles de ordem social interna, como o pauperismo, o desemprego, a orfandade, o vício e o crime. Só a educação sob o seu aspecto harmônico e congruente, devidamente compreendida em sua finalidade, conjurará as nossas velhas e debatidas questões. Qualquer outra medida não passará de paliativos aleatórios e estéreis, conforme os fatos vêm demonstrando cabalmente.

A sociedade enfêrma. A nossa sociedade é uma enferma entregue nas mãos de curandeiros charlatães que se preocupam em combater sintomas, visando com isso impressionar a doente cujo estado se agrava continuamente. Todas as perturbações sociais, de caráter nacional ou internacional, são fenômenos acidentais, revelando um estado mórbido geral e permanente que ainda não foi focalizado pelos bisonhos terapeutas que rodeiam o leito da extenuada enferma. A moléstia, no entanto, vai se definindo cada dia com mais evidência. Trata-se de lepra da alma assinalada na insensibilidade moral que caracteriza o homem deste século.

Educação do sentimento. Eduque-se o sentimento, cultive-se a ciência do bem que é a ciência do coração, e ver-se-á a moléstia decrescer, e a enferma entrar em franca convalescença.

Falta, aos responsáveis pela Educação, a percepção interior da vida, que não se interrompe e, muito menos se finda, com a morte do corpo. Assim, continua-se voltado para as questões meramente intelectivas em detrimento das de ordem moral.

Urge dar essa orientação ao problema educacional. A Humanidade precisa ser reformada. Do interior do homem velho cumpre tirar o homem novo, a nova mentalidade cujo objetivo será desenvolver o amor na razão direta do combate às multiformes modalidades em que o egoísmo se desdobra. A renovação do caráter depende da renovação dos métodos e processos educativos.”¹⁷ A confusão reinante no mundo atual resulta do descaso que se tem votado a questão educação, principalmente no que respeita à educação moral. A crise que nos perturba é de dignidade, é de valores morais. Desta é que se originam todas as outras. Não é de sábios que precisamos: é de caracteres incorruptíveis. Os problemas da inteligência estão, por assim dizer, solucionados, conforme atesta o surto imenso de progresso material atingido. Nada obstante, é aflitivo e angustioso o momento que atravessamos. Os financistas e economistas não resolvem o mortificante problema da paz. Os sociólogos de alta envergadura jazem impotentes diante do pauperismo, do vício, do crime, da corrupção e de outros velhos problemas sociais.

Por quê? Certamente porque lhes falta a percepção interna das grandes realidades da vida, dessa Vida que prossegue o seu curso além da campa; percepção que só se obtém mediante o culto sincero da Verdade; que só se aprende sondando os profundos arcanos da consciência e auscultando a sua voz; que só

¹⁷ Ibidem, “p.93/96”.

*se logra finalmente no estudo e na meditação da ciência da moral, que é a ciência do coração!*¹⁸

4.8.6. O Desemprego e a Educação. Ordem e Previdência

Refere-se, agora, Vinícius, à questão do desemprego mostrando a sua causa originária na mesma ausência de educação moral e define esta como arte de formar caracteres, à que incute hábitos: “educação é o conjunto de hábitos adquiridos”. Acrescentamos: hábitos renovados e salutareos.

*“Não basta se diga ao homem que lhe ocorre o dever de trabalhar. É preciso que aquele que tem de prover à sua existência por meio do trabalho encontre em que se ocupar, o que nem sempre acontece. Quando se generaliza, a suspensão do trabalho assume as proporções de um flagelo, qual a miséria. A ciência econômica procura remédio para isso no equilíbrio entre a produção e o consumo. Mas, esse equilíbrio, dado seja possível estabelecer-se, sofrerá sempre intermitências, durante as quais não deixa o trabalhador de ter que viver. Há um elemento, que se não costuma fazer pesar na balança e sem o qual a ciência econômica não passa de simples teoria. Esse elemento é a educação, não a educação intelectual, mas a educação moral. Não nos referimos, porém, à educação moral pelos livros e sim à que consiste na arte de formar caracteres, à que incute hábitos, porquanto a educação é o conjunto de hábitos adquiridos. Considerando-se a aluvião de indivíduos que todos os dias são lançados na torrente da população, sem princípios, sem freio e entregues a seus próprios instintos, serão de espantar as conseqüências desastrosas que daí decorrem? Quando essa arte for conhecida, compreendida e praticada, o homem terá no mundo hábitos de ordem e de previdência para consigo mesmo e para com os seus, de respeito a tudo o que é respeitável, hábitos que lhe permitirão atravessar menos penosamente os maus dias inevitáveis. A desordem e a imprevidência são duas chagas que só uma educação bem entendida pode curar. Esse o ponto de partida, o elemento real do bem-estar, o penhor da segurança de todos.”*¹⁹

4.8.7. Analfabetismo. Corrupção. Violência. Criminalidade.

Dentro da mesma linha de raciocínio, Vinícius, com quem concordamos integralmente, considera a corrupção, a violência e a criminalidade como frutos do desenvolvimento unilateral da inteligência, desacompanhado da vigilância e orientação dos sentimentos.

“Não basta focalizarmos o analfabetismo como a nódoa vergonhosa de nossa decantada civilização. A decadência moral, a corrupção de costumes, a repetição cotidiana de crimes repugnantes e bárbaros, a desfaçatez e a impudência com que se tramam e se urdem as transações venais, em todos os setores, constituem, em seu conjunto, algo que enodoa, conspurca e macula mais o nome, a história e o conceito de um povo do que o analfabetismo. O desenvolvimento da inteligência, desacompanhado da vigilância e orientação dos sentimentos, produz mais malefícios que proveitos, porque amplia e dilata as possibilidades de êxito na prática de velhacarias e vilezas, como na maneira astuta e sagaz de fugir às

¹⁸ Ibidem, “p.105/6”.

¹⁹ Ibidem, “p.129/130”.

responsabilidades, iludindo as massas ingênuas e incautas. É ainda produto da inteligência impudente o forrar-se à obrigação de dar contas dos mandatos, seja na esfera pública, seja na particular, acoroçoando assim o regime da irresponsabilidade, cujas conseqüências funestas explicam a desordem e a indisciplina que, partindo das altas camadas, se derramam e se espraiam por todas as baixadas.

4.8.8. Classes Obreiras. Direitos e Deveres. Educação e Direito Natural

O desequilíbrio entre o dever e o direito, principalmente nas classes obreiras, é fruto da sementeira de idéias desordenadas, subversivas e contraproducentes, principalmente pela conduta irresponsável de muitos políticos e administradores públicos, empresários poderosos, etc., além da precariedade da instrução e educação.

*“Não basta que acenemos às classes obreiras com certos **direitos** que até há pouco, criminosamente, não se lhes concedia; cumpre completar a obra da sua reabilitação, inculcando-lhes noções do **dever**, base e fundamento do **direito natural e legítimo**. Do contrário, estaremos semeando em sua mente idéias desordenadas, subversivas e contraproducentes, cavando, ao mesmo tempo, profundo vale de separação entre aqueles de cujo mútuo entendimento e cooperação dependem a ordem e a prosperidade das nações. É óbvio que o desequilíbrio entre o dever e o direito é responsável pela confusão e pelo desajustamento, que cada vez se manifestam mais acentuadamente em nosso meio.*

Façamos uma obra cristã, e não demagógica, em benefício dos nossos irmãos que manejam os músculos e os braços, visando em realidade o seu progresso, soerguendo-lhes o nível consciente do valor que enobrece, em todo o sentido, máxime e particularmente no que concerne à formação do caráter, condição esta indispensável ao bom êxito em qualquer empreendimento humano; necessidade essa de que carecem tanto os dirigentes como os dirigidos, mais ainda os primeiros que os últimos, levando em consideração a maior soma de responsabilidades que lhes cabe.”²⁰

5. O CRIMINOSO, O CRIME E A EDUCAÇÃO. O ABOLICIONISMO.

E quanto à criminalidade? Qual o melhor meio de combatê-la, ou evitá-la? Nosso sistema penal e penitenciário é eficiente? É reeducativo e ressocializante?

O rigor cada vez maior das leis penais e o sistema carcerário decadente têm apenas estimulado, ainda mais, os índices de criminalidade e de reincidência e com requintes de violência assustadores, pois a atitude estatal continua sendo de caráter retributivo e vindicativo, com a idéia de punir, castigar e, nunca, realmente, de reeducar.

Por outro lado, raramente pune-se um criminoso de “colarinho branco”, o rico em geral, o político corrupto, pois, lamentavelmente, ainda vigora o conceito de que a prisão só recebe os “3 P” (preto, pobre e prostituta). Isso é, também, ou-

²⁰ Ibidem, “p.131/132”.

tro fator estimulante - ao lado da ignorância, da falta de correta educação -, à prática criminosa pelos menos favorecidos.

As emoções doentias e o exercício continuado das paixões inferiores acabam por cristalizar hábitos menos felizes no psiquismo do Espírito e, ao mesmo tempo, cria condicionamentos físicos que, em conjunto, impelem o homem às práticas imorais e delituosas mais diversas.

O homem que pensa, que filosofa, acaba descobrindo que a fonte de todo esse mal é a Ignorância, como vimos no pensamento dos filósofos e educadores até aqui referidos.

O mal não faz parte da natureza íntima do Espírito, é uma anomalia como as enfermidades em geral, que precisa de remédio específico para ser combatido. Esse medicamento é a educação. Com o método de castigar ou eliminar os criminosos nada se logrará de positivo; a medicina jamais pensou em eliminar os enfermos. É mais fácil encarcerar ou eletrocutar um criminoso do que educá-lo, pois exigiria muito trabalho, esforço, tempo, saber e caridade. Assim, o Estado manda os criminosos para as prisões ou à morte - que é quase a mesma coisa -, e as religiões remetem os pecadores, considerados heréticos, para o inferno.

Entretanto, há criminosos e delinquentes em diferentes graus de periculosidade que precisam, temporariamente, serem afastados da sociedade; mas, isso não exclui a necessidade da providência educativa ou reeducativa.

5.1. Educadores teóricos e práticos

5.1.1. Vinícius (Pedro de Camargo)

Além de doutrinar sobre a educação em sentido genérico, também dedicou parte de seus estudos dirigida ao criminoso

A sociedade também é responsável. *“Não há direitos sem deveres. Se assiste à sociedade o direito de separar os doentes dos sãos, cumpra-lhe o dever inalienável de assisti-los convenientemente. Julgar? Quem somos nós para julgar nossos irmãos, se todos somos réus no tribunal de nossas consciências? Fazê-lo em nome da sociedade? Pois é a sociedade mesma, tal como está constituída, a responsável por grande número de crimes que em seu seio se cometem. As piores doenças são fruto do ambiente. Quando o meio é miasmático e deletério, as enfermidades se alastram, tornando-se endêmicas. Tal é a nossa sociedade. A recrudescência do crime é efeito da materialidade e da hipocrisia reinantes no século. A higiene social seria o melhor antídoto contra o vício e o crime.*

*A sociedade viverá sempre às voltas com os delinquentes, enquanto não cumprir o dever que lhe assiste de educá-los. Até aqui, a sociedade, baseando-se no parecer de criminólogos materialistas, invoca apenas o direito de punir. Por isso ela também vai sendo punida. Há de suportar as conseqüências do seu erro até que desperte. Aliás, já os prenúncios de uma reforma se vão fazendo sentir.*²¹

A criança asilada. *“O tema é bastante delicado. Criança asilada! Criança ao desamparo, ao léu, sem família, sem lar, sem pão! Ave implume sem o con-*

²¹ Ibidem, “p.59-62”.

chego do ninho, sem os cuidados de uma proteção amiga e solícita reclamada pela precariedade das condições de quem não sabe e não pode dirigir-se por si; de quem se encontra desprovido dos meios de defesa pessoal e das possibilidades de prever e prover a manutenção própria! Eis, numa síntese mais ou menos lacônica, a amargura da soledade em que vegetam inúmeras crianças na sociedade aristocrática de uma civilização febril e voluptuosa, expressa nos arranha-céus, aviões, rádios e... metralhadoras! Falar na criança asilada é tocar no problema da orfandade, problema esse que, ao lado de outros de grande relevância, permanece insolúvel em nosso país. Órfão, a nosso ver, não é precisamente a criança que perdeu os pais, ambos, ou um deles. Órfã é a criança sem lar, portanto, sem carinhos, pela qual não há quem se interesse, entregue aos azares dos imprevistos, estejam ou não contados no número dos chamados vivos os seus genitores. É comum vermos, ao cair da noite, crianças maltrapilhas, desasseadas, cabelo em desalinho, sobraçando marmitas e latas amolgadas, pedindo, aqui e acolá, restos de comida, nacos de pão, etc. Dessas crianças, a maioria é órfã por viver completamente abandonada, perambulando pelas ruas e praças, a despeito de se achar em companhia dos pais. Estes, geralmente, exploram os filhos, permanecendo em casa à espera da colheita mais ou menos farta que as crianças conseguem fazer em sua cotidiana peregrinação. Todavia, não os condenamos por isso, antes os lamentamos; pois se trata de indivíduos ignorantes destituídos do senso da vida, verdadeiros párias, órfãos, a seu turno, de vez que são outras crianças, espiritualmente falando, desprotegidas e desamparadas dos cuidados pela sua condição.

Dever Legal do Estado. Dever Moral de Todos. Caridade. *A orfandade, como a mendicância, a invalidez, o analfabetismo, as endemias, o pauperismo, o vício e o crime são problemas sociais; ao Estado compete, como precípua e indeclinável obrigação, empregar os meios ao seu alcance para solucioná-los. O direito impõe deveres, quando não nasce do próprio dever. O Estado, usando, e até abusando do direito de intervir na vida do cidadão, tributando e condicionando sua atividade, retirando, por esse processo, uma quota daquilo que ele produz, está, por isso, no dever de acudir aos inválidos, aos incapazes, aos miseráveis, e, particularmente, às crianças que, não estando ainda em condições de produzir, constituem, todavia, presumíveis fatores do engrandecimento material e moral de uma nação; e, tanto mais lícito é esperar-se do seu porvir, quanto mais e melhor se haja feito, no presente, em prol da sua educação, sob todos os pontos de vista.*

Pondo de parte as múltiplas e complexas questões sociais, consideremos apenas a da criança desvalida, pois que é precisamente o assunto que ora abordamos. Os orfanatos e asilos resolverão o caso em apreço? Respondemos pela negativa, considerando que a orfandade se apresenta sob dois aspectos distintos: o material e o moral. O primeiro se reporta às exigências físicas da criança; o segundo respeita às suas necessidades psíquicas ou morais. Aquele atende ao corpo, este, ao Espírito. Ora, os orfanatos podem satisfazer plenamente aos reclamos do físico; porém, nunca, aos do Espírito. O regime que, por força das circunstâncias, vigora nesses estabelecimentos, regime mais ou menos semelhante ao dos quartéis, expressos nos uniformes, nos dormitórios em comum, na sineta que chama às refeições e determina a hora de se erguerem do leito, enfim, aquele conjunto de regras e regulamentos próprios de tais instituições, age sobre o moral das crianças como um ferrete avivando a sua lamentável condição de órfãs. Os asilos não são nem podem ser para as crianças o que são as chocadeiras e as criadeiras para os pintos. Estes requerem somente certos cuidados com a alimen-

tação, com a higiene e a temperatura do ambiente, onde se desenvolvem. As criadeiras, portanto, preenchem perfeitamente os fins a que se destinam. A vida humana, porém, é muito mais complexa; tem gamas e nuances delicadas, que não podem ser esquecidas, sem que de tal olvido resultem sérios prejuízos.

Os asilos perpetuam, não extinguem a orfandade, condição esta que permanece na mente do asilado como estigma indelével. Mesmo depois de adulto, quando alguém se refere a ele, usa desta expressão: é aquele moço, órfão de tal asilo. Ou então: Fulano se casou com uma órfã do abrigo de tal localidade. Por isso, salvo raras exceções que não infirmam a regra, a criança asilada é sempre tristonha, tímida e desconfiada. Cresce debaixo da dolorosa impressão de dependência, sabendo que vive da caridade pública, que não existem para ela os carinhos maternos e o zelo de um pai que vele pelo seu futuro e um cujo amparo possa confiar! Certamente a criança não tem este raciocínio; mas, a despeito disso, sente o efeito inelutável da ausência daqueles fatores que tão grande influência exercem e exercerão em sua vida psíquica, confirmando plenamente o pensamento do poeta: **“As almas infantis são brancas como a neve, são pérolas de leite em urnas virgínicas; tudo quanto se grava e ali se escreve cristaliza em seguida e não se apaga mais.”**

E o que diremos de certos asilos que expõem os órfãozinhos, devidamente caracterizados, aos olhos do público, visando com isso inspirar compaixão? E quando fazem as próprias crianças estenderem as mãos aos óbolos obtidos por semelhante processo desumano e humilhante? A infância é a época em que o ser reclama maiores desvelos e cuidados. Trata-se de lançar as bases de uma edificação cuja solidez, como sói acontecer a toda espécie de construção, depende dos alicerces.

O seio familiar. Esterilidade dos corações. A nosso ver, salvo melhor juízo, somente no seio da família, no lar bem organizado, encontramos o meio propício, o terreno adequado para lançarmos o embasamento capaz de suportar a edificação dos caracteres que constituirão as individualidades mais ou menos acabadas. Para a fome, alimento; para a sede, água; para a criança, o regaço materno, o lar doméstico. Só aí se depara o clima propício à sua delicadeza, ao seu estado e condições especialíssimos. Fora desse meio, ela poderá viver e crescer como certas plantinhas débeis entre as frinchas de uma rocha. Jamais, porém, logrará florescer e frutificar como as árvores que tiveram a ventura de nascer e crescer em solo aberto e franco, expostas aos raios benéficos do sol e às chuvas fecundantes do outono.

Mas, objetar-me-ão, talvez: Onde encontrar lares para todos os órfãos espalhados por este orbe?

A Justiça-Caritas, com raízes em S.Tomás de Aquino e no Direito Natural, como já foi referido no capítulo próprio, reclama, nesta questão da orfandade, a manifestação mais pura de seus princípios que, lamentavelmente, encontra os obstáculos nos interesses mundanos prevaletentes na maioria das consciências.

A dificuldade não está na carestia de lares, mas na esterilidade dos corações. A orfandade é um dos crimes do egoísmo. Se distribuíssemos os órfãos todos deste mundo entre as famílias constituídas, não tocaria, talvez, uma criança para cada grupo de cinqüenta habitações. Na estreiteza de sentimentos é que não há lugar para resolver o velho e angustioso caso da orfandade. Os asilos, remediando o mal, constituem a prova eloqüente do reinado do egoísmo entre os ho-

mens. Só a perfilhação ou adoção encerra o remédio radical da criança desvalida. Quando ela encontrar alguém, a quem possa dar, espontaneamente, sem obedecer às injunções calculistas de terceiros, o doce nome de mãe, terá, então, arrancado para sempre de sua frente infantil o negro véu da orfandade.

Existem, nos centros populosos, ricos solares, luxuosos palacetes e vilinos artísticos, de rígidos estilos, em cujos recintos os cães de raça comem à mesa dos seus donos e dormem em leitos macios, resguardados da importunação das moscas, mas onde não resplende a graça evangélica de uma criança, onde não se escuta o sorriso nem se ouve o alvoroço daqueles que Jesus costumava reunir em torno de si, dizendo: Deixai vir os pequeninos, porque deles é o reino dos céus.

Em compensação, nesses suntuosos lares, ouve-se, nas cavaleriças, o relinchar de corcéis de puro-sangue, cobertos de mantas bordadas, e, no confortável canil, o ganido e o rosnar de nédios e luzidíos mastins, trazendo ao pescoço finas coleiras, chapeadas de metal reluzente!

Não existem asas implumes sem ninho, ao abandono. As mesmas feras não deixam sem furna os seus cachorrinhos. Só na sociedade humana se encontram crianças ao desabrigo, vagando a esmo sem família e sem penates!

A Evolução. Será sempre assim o mundo? Acreditamos que não. A Evolução é lei incoercível. A natureza não dá saltos; porém, lentamente, tudo se vai transformando, e o Universo marcha para a frente e para o alto. Cremos piamente na melhoria do nosso estado social. O relógio do progresso avança em seu movimento isócrono; e, quando interesses malsãos procurem retardar-lhe a caminhada, determinando desacordo com a posição do sol que ilumina a trajetória da Vida, dizem que o dono do relógio põe a mão no ponteiro e...acerta as horas.

É assim que se explica a queda da escravidão, do feudalismo, dos latifúndios, da inquisição, do absolutismo e de outras instituições iníquas. “Toda árvore que o Pai não plantou será arrancada.”

O papel das mães. *A melhoria da Humanidade está na razão direta da nova orientação que as mães de hoje possam dar aos seus filhos. E toda mulher é sempre mãe, seja qual for a sua idade e o seu estado civil. É da mulher que nascem as auroras de novos dias de esperança e de fé. Trabalhemos pela criança, melhorando as condições dos lares existentes e constituindo outros sob aspectos mais excelentes, que sejam verdadeiras retortas, onde se destilem as gotas do amor, desse amor que opera prodígios e realiza milagres.*

Note-se, porém, o seguinte: Não somos inimigos dos asilos. De maneira nenhuma pretendemos que se cerrem as suas portas. Queremos, sim, que o seu número - que reputamos demasiadamente limitado - se multiplique, se centuplique, de modo que o seio de cada família seja o refúgio da criança desamparada; que cada lar seja um abrigo franco aos menores desvalidos; que, finalmente, cada coração seja um asilo aberto, onde a orfandade se extingue, desaparecendo ao sopro divinal do amor.²²

5.1.2. Padre Flanagan

²² Ibidem, “p.145-147”.

São raros, mas existem, os exemplos de dedicação a que foi referida. Um deles é o de Edward J. Flanagan (1886-1948), conhecido como padre Flanagan, irlandês que nos Estados Unidos realizou benemérita obra de alcance social, popularizada como “Boy’s Town” (Cidade dos Meninos). Nela, os meninos de rua, delinquentes ou não, recém-saídos de reformatórios, estudavam, trabalhavam e eram orientados para novos rumos em suas vidas.

Não havia racismo, preconceitos de raça, cor, religião, e, quanto a este aspecto, não havia imposição da fé católica.

Entendia o padre que todos podem trilhar o caminho do bem, não há irrecuperáveis quando se devota confiança e amor ao ser humano.

Os meninos administravam a cidade sob a supervisão amorosa do padre e o trabalho era a terapia dominante de recuperação, juntamente com o respeito e confiança nos jovens, sem descurar-se, obviamente, de uma educação abrangente de ordem técnica e moral, plena de religiosidade.

Ilustração: Conta-se que um homem, depois de um dia de trabalho, chega em casa ávido pelo banho, pela refeição e pelas notícias do telejornal, quando é abordado na soleira pelo filhinho de poucos anos, que lhe implora: - Papai vamos brincar um pouquinho? O senhor prometeu!

Ele já se negara àquilo várias vezes, mas naquele momento não encontrava argumentos para outra “fuga”. Perpassou então o olhar pela casa, em busca de inspiração, e deteve-se sobre um mapa-mundi da filha mais velha, que estava em um livro de geografia. Arrancou a página, cortou-a em dezenas de pedaços, e desafiou o filho: - Se você conseguir montar esse “quebra-cabeça”, eu brinco com você depois do banho.

A criança aceitou o repto.

Quando o homem caminha para o jantar, já esquecido daquele episódio corriqueiro, o filho aproxima-se com um papel remendado nas mãos e diz: - Olhe, papai, já montei o mapa-múndi; vamos brincar agora?

Ele então, estupefato, retruca: - Mas como você conseguiu montar o mapa do mundo em tão pouco tempo?

O menino responde: - O mapa eu não consegui, não. Mas no verso dele há uma figura de um garotinho; eu montei o garoto, e o mapa-múndi, do outro lado, ficou pronto.”

Conclusão: se quisermos consertar o mundo de uma vez só, coisa que nem Jesus Cristo recomenda, jamais conseguiremos. Porém, se começarmos por uma criança, a nossa que seja, vamos conseguir!

5.1.3. Dr. Franklin Piza. Terapêutica recomendada aos condenados.

Não podemos deixar de citar outra personalidade que, além de teórico, teve muitos anos de experiência educacional com os criminosos, condenados de toda espécie. É o Dr. Franklin Piza, digno diretor da Penitenciária de S.Paulo, cujo discurso, proferido por ocasião de sua inauguração, tomamos a liberdade de transcrever para melhor ilustrar o assunto.

Pela sua vivência experimental, recomenda certas atitudes espantosamente simples de serem adotadas como terapêutica aos condenados, tais como: trocar castigos por recompensas; respeito à dignidade do sentenciado, que se consegue com funcionários de qualidades morais e conveniente educação; trabalho dignificante e, obviamente, instrução profissional e educação moral.

Indaga, se poder-se-ia sonhar, para futuro, a substituição das penas aflitivas, pois o castigo já existe, potencialmente, na própria consciência do homem; faz referência à Escola Correcionalista de Roeder, onde os processos educativos são o seu fundamento, etc.

“Coube-me a mim, o mais modesto dos servidores do Estado, a insigne honra de ser o primeiro diretor da Penitenciária de S.Paulo. Há três anos estudo os vários regimes penitenciários, procurando, no emaranhado das múltiplas opiniões, a corrente mais consentânea com os nossos hábitos, com o nosso clima, com o nosso temperamento, tendo sempre em vista a melhoria moral do delinqüente, a sua reeducação e conseqüente readaptação ao meio social.

Porque, meus senhores, já não há mais quem, de espírito livre e desapaixionado, veja, na pena, o fito do castigo. Nos tempos atuais, e desde fins do século passado, as teorias sobre o direito de punir têm-se sucedido umas às outras, mas com tendências todas para as doutrinas de Beccaria, cheias de ensinamentos humanitários. Nenhum rigor, na frase de Ad. Franck, deverá considerar-se eterno ou imutável. Já vimos desaparecer o estigma, a morte civil, a degradação e o suplício brutal das galés; havemos de ver ainda suprimida a própria pena de prisão, se a instrução se difundir, se os costumes se apurarem, quando os sentimentos de honra se tornarem vulgares. As penas atuais serão, então, substituídas, ou pelo sofrimento moral, ou, quando muito, pela perda dos direitos políticos.

Constituindo no momento uma risonha expectativa, esse sonho é, entretanto, a suprema aspiração dos espiritualistas da ciência penal, dos que crêem quase dogmaticamente na corrigibilidade dos delinqüentes e no poder prestigioso da disciplina, da instrução educativa e do trabalho para o aperfeiçoamento moral da espécie humana.

O fim da pena é a educação da vontade do delinqüente, pois que, no interior do homem, na sua vontade, reside, exclusivamente, tanto o fundamento da pena, como o da recompensa, e daí a condenação dos meios contraproducentes para a reforma dos delinqüentes, como sejam as humilhações, as afrontas, os tormentos, as penas corporais, as penas perpétuas e as execuções públicas.

A modificação da índole dos delinqüentes, por processos educativos, é o fundamento da escola penal correcionalista, cujo chefe é o filósofo germânico Roeder. Minha não pequena experiência e alguma leitura sobre este assunto me têm convencido, entretanto, de que salvo os casos de estigmas congênitos, que denunciam, no delinqüente, uma herança psico-fisiológica refratária a toda reversão benéfica, a maior parte dos infelizes habitantes das prisões é suscetível de emenda, e de ser, assim, devolvida à sociedade, em boas condições morais.

Basta, para esse fim, que se apliquem os remédios aconselhados pela experiência e pela observação; e essa terapêutica resume-se nos seguintes princípios:

I - Se a pena tem por objetivo a defesa social, e não é mais considerada como castigo, o que se deve ter em mira não é o crime, e sim o criminoso. A razão

suprema de ser das prisões está, pois na reforma do delinqüente, e não na imposição do sofrimento, da dor física ou moral. A esperança é um agente mais poderoso que o temor; e, pois, ela deve ser mantida, continuamente, diante do condenado. Por um sistema bem combinado de notas, pela disciplina, pela aplicação aos estudos e dedicação ao trabalho, coloca-se a sorte do recluso em suas próprias mãos, estimulando-o de forma a que ele procure alcançar, progressivamente, a melhoria de sua situação, e, mais tarde, sua libertação definitiva. Assim, mantém-se a disciplina, mais pelas recompensas, que pelos castigos.

II - O pessoal de um instituto de tal natureza necessita possuir altas qualidades morais e especial educação. Para que se consiga a melhoria moral do sentenciado é necessário que os funcionários da casa procurem, com fé viva, esse objetivo, pois não pode haver ardor em uma empresa de cujo êxito se desespera.

III - A disciplina, para ser reformadora, deve ser mantida por meios brandos, suasórios e convenientes, até que se obtenha a obediência, como hábito consciente. A dignidade do sentenciado deve ser respeitada e cultivada incessantemente. A degradação destrói as aspirações elevadas e os impulsos generosos, abate o débil, e irrita o forte, indispondo, ambos, para a submissão e para a reforma. Ao invés de corrigir e melhorar, a humilhação aniquila o ânimo do recluso, tendo tanto de anticristã, em princípio, quanto de estéril em suas conseqüências. A administração precisa manter-se, mais pela força moral que pela força física; e, assim, conseguirá obter homens dignos, íntegros e laboriosos, ao invés de réprobos obedientes e submissos, mas fingidos e hipócritas. A força bruta poderá produzir bons presos, a força moral produzirá bons cidadãos.

IV - A instrução e a educação são forças vitais na reforma dos delinqüentes, pois avivam a inteligência, inspiram a noção de dignidade pessoal, estimulam a elevação de vistas, desenvolvem o espírito de observação, de decisão, de disciplina e de solidariedade.

V - O trabalho não é tão somente um agente lucrativo, uma fonte de proventos materiais. O trabalho é o mais poderoso auxiliar da moral. Um sistema reformado não pode deixar de se basear no trabalho sadio, contínuo, ativo, honroso. Já Howard dizia: “Tornai os homens diligentes, e eles se farão virtuosos.”²³

5.2. O Abolicionismo

Neste capítulo, estamos tratando da educação dirigida ao presidiário, enquanto explodem rebeliões por todo o país nos presídios e reformatórios abarrotados de criminosos de toda espécie e idades.

Curiosamente, chega-nos às mãos um exemplar do livro “CONVERSACÕES ABOLICIONISTAS - Uma Crítica Do Sistema e Da Sociedade Punitiva”, Publicação do IBCCrim - Instituto Brasileiro de Ciências Criminais e PEPG Ciências Sociais PUC/SP, final de 1.997, de autoria de Edson Passetti, Roberto B. Dias da Silva e outros, fruto de recente Seminário Internacional realizado entre os dias 18 e 21 de novembro de 1997, patrocinado pelos referidos editores e que teve a participação de quatro dos principais autores desta corrente de Pensamento: Louk Hulsman da Holanda, Thomas Mathiesen e Nils Christie da Escandinávia e Sebastian Cheerer da Alemanha.

²³ Idem, Nas Pegadas do Mestre, “p.254-257”.

Que é Abolicionismo? É uma corrente filosófico-penalista que doutrina no sentido de desmistificar a eficácia das instituições penais vigentes e

*“aponta para a possibilidade de novas formas de organização social e revela que a guerra contra o crime se transforma em guerra contra os pobres, demonizados pela maior parte da sociedade e, particularmente, pela mídia”.*²⁴ *“O abolicionismo descarta revoluções globalizantes, não objetiva tomar o lugar dos atuais legisladores, não se coloca como o discurso da verdade e tampouco tem a pretensão de acusar ou inocentar indivíduos ou grupos sociais. Ele apenas mostra que, muitas vezes, no âmbito micro, as coisas podem acontecer mais rápido do que nos níveis meso ou macro, e que a parceria entre legisladores e cidadãos é fundamental para se estabelecer o princípio conciliatório. Desta maneira, deixamos de olhar para um “crime” como recriação de um fato que exige mediações hierarquizadas para estudarmos situações-problema como o acontecimento em que a relação indivíduo-indivíduo assume o primeiro plano. (...) O abolicionismo facilita o trânsito entre os diversos discursos de liberdade, explicitando a polivalência tática em circunstâncias históricas nas quais, como produto de estratégias, se afirma a política do verdadeiro. Hoje em dia, o abolicionismo é uma verdade possível. Quem poderia imaginar, 20 anos atrás, que no Brasil seriam discutidas, com desenvoltura, descriminalizações e despenalizações? Quem sabe, em muito menos tempo, o abolicionismo não venha se transformar na verdade real?”*²⁵

Dissemos, acima, que o livro *Conversações Abolicionistas* chegara “curiosamente” às nossas mãos, não apenas porque o seu conteúdo esteja muito próximo do nosso tema mas, principalmente, porque estamos identificando muitas idéias comuns às que estamos defendendo: justiça, leis naturais, imortalidade do espírito, evolução, liberdade e, sem dúvida, a educação - sem a qual nem mesmo se pode sonhar com abolição do sistema prisional atual, como já demos a entender.

Não existe nenhum fundamento teórico que justifique a pena de prisão e, tampouco, que dê legitimidade ao Estado para

*“(...) ingressar dentro da personalidade do indivíduo através da pena e modificá-la com o fito de fazê-lo parte integrante de um sistema utilitarista, muito pouco convincente”.*²⁶ *(...) Tal indivíduo nasce e ainda não está apto para viver por sua própria conta. Necessita, a exemplo dos Marsupiais, de um segundo útero, que é a casa, na qual desenvolve em família por aproximadamente dezoito anos. Ali são introjetados diversos valores morais e éticos, de forma a comprometê-lo com um sistema social pré-existente. Completados os dezoito anos, o indivíduo é projetado na sociedade que também irá incutir em seu espírito valores morais e éticos, que podem ou não ser diversos daqueles introjetados no seio familiar. Neste espaço de tempo que vai até os trinta anos de idade, aproximadamente, a ausência de um sistema unitário de valores, situação que hoje se verifica nas grandes metrópoles multiculturais, provoca graves crises no indivíduo. A falta de um alicerce religioso pelo qual deveria se guiar, a ausência de mitos e ritos de passagem que provoquem uma alteração psicológica grave, marcando o nascimento do ser adulto, desembocam, na maioria das vezes, em ações violentas como vemos cotidianamente nos jornais. O contexto do ser humano é o de*

²⁴ Lúcia Bógus, Coordenadora do Progr. de Est. Pós-Graduados, PUC-SP. *Conversações Abolicionistas*, apresentações.

²⁵ Edson Passetti e Roberto Baptista Dias da Silva. *Idem*.

²⁶ Lycurgo de Castro Santos, Promotor de Justiça de S.Paulo. *Idem*, p. 55.

*(re)nascimento para a vida espiritual e não para a vida material. Isso ocorre em função da própria sociedade voltada para interesses econômicos e políticos, desvinculada de suas necessidades biológicas, dentre as quais a **vida espiritual** emerge tão importante quanto qualquer outra. Sendo a própria sociedade a produtora deste contexto, e ao mesmo tempo limitadora da experiência individual da **eternidade** e do **transcendente**, propiciada apenas por mitos efetivos, ela carece de legitimidade moral para impor, através do Estado, um juízo de culpabilidade sobre o indivíduo seja para reprová-lo, seja para prevenir que pratique outros crimes que ela mesma provocou.*”²⁷

A Abolição do Sistema Penal é uma utopia?

“A imediata redução do sistema penal e a criação de mecanismos garantidores de uma máxima contenção do poder do Estado de punir, representando um rompimento com a fantasia perversa que sustenta a opção penal, são, assim, um necessário passo em um caminho mais longo e mais distante, mas nem por isso irrealizável, de uma futura superação da própria reação punitiva, conducente à abolição de um sistema que, fundado na dominação e na exclusão e marcado pela violência, pela dor e pela injustiça, mostra-se incompatível com a construção de sociedades melhores, mais justas e mais generosas, que, concretizando os ideais igualitários, de dar a todos as mesmas oportunidades de acesso às riquezas, a eles hão de incorporar os ideais libertários, asseguradores da livre expressão e realização dos direitos da personalidade de cada indivíduo, que, rompendo com a excludente e egoística lógica do lucro e do mercado, hão de igualmente romper com qualquer forma de autoritarismo, para que, ali, a bens econômicos socializados venha corresponder a indispensável garantia da liberdade individual e do direito à diferença, para que a solidariedade no convívio supere e afaste a crueldade da repressão e do castigo, para que um exercício democratizado do poder faça do Estado tão somente um instrumento assegurador do exercício dos direitos e da dignidade de cada indivíduo.

Estas sociedades melhores, mais justas e mais generosas, iguais, livres, tolerantes e solidárias, podem parecer e talvez, de fato, estejam muito distantes. Utopias costumam mesmo ser distantes, mas precisam sempre ser buscadas. Se parecem tão irrealis, é somente porque ainda não se realizaram.”²⁸

5.3. Abolicionismo Com a Educação

Entendemos que o abolicionismo, mesmo que concretizado, não traria a tão almejada estabilidade e harmonia sociais em termos de combate à violência e criminalidade. Imprevisíveis seriam os seus resultados.

Entretanto, os benefícios que uma correta educação trariam, nos termos por nós propostos, são indiscutíveis e infalíveis.

Por outro lado, perguntamos:

NÃO SE PODERIA CONJUGAR ESSAS DUAS INICIATIVAS?

²⁷ Ibidem, p.55-56.

²⁸ Maria Lúcia Karam, Juíza Auditora Militar da União. Ibidem, p.83-84.

6. CONCLUSÃO

Confiantes no estabelecimento do Direito Natural, com as características apontadas, concluímos nossa singela dissertação, do tipo “Monografia de Compilação”, com os modestos recursos de expressão de que dispomos, mas enriquecida com os pensamentos de gênios da cultura filosófica, filosófico-jurídica e jurídica, e expoentes da área educacional nacionais e estrangeiros, na humilde esperança de ter realizado algo de útil. Se este trabalho for digno de análise crítica - por mais rigorosa, ou impiedosa que seja -, mesmo assim, ficaremos satisfeitos pela lembrança e procuraremos realizar algo melhor no futuro.

A dissertação sobre o tema Educação Como Direito e Dever, só poderia ser concluída, a nosso ver, com uma incursão, mesmo que superficial, como o fizemos, nos correlatos pensamentos sobre Justiça, Moral, O Bem e o Mal, Evolução, Felicidade, etc., com uma visão filosófico-moral à luz do Direito Natural, que, também, mereceu um capítulo especial.

Como já esclarecido, procuramos destacar a importância da Educação de forma generalizada e, em particular, voltada aos presidiários de todas as idades, como medida paliativa.

Entretanto, ressaltamos a necessidade de dirigí-la à Infância e Juventude, como prioridade absoluta do Governo e da Sociedade em geral, através de campanhas publicitárias e no contato direto, respectivamente, esclarecendo e advertindo sobre todas as causas dos males que proliferam por todos os cantos do planeta, retardando a conquista das tão almejadas paz e felicidade sociais.

Quanto aos reclusos e internados, gostaríamos de lembrar que são nossos semelhantes em situação de desgraça, da qual ninguém está isento e, que, há muita gente mais perigosa fora das grades, razão pela qual não precisamos temê-los nem execrá-los, antes, sim, termos compaixão e assistí-los da melhor maneira possível, aliviando-lhes as desgraças através de assistência material e moral, enquanto o abolicionismo não se concretizar.

O Abolicionismo, a nosso ver, por decorrência da própria e inexorável lei de Evolução, será uma realidade.

Finalizando, urge incrementar as medidas educativas aos presos e a todas as camadas sociais, mas com os princípios expostos neste trabalho, que requerem os subsídios da Filosofia, da Ciência e da Religião, de forma integrada, imparcial, destituída de preconceitos, exclusivismos, sectarismos, etc., os únicos que, em nossa opinião, representam a verdadeira Educação e que podem conduzir a humanidade à uma paz e felicidade duradouras.

Fora disso, realmente, TUDO É UTOPIA!

APÊNDICE

I

Justiça, Igualdade, Liberdade, Fraternidade. Orgulho, Egoísmo e Educação.

“Justiça, Igualdade, Liberdade, Fraternidade são princípios constitucionais que constituem, por si sós, o programa de toda uma ordem social que realizaria o mais absoluto progresso da Humanidade, se o conteúdo que elas exprimem pudessem receber integral aplicação. Vejamos quais os obstáculos que, no estado atual da sociedade, se lhes opõem e, ao lado do mal, procuremos o remédio. A fraternidade, na rigorosa acepção do termo, resume todos os deveres dos homens, uns para com os outros. Significa: devotamento, abnegação, tolerância, benevolência, indulgência. É, por excelência, a caridade evangélica e a aplicação da máxima: “Proceder para com os outros, como quereríamos que os outros procedessem para conosco.” O oposto do **egoísmo**. A fraternidade diz: “Um por todos e todos por um.” O egoísmo diz: “Cada um por si.” Sendo estas duas qualidades a negação uma da outra, tão impossível é que um egoísta proceda fraternalmente para com os seus semelhantes, quanto a um avarento ser generoso, quanto a um indivíduo de pequena estatura atingir a de um outro alto. Ora, sendo o egoísmo a chaga dominante da sociedade, enquanto ele reinar soberanamente, impossível será o reinado da fraternidade verdadeira. Cada um a quererá em seu proveito; não quererá, porém, praticá-la em proveito dos outros, ou, se o fizer, será depois de se certificar de que não perderá coisa alguma. Considerada do ponto de vista da sua importância para a realização da felicidade social, a fraternidade está na primeira linha: é a base. Sem ela, não poderiam existir a igualdade, nem a liberdade séria. A igualdade decorre da fraternidade e a liberdade é consequência das duas outras. Com efeito, suponhamos uma sociedade de homens bastante desinteressados, bastante bons e benévolos para viverem fraternalmente, sem haver entre eles nem privilégios, nem direitos excepcionais, pois de outro modo não haveria fraternidade. Tratar a alguém de irmão é tratá-lo de igual para igual; é querer quem assim o trate, para ele, o que para si próprio quereria. Num povo de irmãos, a igualdade será a consequência de seus sentimentos, da maneira de procederem, e se estabelecerá pela força mesma das coisas. Qual, porém, o inimigo da igualdade? O **orgulho**, que faz queira o homem ter em toda parte a primazia e o domínio, que vive de privilégios e exceções, poderá suportar a igualdade social, mas não a fundará nunca e na primeira ocasião a dismantelará. Ora, sendo também o orgulho uma das chagas da sociedade, enquanto não for banido, oporá obstáculo à verdadeira igualdade. A liberdade é filha da fraternidade e da igualdade, como já foi dito. Falamos da liberdade legal e não da liberdade natural, que, de **direito**, é imprescritível para toda criatura humana, desde o selvagem até o civilizado. Os homens que vivam como irmãos, com direitos iguais, animados do sentimento de benevolência recíproca, praticarão entre si a justiça, não procurarão causar danos uns aos outros e nada, por conseguinte, terão que temer uns dos outros. A liberdade nenhum perigo oferecerá, porque ninguém pensará em abusar dela em prejuízo de seus semelhantes. **Mas, como poderiam o egoísmo, que tudo quer para si, e o orgulho, que incessantemente quer dominar, dar a mão à liberdade que os destronaria? O egoísmo e o orgulho são, pois os inimigos da liberdade, como o são da igual-**

dade e da fraternidade. Conseqüentemente, é preciso trabalhar sem descanso para extirpar o vírus do orgulho e do egoísmo, pois que aí se encontra a causa de todo o mal, o obstáculo real ao reinado do bem. Eliminem-se das leis, das instituições, das religiões, da educação até os últimos vestígios dos tempos de barbárie e de privilégios, bem como todas as causas que alimentam e desenvolvem esses eternos obstáculos ao verdadeiro progresso, os quais, por assim dizer, bebemos com o leite e aspiramos por todos os poros da atmosfera social. Somente então os homens compreenderão os deveres e os benefícios da fraternidade e também se firmarão por si mesmos, sem abalos, nem perigos, os princípios complementares, os da igualdade e da liberdade. Será possível a destruição do orgulho e do egoísmo? Respondemos alto e terminantemente: **SIM.** Aos que são progressistas cabe acelerar esse movimento por meio do estudo e da utilização dos meios mais eficientes;”²⁹ em nosso entender, através da **EDUCAÇÃO**, em seu sentido real e profundo, como foi considerada.

O EGOÍSMO E A EDUCAÇÃO

(O Livro dos Espíritos. Allan Kardec. Título do original francês “Le Livre Des Esprits”- Tradução de Guillon Ribeiro Editora Federação Espírita Brasileira, 76^a ed. 1995)

913. *Dentre os vícios, qual o que se pode considerar radical?*

“Temo-lo dito muitas vezes: o *egoísmo*. Daí deriva todo mal. Estudai todos os vícios e vereis que no fundo de todos há egoísmo. Por mais que lhes deis combate, não chegareis a extirpá-los, enquanto não atacardes o mal pela raiz, enquanto não lhe houverdes destruído a causa. Tendão, pois, todos os esforços para esse efeito, porquanto aí é que está a verdadeira chaga da sociedade. Quem quiser, desde esta vida, ir aproximando-se da perfeição moral, deve expurgar o seu coração de todo sentimento de egoísmo, visto ser o egoísmo incompatível com a justiça, o amor e a caridade. Ele neutraliza todas as outras qualidades.”

914. *Fundando-se o egoísmo no sentimento do interesse pessoal, bem difícil parece extirpá-lo inteiramente do coração humano. Chegar-se-á a consegui-lo?*

“À medida que os homens se instruem acerca das coisas espirituais, menos valor dão às coisas materiais. Depois, necessário é que se reformem as instituições humanas que o entretêm e excitam. Isso depende da **educação**.”

915. *Por ser inerente à espécie humana, o egoísmo não constituirá sempre um obstáculo ao reinado do bem absoluto na Terra?*

²⁹ Hypolyte Leon Denizard Rivail, Obras Póstumas, 17^a ed., Ed. FEB, pp.233 a 237.

“É exato que no egoísmo tendes o vosso maior mal, porém ele se prende à inferioridade dos Espíritos encarnados na Terra e não à Humanidade mesma. Ora, depurando-se por encarnações sucessivas, os Espíritos se despojam do egoísmo, como de suas outras impurezas. Não existirá na Terra nenhum homem isento de egoísmo e praticante da caridade? Há muito mais homens assim do que supondes. Apenas, não os conheceis, porque a virtude foge à viva claridade do dia. Desde que haja um, por que não haverá dez?”

Havendo dez, por que não haverá mil e assim por diante?

916. *Longe de diminuir, o egoísmo cresce com a civilização, que, até, parece, o excita e mantém. Como poderá a causa destruir o efeito?*

“Quanto maior é o mal, mais hediondo se torna. Era preciso que o egoísmo produzisse muito mal, para que compreensível se fizesse a necessidade de extirpá-lo. Os homens, quando se houverem despojado do egoísmo que os domina, viverão como irmãos, sem se fazerem mal algum, auxiliando-se reciprocamente, impelidos pelo sentimento mútuo da *solidariedade*. Então, o forte será o amparo e não o opressor do fraco e não mais serão vistos homens a quem falte o indispensável, porque todos praticarão a lei de justiça. Esse o reinado do bem, que os Espíritos estão incumbidos de preparar.” (784)

917. *Qual o meio de destruir-se o egoísmo?*

“De todas as imperfeições humanas, o egoísmo é a mais difícil de desenraizar-se porque deriva da influência da matéria, influência de que o homem, *ainda muito próximo de sua origem*, não pôde libertar-se e para cujo entretenimento tudo concorre: suas leis, sua organização social, sua **educação**. O egoísmo se enfraquecerá à proporção que a vida moral for predominante sobre a vida material e, sobretudo, com a compreensão, que o Espiritismo vos faculta, do vosso estado futuro, *real* e não desfigurado por ficções alegóricas. Quando, bem compreendido, se houver identificado com os costumes e as crenças, o Espiritismo transformará os hábitos, os usos, as relações sociais. O egoísmo assenta na importância da personalidade. Ora, o Espiritismo, bem compreendido, repito, mostra as coisas de tão alto que o sentimento da personalidade desaparece, de certo modo, diante da imensidade.

Destruindo essa importância, ou, pelo menos, reduzindo-a às suas legítimas proporções, ele necessariamente combate o egoísmo.

“O choque, que o homem experimenta, do egoísmo os outros é o que muitas vezes o faz egoísta, por sentir a necessidade de colocar-se na defensiva. Notando que os outros pensam em si próprios e não nele, ei-lo levado a ocupar-se consigo, mais do que com os outros. Sirva de base às instituições sociais, às relações legais de povo a povo e de homem a homem o princípio da caridade e da fraternidade e cada um pensará menos na sua pessoa, vendo que outros nela pensam. Todos experimentarão a influência moralizadora do exemplo e do contacto. Em face do atual extravasamento de egoísmo, grande virtude é verdadeiramente necessária, para que alguém renuncie à sua personalidade em proveito dos outros, que, de ordinário, absolutamente lhe não agradecem.

Principalmente para os que possuem essa virtude, é que o reino dos céus se acha aberto. A esses, sobretudo, é que está reservada a felicidade dos eleitos, pois em verdade vos digo que, no dia da justiça, será posto de lado e sofrerá pelo abandono, em que se há de ver, todo aquele que em si somente houver pensado.” (785)

FÉNELON.

Louváveis esforços indubitavelmente se empregam para fazer que a Humanidade progrida. Os bons sentimentos são animados, estimulados e honrados mais do que em qualquer outra época. Entretanto, o egoísmo, verme roedor, continua a ser a chaga social. É um mal real, que se alastra por todo o mundo e do qual cada homem é mais ou menos vítima. Cumpre, pois, combatê-lo, como se combate uma enfermidade epidêmica. Para isso, deve-se proceder como procedem os médicos: ir à origem do mal. Procurem-se em todas as partes do organismo social, da família aos povos, da choupana ao palácio, todas as causas, todas as influências que, ostensiva ou ocultamente, excitam, alimentam e desenvolvem o sentimento do egoísmo. Conhecidas as causas, o remédio se apresentará por si mesmo. Só restará então destruí-las, senão totalmente, de uma só vez, ao menos parcialmente, e o veneno pouco a pouco será eliminado. Poderá ser longa a cura, porque numerosas são as causas, mas não é impossível. Contudo, ela só se obterá se o mal for atacado em sua raiz, isto é, pela educação, não por essa educação que tende a fazer homens instruídos, mas pela que tende a fazer homens de bem. A educação, convenientemente entendida, constitui a chave do progresso moral. Quando se conhecer a arte de manejar os caracteres, como se conhece a de manejar as inteligências, conseguir-se-á corrigi-los, do mesmo modo que se aprumam plantas novas. Essa arte, porém, exige muito tato, muita experiência e profunda observação. É grave erro pensar-se que, para exercê-la com proveito baste o conhecimento da Ciência. Quem acompanhar, assim o filho do rico, como o do pobre, desde o instante do nascimento, o observar todas as influências perniciosas que sobre eles atuam, em consequência da fraqueza, da incúria e da ignorância dos que os dirigem, observando igualmente com quanta freqüência falham os meios empregados para moralizá-los, não poderá espantar-se de encontrar pelo mundo tantas esquisitices. Faça-se com o moral o que se faz com a inteligência e ver-se-á que, se há naturezas refratárias, muito maior do que se julga é o número das que apenas reclamam boa cultura, para produzir bons frutos. (872)

O homem deseja ser feliz e natural é o sentimento que dá origem a esse desejo. Por isso é que trabalha incessantemente para melhorar a sua posição na Terra, que pesquisa as causas de seus males, para remediá-los. Quando compreender bem que no egoísmo reside uma dessas causas, a que gera o orgulho, a ambição, a cupidez, a inveja, o ódio, o ciúme, que a cada momento o magoam, a que perturba todas as relações sociais, provoca as dissensões, aniquila a confiança, a que o obriga a se manter constantemente na defensiva contra o seu vizinho, enfim a que do amigo faz inimigo, ele compreenderá também que esse vício é incompatível com a sua felicidade e, podemos mesmo acrescentar, com a sua própria segurança. E quanto mais haja sofrido por efeito desse vício, mais sentirá a necessidade de combatê-lo, como se combatem a peste, os animais nocivos e todos os outros flagelos. O seu próprio interesse a isso o induzirá. (784)

O egoísmo é a fonte de todos os vícios, como a caridade o é de todas as virtudes.

Destruir um e desenvolver a outra, tal deve ser o alvo de todos os esforços do homem, se quiser assegurar a sua felicidade neste mundo, tanto quanto no futuro.

II

O MESTRE E O DISCÍPULO

Discípulo: Senhor, sinto-me desalentado diante das iniquidades do século. Parece que jamais os homens se mostraram tão rebeldes à razão e ao sentimento, como nestes tempos.

Mestre: Desalentado? Por quê? Duvidas, acaso, da segurança do Universo? Desalento é fraqueza, é falta de fé.

Discípulo: Quero ter fé, Senhor, mas vejo a cada passo surgirem tais impedimentos e tais embaraços à vinda do reino de Deus, que o desânimo me invade a alma.

Mestre: És mais carnal que espiritual. A precipitação é peculiar ao homem. Quando o domínio do Espírito se estabelece, o coração se acalma, serenam as paixões e a fé não vacila mais. A pressa é, não só inimiga da perfeição, como também da razão. Os atabiliários e insofridos jamais arrazoam com acerto. O reino de Deus há de vir e está vindo a cada instante, para aqueles que o querem e sabem querê-lo. A vontade de Deus há de ser feita na Terra, como já o é nos céus. Espera e confia, vigia e ora. Não debes medir o curso das idéias como medes o curso da tua existência: esta se escoia através de alguns dias fugazes, enquanto que aquelas se agitam no transcorrer dos séculos e dos milênios.

Discípulo: Bem sei, Senhor, que deve ser como dizes. Eu supunha, no entanto, que a obra da evolução caminhasse sem intermitências; por isso queria vê-la em marcha ascensional, triunfando dos óbices e tropeços com que os homens, em sua ignorância e maldade, costumam juncar-lhe o caminho. Esta vitória do mal sobre o bem, da opressão sobre a liberdade me amargura e angustia. Tal vitória é certamente efêmera; contudo, é um entrave à evolução, é uma pedra de tropeço que, não se sabe por quanto tempo, conservará o carro do progresso entravado.

Mestre: Enganas-te. A evolução é lei imutável. Não há forças, não há potências conjugadas capazes de a impedir, nem mesmo embaraçar-lhe a ação e a eficiência. Nem um só instante a obra da evolução sofreu interrupções na eternidade do tempo e no infinito do espaço.

Discípulo: Como explicas, então, Senhor, a iniquidade, a tirania, a mentira e a corrupção, que ora imperam na sociedade terrena? O mundo estará evolutindo sob o influxo de tais elementos?

Mestre: Erras nos teus juízos, pelos motivos já expostos. Ignoras que é precisamente sofrendo iniquidades e suportando opressão que o homem vai compreender o valor da justiça e da liberdade? Não sabes que só a experiência convence os Espíritos rebeldes? Não vês como os doentes amam a saúde, como os oprimidos sonham com a liberdade e os perseguidos suspiram pela justiça? Julgas que esta geração adúltera e incrédula se converta apenas com os testemunhos do

céu e com as palavras de amor expressas no Evangelho do reino? Supões que todos se amoldam à graça sem o agulhão da lei? Em mundos como este, é preciso privar os seus habitantes de certos bens, para que se inteirem do valor e da importância desses mesmos bens. Suportando injustiças e afrontas, vendo seus direitos postergados pelo despotismo, os homens aprenderão a venerar a justiça, subordinando-lhe os interesses temporais e tornando-se capazes de renúncias e de sacrifícios em prol de seu advento.

Discípulo: Começo a ver luz onde tudo se me afigurava escuro. Todavia, Senhor, seja-me permitido ainda algumas perguntas.

Mestre: Pede e receberás; bate e se te abrirá, busca e acharás.

Discípulo: De tal modo, a obra da redenção jamais se interrompe e, mesmo através de todas as anomalias, ela se realiza fatalmente?

Mestre: Decerto: se assim não fora, a Suprema Vontade não se cumpriria e Deus deixaria de ser Deus. A evolução, no que respeita ao Espírito, opera-se pela educação dos seus poderes e faculdades latentes. Ora, todas as vicissitudes, todas as lutas, todos os sofrimentos, em suma, contribuem para incentivar o desenvolvimento das possibilidades anímicas. Assim, pois, quer o Espírito goze os salutarres efeitos da prática do bem e da conduta reta; quer suporte as amargas consequências do mal cometido, da negligência no cumprimento do dever, da corrupção a que se entregue, ele estará educando-se, e, portanto, evoluindo. Pelo amor e pela dor, sob a doçura da graça, ou sob a inflexibilidade da lei - caminhará, sempre, em demanda dos altos destinos que lhe estão reservados.

Discípulo: Falas na santa obra da educação. Feriste, Senhor, o alvo, o eixo em torno do qual giram as minhas lucubrações mais acuradas. Compreendo muito bem a importância da educação. Vejo claramente que só a religião da educação, tal como ensinaste e exemplificaste, pode salvar a Humanidade. Mas como vingará esta fé se os dirigentes, os dominadores de consciências, aqueles, enfim, que têm ascendência sobre o povo são os primeiros a deseducá-lo, a corrompê-lo, premiando os caracteres fracos e venais que se sujeitam aos seus caprichos e perseguindo os poucos que, capazes de sofrer pela justiça e pela verdade, resistem ao despotismo do século? Tal processo de corrupção não invalidará, pelo menos por tempo indeterminado, a eficiência da educação?

Mestre: Nada há encoberto que não seja descoberto, nem algo oculto que se não venha a saber; Falas em processo de corrupção que poderá deseducar o povo. Ignoras, então, que o Espírito educado jamais se deseduca? A lei é avançar e não retroagir. Os que se submetem às influências dos maus e dos prevaricadores, deixando-se corromper por falaciosas promessas, são Espíritos fracos, egoístas e amigos da ociosidade, da vida cômoda e fácil. São os tais que entram pela porta larga e transitam pela estrada espaçosa e ampla que conduz à perdição. É possível que tais indivíduos se abastardem ao extremo, levados pelos corruptores de consciências; mas, o dia do despertar há de chegar. Tanto maior será a reação quanto mais o Espírito se tenha degradado. E, às vezes, é o único meio de corrigir os cínicos, os hipócritas e os indolentes.

Discípulo: E os empreiteiros da corrupção, até quando continuarão entregues a tão abjeta tarefa?

Mestre: Eles são instrumentos inconscientes de punição. Os homens castigam-se mutuamente. São semelhantes aos seixos que rolam no fundo dos rios, ar-

rastados pela corrente das águas. No começo, eram ásperos e arestosos, mas, à força de se entrecocarem e se friccionarem, acabam alisando-se, tornando-se polidos e brunidos, como trabalhados por mão de artista. Cumpre notar ainda que a cada um será dado segundo as suas obras. O déspota de hoje será a vítima de amanhã - pois quem com ferro fere com ferro será ferido.

Discípulo: Estás com a razão, Senhor. És, de fato, o caminho, a verdade e a vida. És a luz do mundo.

Mestre: Lembra-te do que eu disse: Vós sois o sal da terra e a luz do mundo. Não se acende uma candeia para colocá-la debaixo dos móveis, mas no velador, para que a todos ilumine. Portanto, não basta que me consideres luz, é preciso que te *tornes luz*.

Discípulo: Cada vez mais me arrebatas com a tua luz, aclarando os problemas da vida, tornando acessíveis a todas as inteligências os mais complexos problemas sociais.

Mestre: Confessas que tens entendido o que eu disse? Bem-aventurado serás, se puseres em prática os meus ensinamentos. Não te esqueças: *se os praticares*. Trata, pois, de descobrir o reino de Deus em ti mesmo, no teu coração; depois, procura implantá-lo em teu lar; depois, em tua rua; depois, no mundo. Não tenhas pressa. Confia e espera, vigia e ora. Não penses em fazer o mais, antes de fazer o menos. No Universo, tudo é ordem e harmonia.³⁰

³⁰ Pedro de Camargo (Vinícius), O Mestre na Educação, “p.123-127”.

NOTAS BIOGRÁFICAS

ABELARDO, Pedro: (1079-1142). Nasceu em Palais, nas proximidades de Nantes, na Bretanha. Abriu uma escola em Paris, em 1103, e sobressaiu-se pelo seu espírito arguto e conhecimento de Teologia.

AGOSTINHO, Aurélio: (354-430). Nasceu em Tagaste, África. Tornou-se bispo de Hipona. Em seus escritos, atacou vigorosamente todos aqueles que considerava hereges.

ALCUÍNO: (735-804). Teólogo inglês muito erudito. Foi chamado de Iorque para auxiliar Carlos Magno a estabelecer um sistema educacional no Império dos Francos. Na velhice, retirou-se para o Mosteiro de Tours e dedicou-se à Teologia.

ALTHUSIUS, Johannes: (1557-1638). Pensador alemão a quem se atribui a criação da teoria moderna das leis naturais. Nasceu em Diedenshausen, estudou em Basiléia e Genebra e tornou-se professor de Direito em Herbon.

AMBRÓSIO, Santo: (340-397). Nasceu em Treves e tornou-se bispo de Milão, em 374. Entrou muitas vezes em choque com as mais altas autoridades de seu tempo. Escreveu o grande hino cristão: *Te Deum Laudamus*.

ANAXÁGORAS: (500-428 A.C.). Nasceu em Clazomenae. Depois de viajar por muitas terras, instalou-se em Atenas, onde abriu uma escola de Filosofia. Muitos pensadores famosos estudaram com ele. Incriminado de impiedade, foi condenado à morte; revogou-se a sentença, sendo ele mandado para o exílio. Retirou-se para Lâmpsaco, onde ensinou Filosofia até aos últimos dias de sua vida.

ANAXIMANDRO: (610-546 A.C.). Célebre matemático e filósofo. Explicou que a Lua recebia a luz do Sol e que a Terra era redonda. Acreditava na existência de muitos mundos.

AQUINO, S. Tomás de : (1227-1274). Conhecido como “Doutor Angélico”. Descendia dos Condes de Aquino, da Calábria. Em 1323, foi canonizado pelo Papa João XXII. Seus trabalhos formam a base da escola tomista.

ARISTÓTELES: (384-322 A.C.). Nasceu em Estagiros, Trácia. Começou os estudos com Platão aos 20 anos de idade. Filipe da Macedônia fê-lo preceptor de seu filho Alexandre, o Grande. Foi acusado de impiedade e exilado para Cálcis, onde morreu.

BACON, Francis: (1561-1626). Nasceu em Londres. Galgou grande posição no governo inglês, tendo sido *lord-chanceler*. Mas sua venalidade como juiz provocou-lhe a queda e a prisão. Tendo sido perdoado pelo rei, afastou-se da vida pública e mergulhou nos estudos.

BACON, Rogério: (1214-1294). Cientista e publicista inglês. Consta ter inventado a pólvora e fabricado lentes de aumento.

BENTHAM, Jeremy: (1748-1832). Ilustre autor inglês. Escreveu sobre Economia Política e Jurisprudência.

BERGSON, Henri: (1859-1940). Nasceu em Paris. Foi um dos grandes filósofos franceses modernos e recebeu muitas honras do governo francês. Foi membro da Academia Francesa em 1914. Ocupou importantes cadeiras de Filosofia em França.

BERKELEY, George: (1685-1753). Célebre sacerdote inglês. Nasceu na Irlanda e estudou no Colégio da Trindade, Dublin. Concebeu um plano para converter a América ao Cristianismo. Partiu para as Bermudas para erguer ali um colégio, mas o projeto falhou por não ter recebido os fundos que esperava. Tornou-se bispo de Cloyne, em 1734.

BRUNO, Giordano: (1548-1600). Membro da Ordem Dominicana. Deixou-a e vagueou pelo mundo. Retornou finalmente à Itália, onde foi aprisionado pelo Inquisição. Morreu na fogueira.

CAMPANELLA, Tommaso: (1568-1639). Monge dominicano que foi perseguido pela inquisição. Passou 27 anos de sua vida na prisão por ter idéias que jamais tentara pôr em prática.

CARNÉADES: (213-129 A.C.). O maior cético da Academia fundada por Platão.

CÍCERO, Marco Túlio: (106-43 A.C.). Nasceu em Arpino. Orador e estadista romano. Ocupou muitos cargos elevados em Roma; combateu contra conspiradores e acabou sendo assassinado pelos emissários de Marco Antônio.

COMÊNIO, João Amos: (1592-1670). Grande educador da Morávia e chefe da vida religiosa dos morávios. Sofreu violentas perseguições, mas continuou a manter sua fé e esforços educacionais. Advogou, no ensino, o *método da natureza*.

COMTE, Augusto: (1798-1857). Nasceu em Montpellier, França. Frequentou a Escola Politécnica, em Paris. Era muito versado nas Ciências Exatas e na Matemática.

DEMÓCRITO: (460-370 A.C.). Nasceu em Abdera, Trácia. Viajou muito e escreveu inúmeros livros sobre Ciências, Filosofia e Matemática.

DESCARTES, René: (1596-1650). Nascido em Turena, França. Foi soldado e serviu no exército dos holandeses e bávaros. Instalou-se na Holanda, onde escreveu muitos livros que exerceram grande influência por todo o mundo.

DEWEY, John: (1859-1952). Ilustre filósofo norte-americano. Nasceu em Vermont. Autor de vários livros sobre Filosofia, Educação, Psicologia e Ciência Política. Através de seus trabalhos e conferências, exerceu influência sobre os processos do mundo do pensamento.

ECKHART, Meister: (1260-1327). Místico alemão. Membro da Ordem Dominicana. Lecionou e escreveu muito, tendo exercido grande influência como sacerdote.

EMPÉDOCLES: (495-435 A.C.). Nasceu em Agrigento, Sicília. Filho de uma família rica, dotada de espírito público. Foi chefe dos elementos democráticos de sua cidade, constando ter recusado a chefia do reino. Foi também mestre religioso, poeta e médico. Acreditava possuir o dom da magia.

EPICURO: (341-270 A.C.). Nasceu na Ilha de Samos, de pais atenienses. Lecionou em muitas cidades gregas e fundou uma escola em Atenas, onde viveu o resto de sua vida.

ERÍGENA, João Escoto: (810-877). Nasceu na Irlanda e estudou em escolas irlandesas. Foi chamado por Carlos, o Calvo, para chefiar a Escola Palatina, de Paris.

ESPINOSA, Baruch: (1632-1677). Designado muitas vezes como Benedito. Nasceu na Holanda, filho de judeus e portugueses. Por causa de suas teorias foi expulso da sinagoga e forçado a vagar pela Europa. Ganhava a vida polindo lentes.

FICHTE, Johann Gottlieb: (1762-1814). Nasceu na Saxônia, filho de um pobre tecelão. Recebeu sua educação através da generosidade de um nobre rico. Galgou os degraus da fama como professor de Filosofia e escritor. Foi um dos fundadores da Universidade de Berlim.

FÍLON: (30 A.C. - 50 D.C.). Conhecido como “O Judeu” ou “Filon da Alexandria”. Era de uma família de sacerdotes e escreveu muito sobre questões históricas, políticas e éticas. Afirmava que o Judaísmo era soma total da sabedoria humana.

FROEBEL, Friedrich Wilhelm August: (1782-1852). Nasceu numa pequena aldeia da floresta de Turíngia. Frequentou a Universidade de Iena. Conheceu os grandes espíritos de seu tempo com os quais estudou. Fundou o primeiro Jardim da Infância.

GALILEI, Galileu: (1564-1641). Nasceu em Pisa e estudou em Florença. Estudou Medicina e Matemática. Tornou-se célebre como astrônomo, tendo sido o inventor do primeiro telescópio. Entrou em choque com a Inquisição. Conseguiu escapar à morte prometendo não pregar que o Sol era o centro do Universo.

GRÓCIO, Hugo: (1583-1645). Chefe do partido aristocrático, na Holanda. Nasceu em Delft. Passou a maior parte da vida em funções públicas, tendo entrado muitas vezes em choque com as autoridades. Foi embaixador da Suécia em Paris, em 1635, onde permaneceu até pouco tempo antes de sua morte.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich: (1770-1831). Nasceu em Estugarda e estudou Teologia e Filosofia em Tubingen. Serviu como professor em muitos estabelecimentos educacionais de projeção, tais como os de Iena, Heidelberg e Berlim.

HERÁCLITO: (535-475 A.C.). Nascido em Éfeso. Era um aristocrata. Não tinha respeito algum pela democracia. Foi chamado “O Obscuro” devido a seus escritos serem de difícil compreensão.

HERBART, Johann Friedrich: (1776-1841). Filósofo alemão que combateu todo o movimento do Idealismo. Ocupou muitas cadeiras célebres, inclusive a que Kant tornou famosa em Conisberga.

HOBBS, Thomas: (1588-1679). Estudou a Escolástica e a filosofia de Aristóteles, em Oxford. Percorreu o Continente, onde conheceu muitos dos grandes espíritos de seu tempo. Depois da convocação do “Long Parliament”, fugiu para a França, em novembro de 1640, donde só voltou depois que fez as pazes com Cromwell, em 1651.

HUME, David: (1711-1776). Nasceu em Edimburgo. Estudou Direito e tornou-se subsecretário de Estado, em 1767. Celebrizou-se, na vida, pela sua capacidade como historiador.

JAMES, William: (1842-1910). Nasceu em Nova Iorque. Estudou em escolas particulares e com professores em Nova Iorque. Frequentou a Escola Científica de Lawrence e formou-se pela Escola de Medicina de Harvard, em 1870. Sua

carreira de professor incluiu a Anatomia, a Fisiologia, a Psicologia e a Filosofia. Lecionou nas Universidades de Harvard, Edimburgo e Oxford.

KANT, Immanuel: (1724-1804). Nasceu em Conisberga, filho de um seieiro. Passou quase toda a vida de estudante, professor e escritor em sua cidade natal. Seus trabalhos exerceram influência sobre as correntes de pensamento tanto quanto os de quaisquer outros filósofos que existiram.

LEIBNITZ, Gottfried Wilhelm: (1646-1716). Nasceu em Leipzig e estudou Direito, Filosofia e Matemática em Iena. Recebeu o grau de doutor em Direito com a idade de 20 anos. Serviu como conselheiro e bibliotecário da corte, em Hannover, até ao dia de sua morte.

LEUCIPO: Pouco se conhece de sua vida. Consta que tinha vindo de Mileto e estudado com Zenão, em Eléia. Provavelmente fundou em Abdera a escola que Demócrito tornou célebre.

LOCKE, John: (1632-1704). Estudou Filosofia, Ciências Naturais e Medicina em Oxford. Esteve durante muitos anos a serviço do Conde de Shaftesbury, como secretário e preceptor do seu filho e do neto. Seguiu seu protetor, ao ser este exilado para a Holanda, e voltou para a Inglaterra com a ascensão de Guilherme de Orange.

LOTZE, Hermann: (1817-1881). Estudou Medicina e Filosofia em Leipzig. Foi professor de Fisiologia e Filosofia na universidade dessa cidade. Lecionou também em Göttingen e Berlim.

MALEBRANCHE, Nicolau: (1638-1715). Membro do Oratório de Jesus. Procurou harmonizar a Religião e a Filosofia, a teoria de Descartes e a de Santo Agostinho; falhou, porém, tendo seus trabalhos sido colocados nos livros proibidos pela Igreja.

MAQUIAVEL, Nicolau: (1469-1527). Diplomata italiano. Secretário do Conselho dos Dez, em Florença. Nos últimos anos de sua vida, foi exilado pelos Médicis.

MARX, Karl: (1818-1883). Nasceu em Treves, Alemanha. Mundialmente reconhecido como o principal filósofo socialista e o fundador do movimento socialista internacional.

MILL, John Stuart: (1806-1873). Filho de James Mill, secretário da “East India Company”. O pai deu-lhe especial educação, que consistiu em muitos estudos sobre Filosofia e Ciência Política. Ele também serviu na “East India Company”, tendo ingressado, mais tarde, no Parlamento como liberal.

NEWTON, Sir Isaac: (1642-1727). Nasceu em Woolsthorpe, Lincolnshire. Estudou em Cambridge, onde cultivou a Matemática. Fez inúmeras descobertas científicas, tendo sido altamente distinguido com honrarias pelo governo inglês.

NIETZCHE, Friedrich Wilhelm: (1844-1900). Ilustre filósofo alemão, nascido em Rocken, nas proximidades de Leipzig. Foi professor de Filosofia clássica, em Basileia.

PARMÊNIDES: (515-470 A.C.). Filho de uma família rica de Eléia. Desenvolveu a filosofia de Xenófanes. Foi provavelmente um pitagórico em seus primeiros tempos.

PESTALOZZI, Johann Heinrich: (1746-1827). Nascido em Zurique. Sentiu-se inspirado para aliviar os sofrimentos dos aldeões em sua terra. Esforçou-se muito para educá-los e fornecer-lhes melhores métodos para cultivar a terra e viver. Sua influência sobre a educação moderna foi muito grande e profunda.

PITÁGORAS: (580-500 A.C.). Nasceu em Samos e emigrou para as colônias gregas na Itália Meridional, cerca de 529. Fundou a escola dos pitagóricos, uma seita semi-religiosa e filosófica.

PLATÃO: (427-347 A.C.). Filho de pais nobres. O maior discípulo de Sócrates. Viajou muito, tinha uma boa renda e viveu no mais alto estilo. Era íntimo de Dionísio I, tirano de Siracusa. Dizia-se que esperava fundar um Estado ideal, em Siracusa. Fundou a Academia num bosque de Atenas.

PLOTINO: (204-269). Nasceu em Licópolis, Egito. Estudou Filosofia, durante onze anos, com Ammonius Saccas, em Alexandria. Fundou uma escola em Roma logo depois de 243.

REID, Thomas: (1710-1796). Chefe da escola escocesa na sua reação contra o idealismo de Berkeley e o ceticismo de Hume. Procurou voltar ao senso comum na Filosofia.

SAINT-SIMON, Claude Henri de: (1760-1825). Cientista e político francês que concebeu a idéia de uma nova sociedade, na qual haveria igual distribuição de propriedades, poder, cultura e felicidade.

SANTAYANA, Jorge: (1863-1952). Nasceu em Madrid e formou-se na Universidade de Harvard, onde lecionou durante vinte e dois anos.. Depois, de 1912 em diante, passou a viver na Europa. Em 1943, foi eleito membro honorário da Academia Americana de Ciências e Letras. Foi poeta e crítico literário, bem como filósofo. Morreu na Itália.

SCHELLING, Friedrich Wilhelm Joseph: (1775-1854). Estudou Teologia de Tübingen e foi professor de Filosofia em Iena, em 1798. Foi uma das figuras mais brilhantes do círculo para o qual convergia o movimento romântico. Foi chamado a Berlim para deter a maré da filosofia hegeliana; nisso, porém, obteve pouco êxito.

SCHLEIERMACHER, Friedrich Ernst Daniel: (1768-1834). Nasceu em Breslau e recebeu parte de sua educação nas escolas da irmandade da Morávia.. Depois de um curto período estudantil e de professorado, em Halle, seguiu para Berlim como sacerdote da Igreja da Trindade. Tornou-se, tempos depois, professor de Teologia na Universidade de Berlim.

SCHOPENHAUER, Arthur: (1788-1860). Nasceu em Danzigue, de pai banqueiro e mãe romancista. Recusou-se a trabalhar no escritório do pai; preferiu a Filosofia. Fez muitas preleções, mas com pouco êxito, pois outros filósofos tinham-se tornado mais populares. Isso provocou-lhe amargor que somente se suavizou um pouco, mais tarde na vida, ao crescer sua fama.

SMITH, Adam: (1723-1790). Nasceu em Kirkcaldy, na Escócia. Estudou em Glasgow e Oxford, mas não foi muito feliz nesta última. Considerava os professores ali de espírito muito acanhado, isso devido a não lhe permitirem ler Hume. Seus escritos sobre Ciência Política exerceram grande influência.

SÓCRATES: (469-399 A.C.). Nasceu em Atenas, filho de um pobre escultor e de uma parteira. Viveu uma vida errante e nada desejava senão coisas simples para suas necessidades. Andava quase sempre descalço e esfarrapado para acentuar a simplicidade. Casou-se mas não teve uma vida normal no lar. Por causa de suas teorias foi condenado à morte pelo tribunal de Atenas e forçado a beber cicuta.

SPENCER, Herbert: (1820-1903). Filósofo utilitário. Foi durante algum tempo engenheiro civil. Em Londres, fazia parte de um grande círculo de gênios literários e filosóficos, que exerceram grande influência em suas obras.

TALES: (624-544 A.C.). Nasceu em Mileto. Sobressaiu-se como estadista, matemático e astrônomo. Consta ter predito o eclipse de 28 de maio de 585. É classificado como um dos Sete Sábios da Grécia.

VOLTAIRE: (1694-1778). Seu nome original era François-Marie Arouet. Nasceu em Paris. Foi preso muitas vezes por causa de seus escritos, os quais abrangiam romances e peças teatrais satíricas, bem como tratados de Filosofia.

BIBLIOGRAFIA

BETIOLI, Antonio Bento. Introdução ao Direito, 3ª ed., São Paulo, Ed. Letras & Letras, 1996.

BOBBIO, Norberto. O Positivismo Jurídico. Tradução e Notas de Marcio Pugliesi, Edson Bini e Carlos E. Rodrigues. Ícone Editora Ltda., SP., 1996.

CAMARGO, Pedro de. O Mestre na Educação. 3ª ed., Rio de Janeiro, FEB.

CICCO, Cláudio de. Uma Crítica Idealista ao Legalismo. 1ª ed., São Paulo, Ícone Editora Ltda., 1995.

FROST Jr., S. E. Ensinaamentos Básicos dos Grandes Filósofos. Tradução de Leônidas Gontijo de Carvalho. São Paulo. Edit. Cultrix Ltda.

INCONTRI, Dora. Pestalozzi, Educação e Ética. 1ª. ed. São Paulo. Edit. Scipione. 1996.

KARDEC, ALLAN.(Hypolite Leon Denizard Rivail) O Livro dos Espíritos Ed. FEB, 76ª ed. 1995; Obras Póstumas, 17ª ed. FEB. 1978, R.Janeiro.

MONTEIRO, Eduardo Carvalho. Anália Franco, A Grande Dama da Educação Brasileira. 1ª ed. São Paulo. Editora Eldorado, 1992.

MONTORO, André Franco. Introdução à Ciência do Direito. 8 ed. 1º volume. São Paulo. Edit. Revista dos Tribunais Ltda. 1978.

_____. Estudos de Filosofia do Direito. 2ª ed. São Paulo. Ed. Saraiva, 1995.

NUNES, Luiz Antonio.Rizzatto. Manual da Monografia Jurídica. 1ª ed. S.Paulo. Saraiva, 1997.

PADOVANI, Umberto e Luís Castagnola. História da Filosofia.15ª ed. São Paulo, Melhoramentos. 1990.

PASSETTI, Edson e Roberto B. Dias da Silva. Conversações Abolicionistas. 1ª ed..IBCCrim e PEPG PUC. São Paulo, 1997.

PIRES, J. Herculano.O Ser e a Serenidade. 2ª. ed. S.Paulo, Edicel, 1986.

REALE, Miguel. Filosofia do Direito. 17ª ed. São Paulo. Editora Saraiva Ltda., 1996.

RIVAIL, Hypolite Leon Denizard.(Allan Kardec) Obras Póstumas, trad. de Guillon Ribeiro. 17ª ed., Rio de Janeiro, FEB, 1978; O Livro dos Espíritos, 76ª edição, FEB,1995.

SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do Trabalho Científico. 20ª ed., São Paulo. Cortez Editora, ABDR Ed. Afiliada. 1997.

TELLES Junior. Goffredo. Filosofia do Direito. 2º tomo. São Paulo. Max Limonad. 1966.

VECCHIO, Giorgio Del. Lições de Filosofia do Direito. Tradução de Antonio José Brandão. 2ª ed. Lisboa. Coimbra Editora Ltda. 1951.

VERGEZ, André e Denis Huisman. História dos Filósofos Ilustrada Pelos Textos. 7ª ed., São Paulo.1988.